DEBORA VISCONTE

**Contratos de Longa Duração: Alterações de Circunstâncias no Direito
Internacional**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor José Carlos de Magalhães

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2017

DEBORA VISCONTE

**Contratos de Longa Duração: Alterações de Circunstâncias no Direito
Internacional**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos de Magalhães.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Visconte, Debora.

Contratos de Longa Duração: Alterações de Circunstâncias no Direito Internacional /
Debora Visconte; orientador José Carlos de Magalhães – São Paulo, 2017.
265 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) – Faculdade de
Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Contrato. 2. Alteração de Circunstâncias. 3. Reequilíbrio. 4. UNIDROIT. 5. Resolução.
6. Revisão. 7. Renegociação. I. Magalhães, José Carlos de, orientador. II. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor José Carlos de Magalhães, por ter aceito a orientação desse doutorado sabendo que os caminhos seriam longos e tortuosos, pelos ensinamentos éticos e jurídicos do convívio diário, por ter sido a mão firme a me conduzir acadêmica e profissionalmente nos últimos treze anos.

Aos Professores Francisco Paulo de Crescenzo Marino e José Augusto Fontoura, pelas observações no exame de qualificação por terem, no momento oportuno, me ajudado a retomar o prumo.

À Vera Cecília Monteiro de Barros, pelo companheirismo na jornada acadêmica, por sua amizade e cumplicidade.

Ao meu grande amigo Giovanni E. Nanni por seu sempre incentivo, cobranças cordiais, contribuições acadêmicas e material de pesquisa.

Aos amigos pelo apoio, pela paciência, pelo estímulo a seguir em frente. Em especial, José Emilio Nunes Pinto por seus valiosos conselhos, ao Marcio Araújo Opromolla, Patrícia Sá Moreira de Figueiredo Ferraz e Lucas Diniz.

À Tania Rodrigues, meu braço direito, Daniel Falci Goulart, Jessica Araujo e Julia Rossetto por assumirem as vestes de fiéis escudeiros e contribuírem decisivamente para a conclusão desse trabalho. À Paula Peres por ter abraçado esse projeto e todos aqueles que apareceram no caminho; por sua eterna prontidão.

Aos meus pais, minha madrinha, meu irmão e sobrinho, com amor.

VISCONTE, Debora. **Contratos de longa duração: alteração de circunstâncias no direito internacional**. 265 p. Tese (Doutorado em Direito Internacional) – Departamento de Direito Internacional da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2017.

RESUMO

O objeto central desta tese é o de analisar o tema das alterações de circunstâncias em contratos de longa duração com base nas teorias clássicas do direito codificado, da imprevisão, quebra da base do negócio e onerosidade excessiva, bem como nos Princípios Relativos aos Contratos Comerciais Internacionais do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado (“Princípios do UNIDROIT”), na Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (“Convenção de Viena”) e nos Princípios do Direito Europeu dos Contratos (“Princípios do Direito Europeu”), para avaliar se apresentam solução jurídica adequada à problemática da quebra do equilíbrio do contrato e se essa solução foi incorporada ao Direito brasileiro. Para tanto, far-se-á a análise dos contratos de longa duração, em que o tempo figura no contrato como causa e os torna mais suscetíveis a sofrer os impactos de eventos imprevisíveis, uma vez que o programa contratual será implementado em contexto diferente daquele existente no momento da celebração. Em seguida, far-se-á a contextualização histórica do tema, com a concepção da cláusula *rebus sic stantibus*, sua evolução, seu declínio com a Revolução Francesa, e sua retomada com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A análise das teorias clássicas e sua normatização pela Itália, em 1942, pelo Brasil e pela Alemanha, em 2002, e pela França, em 2016, será feita com o objetivo de traçar os requisitos de incidência e efeitos jurídicos dos eventos imprevisíveis sobre o contrato. O mesmo estudo será conduzido nos Princípios do UNIDROIT, na Convenção de Viena e nos Princípios do Direito Europeu. Analisar-se-á as soluções jurídicas conferidas por essas normas para a problemática da alteração de circunstâncias: resolução, revisão e renegociação. Ver-se-á que, no contexto internacional, a obrigação de renegociar é consagrada expressamente, inspirando a reforma do direito dos contratos francês de 2016. Verificar-se-á que, mesmo na ausência de lei nesse sentido, pode-se extrair a obrigação de renegociar do sistema jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Contrato. Alteração de Circunstâncias. Reequilíbrio. UNIDROIT. Resolução. Revisão. Renegociação.

VISCONTE, Debora. **Long-term contracts: change of circumstances in international law**. 265 p. Thesis (Doctorate in International Law) – International Law Department of the Law School of the University of São Paulo – USP. São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The main purpose of this thesis is to examine the subject of the change of circumstances in long-term contracts based on the classical theories, under civil law jurisdictions, unpredictability (*imprévision*), frustration of the basis of the contract (*Störung der Geschäftsgrundlage*) and of excessive onerosity (*eccessiva onerosità*), as well as based on the International Institute for the Unification of Private Law Principles of International Commercial Contract (the “UNIDROIT Principles”), on the UN Convention on Contracts for the International Sale of Goods (the “UN Convention”) and on the Principles of European Contract Law (the “Principles of European Law”) with the aim of assessing whether they provide for a proper legal solution to the problem of the disturbance of the contractual equilibrium and whether such solution has been incorporated into the Brazilian legal system. For that purpose, an analysis is carried out on long-term contracts, in which time is of the essence of the contract, and as such, makes them more susceptible to the impacts of unforeseeable events considering that the contractual program will be implemented in a context which is different from the one in which the contract was executed. Then, the subject is analyzed from the historical perspective, from the conception of the *rebus sic stantibus* clause to its evolution, its decline during the French Revolution, and the resume of its use during the First and the Second World Wars. The analysis of the classical theories and their codification in Italy in 1942, in Brazil and Germany in 2002, and in France in 2016 is carried out to define the requirements for the application and the legal effects of unforeseeable events on contracts. A similar analysis is made for the UNIDROIT Principles, the UN Convention and the Principles of European Law. This study also examines the legal solutions provided by such rules to the problem of change of circumstances: termination, revision, renegotiation. It shows that, in the context of international law, the duty to renegotiate is expressly recommended, having inspired the French reform of contract law in 2016. This thesis demonstrates that, despite the absence of any law in this respect, the duty to renegotiate can be inferred from the Brazilian legal system.

Keywords: Contract. Change of Circumstances. Equilibrium restoration. UNIDROIT. Termination. Revision. Renegotiation.

VISCONTE, Debora. **Contrats de longue durée : modifications des circonstances dans le droit international**. 265 p. Thèse (Doctorat en Droit International) – Département de Droit International, faculté de Droit, Université de São Paulo – USP. São Paulo, 2017.

RÉSUMÉ

L'objectif central de cette thèse est d'analyser le thème des modifications de circonstances des contrats de longue durée fondé sur les théories classiques du droit codifié, de l'imprévision, du non respect des clauses du contrat et des charges excessives, ainsi que sur les principes relatifs aux contrats commerciaux internationaux de l'Institut International pour l'Unification du Droit Privé ("Principes d'UNIDROIT"), de la Convention de Vienne sur la vente internationale des marchandises ("Convention de Vienne") et sur les principes du droit européen des contrats pour évaluer s'ils présentent une solution juridique adéquate à la problématique du non respect des termes du contrat, puis si cette solution a été appliquée au droit brésilien. Pour ce faire, nous analyserons, d'abord, les contrats de longue durée dans lesquels le temps est considéré comme cause, ce qui les rend plus susceptibles de subir les impacts d'événements imprévus, au cas où le programme contractuel serait exécuté dans un contexte différent de celui existant au moment de la signature du contrat. Ensuite, nous contextualiserons l'histoire du thème, avec l'élaboration de la clause *rebus sic stantibus*, son évolution, son déclin suite à la Révolution Française, et sa reprise après la Première et Seconde Guerre Mondiale. L'analyse des théories classiques et sa normalisation par l'Italie en 1942, par le Brésil et l'Allemagne en 2002, et par la France en 2016 sera faite dans le but de tracer les conditions d'incidence et les effets juridiques des événements imprévisibles sur le contrat. Cette étude sera menée avec les principes de l'UNIDROIT de la convention de Vienne et du droit européen. Nous examinerons les solutions juridiques conférées par ces normes et pour les questions relatives à la modification des circonstances : résolution, révision et renégociation. Nous verrons que, dans le contexte international, l'obligation de renégocier est expressément accordée, s'inspirant de la réforme du droit des contrats français de 2016. Nous vérifions que, même en l'absence d'une loi dans ce sens, à partir du système juridique brésilien il est possible d'obliger une renégociation.

Mots clés : Contrat. Modification des conditions. Rééquilibrage. UNIDROIT. Résolution. Révision. Renégociation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO	19
1.1 Introdução	19
1.2 Contratos Internacionais	20
1.3 O tempo no contrato	22
1.4 Modalidades de contrato quanto ao tempo de execução	23
1.5 Contratos de longa duração	24
1.6 Contratos de Longa Duração e Onerosidade Excessiva	27
1.7 Princípios do UNIDROIT e Contratos de Longa Duração	27
1.7.1 <i>Breve histórico dos Princípios do UNIDROIT</i>	27
1.7.2 <i>Os Princípios do UNIDROIT de 2016 e os Contratos de Longa Duração</i>	30
2 ALTERAÇÕES DE CIRCUNSTÂNCIAS	39
2.1 Introdução	39
2.2 Evolução histórica	43
2.3 França	54
2.3.1 <i>Introdução</i>	54
2.3.2 <i>Condições de Incidência</i>	56
2.3.3 <i>A Reforma de 2016 e a Imprevisão Civil</i>	57
2.4 Alemanha	61
2.4.1 <i>Condições de Incidência</i>	63
2.5 Itália	66
2.5.1 <i>Condições de Incidência</i>	68
2.6 Portugal	71
2.6.1 <i>Condições de Incidência</i>	72
2.7 Brasil	73
2.7.1 <i>Desproporção Manifesta do Valor da Prestação - artigo 317 do Código Civil</i>	74
2.7.1.1 <i>Histórico legislativo do artigo 317 do Código Civil</i>	76
2.7.1.2 <i>Condições de Incidência</i>	77
2.7.2 <i>Onerosidade Excessiva – artigos 478 a 480 do Código Civil</i>	80
2.7.2.1 <i>Condições de Incidência</i>	81
2.7.2.2 <i>Efeitos jurídicos</i>	85
2.7.3 <i>Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça</i>	89
2.7.3.1 <i>Variação cambial de 1999</i>	89
2.7.3.2 <i>Casos de entrega de Safra Futura</i>	92

2.8 <i>Hardship</i> nos Princípios do UNIDROIT	94
2.8.1 <i>Proposta de Regras de Hardship de 1983</i>	95
2.8.2 <i>Reunião do Grupo de Estudos de 1986</i>	101
2.8.3 <i>Proposta de artigos sobre Hardship de 1990 e reunião do Grupo de Estudos do mesmo ano</i>	104
2.8.4 <i>Princípios do UNIDROIT 1994, 2004, 2010 e 2016</i>	108
2.9 <i>Convenção de Viena</i>	119
2.9.1 <i>Artigo 74 da Convenção de Haia</i>	122
2.9.2 <i>Trabalhos preparatórios ao artigo 79 da Convenção de Viena</i>	124
2.9.3 <i>Incorporação de hardship por meio do artigo 7(1) e 79(5)</i>	124
2.9.4 <i>A vocação de interpretação e preenchimento de lacunas dos Princípios do UNIDROIT</i>	125
2.9.5 <i>Parecer nº 7 do CISG-AC sobre Exoneração de Responsabilidade por Perdas e Danos Conforme o artigo 79 da CISG</i>	128
2.10 <i>Princípios de Direito Europeu dos Contratos</i>	131
3 O DEVER DE RENEGOCIAR	136
3.1 <i>Introdução</i>	136
3.2 <i>Princípios do direito obrigacional</i>	137
3.3 <i>Dever legal de renegociar</i>	145
3.4 <i>Disposição contratual expressa: a cláusula de renegociação</i>	146
3.5 <i>A cláusula de hardship e a obrigação de renegociar</i>	151
3.6 <i>O teor do dever de renegociar. as obrigações e os direitos das partes.</i>	153
3.7 <i>Consequências na hipótese de insucesso das renegociações</i>	155
CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A	177
APÊNDICE B	187
APÊNDICE C	215
APÊNDICE D	231

INTRODUÇÃO

Em um momento de crise internacional institucional¹, política², econômica³, religiosa⁴ e humana⁵, falar em alteração de circunstâncias é, de um lado, abordar como essas questões afetam os pactos celebrados entre as partes e o seu equilíbrio econômico e, de outro, avaliar quais circunstâncias se encaixam no critério de imprevisíveis e extraordinárias em uma economia tecnológica, informacional e global⁶.

---

¹<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,escalada-da-lava-jato-preocupa-lula,10000000410>. Último acesso: 18.10.2015.

²<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-perde-apoio-no-conselho-de-etica-para-evitar-processo-de-cassacao,10000000399> Último acesso: 18.10.2015.

³<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bc-enfrenta-desafio-cada-vez-maior-para-levar-inflacao-ao-centro-da-meta,10000000394> Último acesso: 18.10.2015.

⁴<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,papa-pede-perdao-por-escandalos-que-abalaram-vaticano-e-roma,1779301>; <http://www.theguardian.com/world/video/2015/oct/18/israel-palestine-this-third-intifada-video>. Último acesso: 18.10.2015.

⁵<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-pede-que-uniao-europeia-agiliza-o-registro-e-realocacao-dos-refugiados,1780851>. Último acesso: 18.10.2015.

Confira-se análise precisa dos fatores de transformação do direito internacional em: MAGALHÃES, José Carlos de. **A Dívida Externa: Uma Questão de Direito Internacional Público**. 232 p. Tese apresentada para concurso de Livre Docência na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. Embora de 1989, é de leitura obrigatória em virtude de conservar a atualidade dos temas abordados, com destaque para o ressurgimento da religiosidade, de notável premência nos dias de hoje em função do terrorismo de fundo religioso, constante em nossa sociedade desde 2011.

⁶ “Uma nova economia, informacional e global, surgiu nas duas últimas décadas. É *informacional*, porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas estão organizadas em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação.” CASTELLS, Manuel. **Fim do Milênio. A sociedade em Rede: a era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3. p. 95-99. Segundo Henry Kissinger, cada era tem um tema central recorrente, um conjunto de crenças que oferece ao indivíduo, uma explicação para a multiplicidade de eventos que lhe são impingidos. Explica o autor que, em parte em função das razões tecnológicas, nossa época vive um momento em que “o poder assume forma de um fluxo sem precedentes enquanto pretensões de legitimidade a cada década multiplicam seu alcance de maneira inconcebíveis. Quando as armas se tornam capazes de destruir a civilização e as interações entre sistemas de valores se dão de forma instantânea e – num grau sem precedentes – de um modo invasivo, os cálculos a respeito da manutenção do equilíbrio de poder podem vir a se tornar obsoletos.” KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 369.

Alain Pellet destaca que o desenvolvimento militar e o aumento dramático da capacidade de destruição em massa em conflitos armados tornaram aguda a necessidade da adaptação das legislações à mudança. PELLET, Alain. L'adaptation du droit international aux besoins changeants de la société internationale. (Conférence inaugurale, session de droit international public, 2007) **Collected Courses of The Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 329, p. 9-48. Publicado originalmente em 2007. p. 18. Wilfred Jenks apontou que, dentre os dilemas do século XXI, estaria a incerteza e injustiça econômica. O mundo se encontra permanentemente sujeito a crises financeiras. JENKS, Wilfred. Economic and social change and the law of nations. **Collected Courses of The Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 138. Publicado originalmente em 1973. p. 466.

Na economia informacional, a produtividade e a competitividade dos agentes dependem da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação, particularmente em uma era caracterizada pela incerteza, pela descontinuidade, pela constante mudança, pela velocidade extrema, pelo desaparecimento das fronteiras e das distâncias e pela total renovação das ciências⁷.

Os contratos em geral, em especial os contratos internacionais, são hoje os principais instrumentos de viabilização do fluxo comercial entre os países⁸, por representarem um instrumento privilegiado da autonomia da vontade⁹, que permite com que os contratantes delimitem o conteúdo do contrato, assumindo os riscos julgados apropriados¹⁰. A liberdade de contratar se exterioriza sob dupla vertente: a liberdade de celebrar e a liberdade de modelar os contratos¹¹.

O contrato válido passa a ser cogente entre os signatários¹². O que as partes livremente estipularam deverá ser por elas cumprido sob pena de execução patrimonial do

---

⁷FONSECA, Rodrigo Garcia da. **A Função Social do Contrato e o Alcance do Artigo 421 do Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 2.

⁸ ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira**. De acordo com o novo CPC. 6. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016. p. 1, Capítulo 19.

⁹ Optou-se por utilizar a expressão “autonomia da vontade” no lugar de “autonomia privada”, considerada pelo direito privado como um conceito carregado de filosofia individualista, em virtude de “autonomia da vontade” ainda ser a expressão acolhida no direito internacional. Ruy Rosado de Aguiar Júnior destaca que “a *liberdade negocial* compreende a *liberdade de contratar* (a decisão de criar o vínculo obrigacional e a liberdade contratual (a possibilidade de se estabelecer o conteúdo do contrato) e decorre da autonomia da pessoa. De sua vez, a autonomia da pessoa, conceito mais amplo, compreende a autonomia privada, que é a capacidade de o indivíduo determinar-se nas suas relações, dentro do âmbito de liberdade que o ordenamento jurídico lhe reserva, e a autonomia da vontade, que é a capacidade de o indivíduo celebrar contratos e definir o conteúdo de suas cláusulas.” AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao Novo Código Civil: da extinção do contrato**. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. VI, tomo II. p. 57.

¹⁰ ZANETTI, Cristiano de Souza. O Risco Contratual. In: LOPEZ, Teresa Ancona, et al. (coord.) **Sociedade de Risco e Direito Privado**. Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 456. Segundo Zanetti, não podem as partes recusar as consequências da materialização dos riscos. “Liberdade e responsabilidade são faces da mesma moeda”.

¹¹ “A liberdade é a bandeira da Revolução Industrial. O contrato é visto como uma conjunção de consensos e toda a atenção fica voltada à sua formação. A liberdade é exprimida por meio do consenso, na liberdade de se vincular juridicamente. A justiça da relação contratual era assegurada pelo fato de corresponder à liberdade individual. No plano da técnica do direito, a liberdade de contratar consiste no poder do indivíduo constituir, modificar ou extinguir relações jurídicas – no poder, em outras palavras, de auto-regular os próprios interesses.” TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 113. Explica Nadia de Araujo que “atribui-se a Charles Dumoulin, jurista francês do século XVI, o desenvolvimento do princípio da autonomia da vontade no DIPr.” ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado: Teoria e Prática Brasileira**. De acordo com o novo CPC. 6. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016 p. 25, capítulo 19.

¹² “Para o direito privado, a declaração socialmente vinculante produz os efeitos pretendidos pelas partes, salvo se alguma norma cogente for violada”. ZANETTI, Cristiano de Souza. O Risco Contratual. In: LOPEZ, Teresa Ancona, et al. (coord.) **Sociedade de Risco e Direito Privado**. Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 457.

inadimplente¹³. No direito privado, todos são livres para assumir os riscos julgados apropriados. Dessa obrigatoriedade decorre o dogma da intangibilidade do conteúdo do contrato, a menos que haja novo concurso de vontades, alterando a avença¹⁴. De acordo com San Tiago Dantas, a forma evolutiva dos contratos se fundou em três princípios: a autonomia da vontade, a supremacia da ordem pública e a obrigatoriedade das convenções, limitada pela escusa de força maior¹⁵.

A intangibilidade do conteúdo do contrato é a pedra angular da segurança do comércio jurídico. Admitir-se o rompimento unilateral do ajuste seria incongruente, pois, “quem contrata quer precisamente se resguardar de eventos futuros; e seria uma incongruência que, sendo esta sua finalidade básica, pudesse o ajuste ser rompido, ou alterado, segundo a vontade unilateral dos contratantes¹⁶.” O princípio do *pacta sunt servanda* se consolidou como tal ao longo de toda a evolução do direito contratual, tanto nos sistemas derivados do

---

¹³ ZANETTI, Cristiano de Souza. O Risco Contratual. In: LOPEZ, Teresa Ancona, et al. (coord.) **Sociedade de Risco e Direito Privado**. Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 13.

¹⁴ LEÃES, Gastão Paes de Barros. A Onerosidade Excessiva no Código Civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 31, p. 12-25, jan. 2006. p. 13.

¹⁵ DANTAS, San Tiago. Evolução contemporânea do direito contratual. Dirigismo – Imprevisão. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 295-309, mar.-abr. 2014. Artigo publicado originalmente na RT 195/544-557, jan. de 1952. “O direito contratual do século XIX forneceu os meios simples e seguros dar eficácia jurídica a todas as combinações de interesses; aumentou, pela eliminação quase completa do formalismo, o coeficiente de segurança das transações; abriu espaço à lei da oferta e da procura, levantando as restrições legais à liberdade de estipular; se é certo que deixou de proteger os socialmente fracos, criou oportunidades amplas para os socialmente fortes, que emergiam de todas as camadas sociais, aceitando riscos fundando novas riquezas.”

¹⁶ LEÃES, Gastão Paes de Barros. A Onerosidade Excessiva no Código Civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 31, p. 12-25, jan. 2006. p. 13. Destaca José Carlos de Magalhães: “O processo dinâmico do Direito revela que os preceitos jurídicos são aplicados, através dos tempos, a situações e fatos nem sempre coincidentes, porém em consonância com o entendimento prevalente em determinada época, ou adotado por determinado grupo dominante. O princípio ‘pacta sunt servanda’, que tem, como pressuposto, a estabilidade e a normalidade das circunstâncias de fato, não foge à regra. A condição ‘rebus sic stantibus’, ainda que não expressamente ajustada, permite adequá-lo à realidade cambiante das relações jurídicas. Os compromissos devem ser adimplidos, desde que, em virtude de modificações significativas não previstas, inevitáveis e irresistíveis, esse adimplemento não resulte em grave lesão para uma das partes. Em outras palavras, a força maior e o caso fortuito constituem causas justificativas de rescisão ou de renegociação dos contratos.” MAGALHÃES, José Carlos de. **A Dívida Externa: Uma Questão de Direito Internacional Público**. 232 p. Tese apresentada para concurso de Livre Docência na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. p. 19.

direito romano, como nos sistemas derivados do direito anglo-saxão¹⁷. A sua função de certeza e segurança jurídica é o que garante a sobrevivência do instituto¹⁸.

Excepcionalmente, no entanto, o equilíbrio do contrato e a equivalência das prestações são afetados por alterações profundas dos fatos, supervenientes à formação do contrato, que não puderam ter sido levadas em consideração pelas partes, ou ainda cuja escala de grandeza não fora considerada, que se encontram fora da esfera de controle da parte em desvantagem e além dos riscos por ela assumidos.

Nesse momento, a força obrigatória dos contratos e a autonomia da vontade, que amparam a sua concepção clássica, sofrem a influência de princípios que reconhecem a quebra do sinalagma pretendido pelas partes quando da sua contratação e autorizam o seu reequilíbrio, quer por meio da intervenção de um terceiro, quer pelo dever de renegociar. Essa nova realidade reflete a concepção moderna e social do contrato, dando relevo aos princípios da boa-fé e da função social do contrato¹⁹, impondo às partes o dever de cooperar para o bom funcionamento da relação contratual.

Diversas são as teorias que buscam sistematizar sob que fundamento, e em que condições, as alterações de circunstâncias autorizariam o devedor a requerer a renegociação, resolução ou revisão do contrato²⁰

---

¹⁷A força obrigatória dos contratos encontra-se prevista nas disposições gerais dos Princípios do UNIDROIT, artigo 1.3. “Um contrato validamente celebrado é vinculatório entre as partes. Ele somente pode ser modificado ou extinto em conformidade com o disposto em suas próprias cláusulas, ou pelo comum acordo das partes, ou ainda segundo previsão diversa contida nos presentes Princípios.” Essa obrigatoriedade é reforçada no art. 6.2.1, que dispõe que, mesmo que o cumprimento do contrato se torne mais oneroso para uma das partes, essa parte continua obrigada a cumprir o contrato, ressalvadas as disposições de *hardship* previstas na Seção 2, Artigo 6.

¹⁸ MAGALHÃES, José Carlos de. **A Dívida Externa**: Uma Questão de Direito Internacional Público. 232 p. Tese apresentada para concurso de Livre Docência na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. p. 14.

¹⁹ AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao Novo Código Civil**: da extinção do contrato. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.) Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. VI, tomo II. 58/59. Explica José Carlos de Magalhães que “A norma, legal ou contratual, pois, não é estratificada e imutável, ainda quando corresponda a preceito jurídico reconhecido. Sua adequação a uma determinada situação concreta é feita por meio de processo dinâmico, em que serve de parâmetro para a tomada de decisão, juntamente com outros fatores e valores eleitos pela comunidade e aplicáveis à realidade examinada. Rápida resenha sobre a evolução de algumas normas de Direito Internacional, consagradas por largo período para regular determinadas relações jurídicas, põe em evidência as tensões políticas e os interesses econômicos conflitantes que motivaram transformações substanciais na ordem jurídica, ao fim de longo processo, nem sempre pacífico. Essas tensões participam da formação do direito internacional e de sua contínua evolução.” MAGALHÃES, José Carlos de. **A Dívida Externa**: Uma Questão de Direito Internacional Público. 232 p. Tese apresentada para concurso de Livre Docência na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989. p. 19-20.

²⁰ MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. **Da Boa Fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina, 2001. (Coleção Teses). p. 1098. Nesse sentido, Paulo Carneiro Maia: “extremam-se as opiniões em busca de fundamento doutrinário. E por mais laborioso que haja sido o esforço dos doutrinadores, nas diversas

Essa tema – da alteração de circunstâncias – afeta, em particular, os contratos de longa duração, também denominados de contratos de longo prazo ou de execução deferida no tempo. Por esse motivo, delimitou-se o presente estudo a essa espécie de contrato, a ser tratada no capítulo seguinte. O decurso do tempo aumenta a chance de materialização dos riscos e de mudança de ambiente contratual, e seus efeitos podem causar modificações significativas no sinalagma arquitetado pelas partes, gerando desequilíbrio²¹.

Em seguida, far-se-á a contextualização do tema com a análise da origem histórica das teorias que lidam com a distribuição dos riscos extraordinários e supervenientes à contratação²². Logo após, serão analisadas as condições de incidência do instituto por leis nacionais, quais sejam, Alemanha, França, Itália, Portugal e Brasil, bem como por instrumentos de harmonização, unificação e uniformização do direito internacional, quais sejam, os Princípios do UNIDROIT, a Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (“Convenção de Viena”) e os Princípios do Direito Europeu dos Contratos (“Princípios do Direito Europeu” ou “PECL”).

Por fim, analisar-se-á a se, dentre os efeitos jurídicos da nova realidade fática dos contratos, existe o dever legal de renegociar, mesmo nos casos em que a norma não é explícita, como nos instrumentos de harmonização, unificação e uniformização do direito internacional, em que a renegociação é uma obrigação legal. Configura-se uma etapa que deve ser concluída de boa-fé, antes que as partes tenham acesso aos demais remédios, de resolução e de revisão dos contratos. Analisar-se-á se, diante da complexidade da adaptação do contrato por um terceiro, da existência de redes de contratos relacionados que caracterizam as relações duradoras, exortando ao dever de colaboração, no qual a resolução do contrato não se afigura como resposta satisfatória, é possível extrair um dever de renegociar do sistema jurídico brasileiro²³.

---

construções jurídicas, é difícil, senão impossível, encontrar-se denominador comum para eles. (...) a não ser o acordo na necessidade de adaptar-se a noção do contrato com o equilíbrio econômico dos que dele participam.” MAIA, Paulo Carneiro. **Da cláusula rebus sic stantibus**. São Paulo: Saraiva, 1959. p. 148.

²¹ NANNI, Giovanni Ettore. A obrigação de renegociar no Direito Contratual brasileiro. **Revista do Advogado**, São Paulo, ano XXXII, n. 116, p. 88-97, jul. 2012. p. 91.

²² FRANTZ, Laura Coradini. **Revisão dos contratos**: elementos para sua construção dogmática. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção prof. Agostinho Alvim). p. 7. Segundo Ruy Rosado de Aguiar Júnior, as teorias explicativas têm duas vertentes: “as subjetivas, que valorizam a vontade das partes, expressa ou implícita, para afirmar que a modificação da relação decorre da obediência devida à contraparte; as objetivas que consideram o desaparecimento da causa do contrato e a quebra da equivalência entre as prestações.” AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao novo Código Civil**: da extinção do contrato. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. VI, tomo II. p. 840-841.

²³ Carlos Maximiliano, ao analisar os fatos sociais, explica que a Hermenêutica não pode se furtar à influência do meio: “não pode o Direito isolar-se do ambiente em que vigora, deixar de atender às outras

O tema ora analisado permite muitas ramificações como, por exemplo, as diferenças entre os eventos supervenientes e imprevisíveis, a força maior e o caso fortuito, passando pela doutrina da impossibilidade. Comparações com o instituto da lesão e do erro. Cotejo entre o desequilíbrio das prestações e o enriquecimento sem causa. No entanto, optou-se por não trilhar esses caminhos, pois o tema já se apresentava vasto da forma proposta.

---

manifestações da vida social e econômica; e esta não há de corresponder imutavelmente às regras formuladas pelos legisladores. Se as normas positivas se não alteram à proporção que envolve a coletividade, consciente ou inconscientemente a magistratura adapta o texto preciso às condições emergentes, imprevistas”. O autor conclui que as mudanças econômicas e sociais constituem fundo e a razão de ser da evolução jurídica. MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 20. ed. 2 tir. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 129.

CONCLUSÃO

O Brasil vive uma era de revisão de conceitos, de reforço da tutela de confiança, da lealdade e da cooperação entre as partes. O momento propício para mudanças, em especial aquelas que sobrelevam preceitos éticos. Nesse contexto e na linha dos instrumentos internacionais não vinculativos, o dever de renegociar contratos desequilibrados por eventos extraordinários e imprevisíveis, que tornam a prestação de uma das partes demasiadamente onerosa, decorre da cláusula geral de boa-fé, do dever de cooperação e do equilíbrio dos contratos.

O pedido de renegociação deve ser uma condição para requerer a adaptação ou resolução do contrato. A parte em desvantagem somente poderá aplicar essas regras caso tenha previamente requisitado a renegociação do contrato no intuito de adaptá-lo às novas circunstâncias. Somente no caso de essas negociações falharem, a parte poderá pleitear a intervenção judicial. Em segundo lugar, a parte em vantagem está obrigada a travar negociações quando assim solicitada de acordo com a boa-fé. Isso significa que a parte afetada deve solicitar a renegociação sem demora indevida, indicando os fundamentos do seu pedido.

As negociações devem ser conduzidas seguindo o princípio geral da boa-fé, de forma que o dever de negociar com justiça e o dever de colaboração recaiam sobre ambas as partes. Ambas as partes têm o dever de acordar, mas estão limitadas a aceitar uma proposta de modificação razoável e justa. A parte em desvantagem tem o direito de pleitear em juízo uma medida de reparação, fazendo valer o que deveria ter sido feito se tivessem sido observados os princípios da boa-fé, da negociação justa e da colaboração.⁵⁵¹

De acordo com Giovanni E. Nanni, os pactos de longa duração conduzem à reflexão sobre a tensão que existe entre a necessária estabilidade da avença e a continuidade no tempo, “para tanto, a cláusula de renegociação favorece a almejada perenidade contratual, no sentido de se atingir o termo final do contrato com seu regular e integral cumprimento.”

Somente em circunstâncias extraordinárias a parte em desvantagem poderá suspender o adimplemento de sua prestação. As partes, porém, poderão estabelecer uma “regra de

---

⁵⁵¹ URIBE, Rodrigo Andrés Momberg. **The effect of a change of circumstances on the binding force of contracts.** Comparative perspectives. Cambridge: Intersentia, Metro, 2011. Disponível em: http://intersentia.com/en/pdf/viewer/download/id/9781780680057_0/ Último acesso: 11.04.2017. p. 235

adimplemento mínimo”, ou seja, a parte que requisitar o ajuste deve apresentar uma proposta de “adimplemento mínimo” a que se obrigará durante o período de renegociação. Na ausência dessa definição, qualquer das partes poderá requisitar a aplicação dessa regra de adimplemento mínimo em juízo.⁵⁵²

Se o pedido de renegociação não tiver sucesso por conta da recusa injustificada de uma das partes em travar negociação ou se as negociações forem interrompidas por conta da conduta abusiva ou a má-fé de uma das partes, a parte afetada terá o direito de reivindicar a indenização pelas perdas e danos causados por conta do atraso, bem como o reembolso dos custos incorridos enquanto acreditava na realização do acordo.⁵⁵³

Se ambas as partes agiram de boa-fé mas, ainda assim, as negociações não lograram sucesso dentro de um período razoável de tempo, a solução prevista nos Princípios do UNIDROIT e nos Princípios do Direito Europeu dos Contratos parece ser a mais adequada: qualquer das partes poderá pleitear em juízo uma adaptação do contrato às novas circunstâncias, tendo o Judiciário amplo poder para modificar o contrato ou resolvê-lo, conforme julgar ser a solução mais adequada ao caso específico.

Por fim, destaca-se que a existência de um dever de renegociar não necessariamente implica a incerteza ou a redução da estabilidade do contrato. Pelo contrário, a renegociação concede flexibilidade para que as partes possam buscar a melhor adaptação do contrato às novas circunstâncias, o que, em última instância, reduz a probabilidade de disputa entre as partes, podendo ser vista como uma forma de estabilização das relações. Nesse sentido, o papel preventivo de uma adaptação hipotética de um contrato em juízo pode também ser um incentivo para que as partes cheguem a um acordo ou solucionem suas diferenças em vez de travar uma disputa judicial, incorrer em violação contratual ou buscar o término da relação.

---

⁵⁵² URIBE, Rodrigo Andrés Momberg. **The effect of a change of circumstances on the binding force of contracts.** Comparative perspectives. Cambridge: Intersentia, Metro, 2011. Disponível em: http://intersentia.com/en/pdf/viewer/download/id/9781780680057_0/ Último acesso: 11.04.2017. p. 235

⁵⁵³ URIBE, Rodrigo Andrés Momberg. **The effect of a change of circumstances on the binding force of contracts.** Comparative perspectives. Cambridge: Intersentia, Metro, 2011. Disponível em: http://intersentia.com/en/pdf/viewer/download/id/9781780680057_0/ Último acesso: 11.04.2017. p. 235

REFERÊNCIAS

- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor**: resolução. Rio de Janeiro: Aide, 2003.
- AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Comentários ao Novo Código Civil**: da extinção do contrato. Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. VI, tomo II.
- ALVIM, Agostinho. Direito das Obrigações. Exposição de Motivos. **Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 24, ano VI, 1972.
- ARAUJO, Nadia de; JACQUES, Daniela Corrêa. Contratos internacionais no Brasil: posição atual da jurisprudência no Brasil. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v.34, p. 267-280, 2008.
- ARAUJO, Nadia de. **Contratos Internacionais**: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. 4. ed., rev., amp. .Rio de Janeiro: Renovar, 2009.
- ARAUJO, Nadia de; GAMA JR., Lauro. A escolha da lei aplicável aos contratos do comércio internacional: os futuros princípios da Haia e perspectivas para o Brasil escritório permanente da conferência de haia de direito internacional privado. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 34, p. 11-38, jul. 2012.
- ARAUJO, Nadia de. Uma visão econômica do Direito Internacional Privado: contratos internacionais e autonomia da vontade. In: TIMM, Luciano Benetti. (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1, p. 433-444.
- ARAUJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado**: Teoria e Prática Brasileira. De acordo com o novo CPC. 6. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016.
- ASFAR-CAZENAVE, Caroline. Le nouveau droit français des contrats. **Revue juridique Thémis de l'Université de Montréal – RJTUM**, Montreal, v. 49-3, 2016-07-29. Disponível em: https://ssl.editionsthemis.com/uploaded/revue/article/13587_C_Asfar-Cazenave.pdf. Último acesso: 02.05.2017.
- ASSIS, Araken de. **Resolução do contrato por inadimplemento**. 4. ed., rev., atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- ASSIS, Araken de. et al. **Comentários ao Código Civil brasileiro**: Do direito das obrigações. Arruda Alvim e Thereza Alvim (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2007. v. 05.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria da imprevisão e revisão judicial nos contratos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 733, p. 109-119, nov. 1996.
- AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio Jurídico e Declaração Negocial**. Noções Gerais e Formação da Declaração Negocial. Tese para o Concurso de Professor Titular de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BANDEIRA, Paula Greco. Os contratos incompletos e a soft law, *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 966, p. 145-165, abr. 2016.

BAPTISTA, Luiz Olavo. **Contratos Internacionais**. São Paulo: Lex, 2010.

BAPTISTA, Luiz Olavo. O risco nas transações internacionais problemática jurídica e instrumentos (de defesa) (2012). In: _____; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira (org.). **Direito Internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. V.5, p. 201-214 (Coleção Doutrinas Essenciais).

BASSO, Maristela. O Direito e as Relações Internacionais no Novo Cenário Mundial: o Fenômeno Crescente das Organizações Internacionais. **Estudos Jurídicos**, v. 25, n. 65, set. - dez. 1992.

BAZERMAN, Max H.; KAHNEMAN, Daniel. How to Make the Other Side Play Fair. Boston, **Harvard Business Review**, p. 76-81., set. 2016. Disponível em: <https://hbr.org/2016/09/how-to-make-the-other-side-play-fair>. Último acesso: 27.03.2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

BESSONE, Mario. **Adempimento e Rischio Contrattuale**. Milano: Milano Giuffrè, 1975.

BEVILACQUA, Clóvis. **Princípios Elementares de Direito Internacional Privado**. Ed. histórica. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1978.

BONELL, Michael Joachim (ed.). **The UNIDROIT Principles in Practice**: Caselaw and Bibliography on the Principles of Commercial Contracts. 2. ed. Ardsly: Transnational Publishers, 2006.

BORGES, Nelson. A teoria da imprevisão e os contratos aleatórios. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 782, p. 78-89, dez. 2000.

BRUNNER, Cristopher. **Force Majeure and Hardship under General Contract Principles**: Exemption for Non-performance in International Arbitration. Leiden: Kluwer Law International, 2008.

CARDOSO, Luiz Philipe Tavares de Azevedo. **A onerosidade excessiva no Direito Civil brasileiro**. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, Athos Gusmão. O contrato de leasing financeiro e as ações revisionais. In: WALD, Arnaldo (org.). **Direito Empresarial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. V.4, p.433-472. (Coleção Doutrinas Essenciais). Publicado originalmente em *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, São Paulo, v.2, p. 11-40, mai.- ago. 1998.

CARTWRIGHT, John; FAUVARQUE-COSSON, Bénédicte; WHITTAKER, Simon. **The law of contract, the general regime of obligations, and proof of obligations**. The new provisions of the *Code civil* created by *Ordonnance* n. 2016-131 of 10 February 2016 translated into English. Disponível em: http://www.textes.justice.gouv.fr/art_pix/THE-LAW-OF-CONTRACT-2-5-16.pdf. Disponível em: 13.04.2017.

CASADO, Márcio Mello. O leasing e a variação cambial. In: MIRAGEM, Bruno; MARQUES, Claudia Lima. (org.). **Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v.4, p.445-466. (Coleção Doutrinas Essenciais). Publicado originalmente em Revista dos Tribunais, São Paulo, v.763, p. 77-92, mai. 1999.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio: A sociedade em Rede: a era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

CASTIÑEIRA JEREZ, Jorge. **La inexigibilidad de la prestación contractual ante la alteración sobrevenida de las circunstancias**. Tesis doctoral, 2015 - Esade Law School. Universitat Ramon Llull, Barcelona, 2015.

CASTRO, Amílcar de. **Direito Internacional Privado**. 5. ed. aumentada e atualizada com notas de rodapé por Osiris Rocha. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CATALA, Pierre. Proposals for Reform of the Law of Obligations and the Law of Prescription. English translation of Avant-projet de réforme du droit des obligations et de la prescription by John Cartwright and Simon Whittaker. Oxford, 2007.. Disponível em: http://www.justice.gouv.fr/art_pix/rapportcatatla0905-anglais.pdf. Último acesso: 24.04.2017.

COASE, R.H. The Nature of the Firm. **Economica**, London, v.4, n.16, p. 386-405, Nov. 1937. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x/full>. Último acesso: 27.03.2017.

COGO, Rodrigo Barreto. **A frustração do fim do contrato**. O impacto dos fatos supervenientes sobre o programa contratual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COLLINS, Hugh. **Regulating Contracts**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

CONLEN, William J. The doctrine of frustration as applied to contracts. **University of Pennsylvania Law Review**, Philadelphia, v. 70, n. 2, p. 87-94, 1922. Disponível em: http://scholarship.law.upenn.edu/penn_law_review/vol70/iss2/2

CONSELHO CONSULTIVO DA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS (CISG). Parecer nº 7 sobre Exoneração de Responsabilidade por perdas e danos, conforme o art. 79 da CISG. Tradução Pedro Silveira Campos Soares. Disponível em: <http://www.cisg-brasil.net/downloads/cisgac/op7.pdf>. Último acesso: 25.10.2015. A versão original em inglês pode ser encontrada em CISG Advisory Council Opinion No. 7. Exemption of Liability for Damages Under Article 79 of the CISG. <http://cisgw3.law.pace.edu/cisg/CISG-AC-op7.html>. Último acesso: 16.04.2017

COSTA, José Augusto Fontoura. **Normas de Direito Internacional: aplicação uniforme do Direito uniforme**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, José Augusto Fontoura; NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. As cláusulas de força maior e de hardship nos contratos internacionais. In: TEPEDINO, Gustavo José Mendes; FACHIN, Luiz Edson. (org.). **Obrigações e Contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 4, p. 633-667. (Coleção Doutrinas Essenciais)

COSTA, José Augusto Fontoura. Crise da globalização e desafios do direito internacional. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico - RFDfE**, Belo Horizonte, v.2, n. 3, p.173-202, mar.- ago. 2013.

COSTA, José Augusto Fontoura; SANTOS, Ramon Alberto dos. Contratos internacionais e a eleição de foro estrangeiro no Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 253, p. 109-128, 2016.

COSTA, José Eduardo da. A revisão dos contratos: entre pacta sunt servanda e o equilíbrio econômico. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues (coord.). **Temas relevantes do direito civil contemporâneo**: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil. São Paulo: Atlas, 2012.

CRASWELL, Richard. Contract remedies, renegotiation, and the theory of efficient breach. **Southern California Law Review**, Los Angeles, v. 61, 629, Mar. 1988.

CURTI GIALDINO, A. La volonté des parties en droit international privé. **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 137. Publicado originalmente em 1972.

DANTAS, San Tiago. Evolução contemporânea do direito contratual. Dirigismo – Imprevisão. **Revista dos Tribunais**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 295-309, mar.- abr. 2014. Artigo publicado originalmente na RT 195/544-557, jan. 1952.

DEMING, Richard. **Man and the World**: international law at work. New York: Hawthorn Books, 1974.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. A livre negociação dos índices: leis de ordem pública e teoria da imprevisão. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 80, v. 672, p. 72-79, out. 1991. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/8900>>. Último acesso: 05.04.2017.

ENDERLEIN, Fritz; MASKOW, Dietrich. **International Sales Law**. United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods. Convention on the Limitation Period in the International Sale of Goods. Oceana Publications. 1992. Disponível em: <https://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/enderlein.html>. Último acesso: 21.04.2017

FACHIN, Luiz Edson. Risco contratual e a ocorrência de fato superveniente. In: _____ (coord.) **Contratos e Responsabilidade Civil**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v. I, p. 115-131. (Coleção Soluções Práticas de Direito - Pareceres)

FACHIN, Luiz Edson. Fato de força maior e o adimplemento contratual. In: _____ (coord.) **Contratos e Responsabilidade Civil**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. v. I, p. 231-276 (Coleção Soluções Práticas de Direito - Pareceres)

FIGUEIREDO, Sá Moreira de. **A onerosidade excessiva na revisão e extinção dos contratos**: A concorrência na aplicação da regra dos arts. 317 e 478 do Código Civil

Vigente. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FIN-LANGER., Laurence. **L'équilibre contractuel**. Préface de Catherine Thibierge. Paris: LGDJ, 2002.

FLAMBOURAS, Dionysios. Comparative remarks on CISG Article 79 & PECL Articles 6:111, 8:108. In: PACE LAW SCHOOL, INSTITUTE OF INTERNATIONAL COMMERCIAL LAW. Guide to Article 79. Comparison with Principles of European Contract Law (PECL) (2002). Disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/text/peclcomp79.html#er>. Último acesso: 10.10.2015.

FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso fortuito e teoria da imprevisão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. **A Função Social do Contrato e o Alcance do Artigo 421 do Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

FONTAINE, Marcel. Hardship, CISG and the UNIDROIT Principles: An important decision of the Belgian Cour de Cassation. In: CELLI JR., U.; BASSO, M.; AMARAL JR., A. (Coords.). **Arbitragem e Comércio Internacional**: estudos em homenagem a Luiz Olavo Baptista. São Paulo: Quartier Latin, 2013. p.123-139.

FORGIONI, Paula Andrea. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais**. Prefácio de Fábio Nusdeo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

FRADERA, Vera Maria Jacob de; MOSER, Luiz Gastão Meira (orgs.). **A compra e venda internacional de mercadorias**: Estudos sobre a Convenção de Viena de 1980. São Paulo: Atlas, 2011.

FRADERA, Vera Maria Jacob de. A contribuição da CISG (Convenção de Viena sobre os Contratos de Compra e Venda Internacional) para a atualização e flexibilização da noção de contrato no direito brasileiro. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 43-52, jul.-set. 2012.

FRANCO, Nancy Gombossy de Melo; GERBASI, Thiago Soares. A aplicabilidade da teoria da imprevisão aos contratos de compra e venda de commodities: uma visão a partir da jurisprudência do STJ. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 25-44, nov. 2013.

FRANTZ, Laura Coradini. **Revisão dos Contratos**: elementos para sua construção dogmática. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção prof. Agostinho Alvim)

FRANTZ, Laura Coradini. Excessiva Onerosidade Superveniente: uma análise dos julgados do STJ. In: MARTINS-COSTA, Judith. **Modelos de direito privado**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

GAMA JR., Lauro. **Os princípios do Unidroit relativos aos contratos do comércio internacional 2004 e o direito brasileiro**: convergências e possibilidades. Disponível em: http://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/publicaciones_digital_XXXIII_curso_derecho_internacional_2006_Lauro_Gama_Jr.pdf. Último acesso: 24.04.2017.

GAMA JR., Lauro. Os Princípios do UNIDROIT relativos aos contratos do comércio internacional: uma nova dimensão harmonizadora dos contratos internacionais. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 48-100, jan.-mar. 2006.

GAMA JR., Lauro. **Contratos internacionais à luz dos princípios UNIDROIT 2004: soft law, arbitragem e jurisdição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GAMA JR., Lauro. A Convenção de Viena sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias – 1980: essa grande desconhecida. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo: Revista dos Tribunais. abr.-jun. 2006. v. 09.

GARCEZ, José Maria Rossani. **Contratos internacionais comerciais: planejamento, negociação, solução de conflitos, cláusulas especiais, convenções internacionais**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GARRO, Alejandro. **Comparison between provisions of the CISG regarding exemption of liability for damages (Art. 79) and the counterpart provisions of the UNIDROIT Principles (Art. 7.1.7)**. Disponível em <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/principles/uni79.html#giv>. Último acesso: 21.04.2017.

GAVAZZONI, Adriana. **A renegociação e adaptação do contrato internacional**. Curitiba: Juruá, 2006. (Coleção Biblioteca de Direito Internacional)

GOLDBERG, Daniel. Teoria da imprevisão, inflação e "fato do príncipe". **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 723, p. 194-205, jan. 1996.

GOLDBERG, Victor P. (ed.) **Readings in the economics of contract law**. New York: Cambridge University, 1989.

GOLDBERG, Victor P. **Rethinking contract law and contract design**. Camberley: Edward Elgar, 2015. (Rethinking Law Series).

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26. ed. rev., atual., aum. Coordenação Edvaldo Brito; Atualização Antonio Junqueira de Azevedo, Francisco Paulo de Crescenzo Marino. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GORDLEY, James. Impossibility and Changed and Unforeseen Circumstances. **American Journal of Comparative Law** (2004), 52, p. 513-530. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/gordley1.html>. Último acesso: 29.05.2016.

GROTTE, A. Marraud des et al. **Le Droit des Contrats Réformé: 60 points-clés à maîtriser pour vos opérations de M&A / Financement**. Préface de Jean-Pierre Martel. Paris: Fauves, 2016.

GROTTE, A. Marraud des et al. **Le Droit des Contrats Réformé: Table de concordance**. Les articles du Code civil pour saisir les points-clés de la réforme. Paris: Fauves, 2016.

HONDIUS, Ewoud; GRIGOLEIT, Hans Cristoph (ed.). **Unexpected Circumstances in European contract law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE - ICC. **ICC Force Majeure Clause 2003. ICC Hardship Clause 2003**. Developed by the ICC Commission on Commercial

Law and Practice. Draftsman-in-chief Professor Charles Debattista. Paris: ICC Publishing, 2003.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. **Progressive Codification of International Trade Law, by Professor Tudor Popescu, of the University of Bucarest, Member of the Governing Council – Rome, May 1970.** Disponível em: U.D.P. 1970 – Etudes L – Doc. 1.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. Progressive Codification of International Trade Law. **Report on the Research undertaken by the Secretariat with a view to Examining the Expediency of Drafting Uniform Rules on the Non-Performance of Contracts..** Rome, March 1973. Disponível em: U.P.D. 1973. Etudes L – Droit des obligations – doc. 4; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1973/study50/s-50-004-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. Progressive Codification of International Trade Law. **Proposed rules on Hardship with Introduction and Explanatory Report.** Disponível em: UNIDROIT 1983 – Study L – doc. 24; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1983/study50/s-50-024-e.pdf>. Último acesso: 25.03.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. Working Group for the preparation of Principles for International Commercial Contracts. **Report on the meeting held in Rome from 14 to 17 April 1986.** (Prepared by the Secretariat of UNIDROIT). Rome, April 1986. Disponível em: UNIDROIT 1986. P.C. – Misc. 9; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1986/study50/s-50-misc09-e.pdf>. Último acesso: 26.03.2017

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. **Principles for International Commercial Contracts.** Chapter 1: General Provisions. Chapter II: Formation. Chapter III: Interpretation. Chapter IV: Mistake, Fraud, Threat and Gross Disparity. Chapter V: Performance. Section 1: Performance in General. Section 2: Hardship. Chapter VI: Non-Performance. Section 1: General Provisions. Section 2: Specific Performance. Section 3: Termination. Section 4: Damages and Exemption Clauses. Section 5: Restitution. (Second consolidated text of the Principles prepared by the Secretariat on the basis of the drafts so far discussed by the Working Group) – Rome, May 1987. Disponível em: UNIDROIT 1987 – Study L – Doc. 40; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1987/study50/s-50-040-e.pdf>. Último acesso: 26.03.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. Working Group for the Preparation of Principles for International Commercial Contracts. **Chapter 5: Performance. Section 2: Hardship** (Draft and Comment prepared by Professor Dietrich Maskow, Hochschule für Recht und Verwaltung Potsdam, pursuant to the discussions during the meeting of the Working Group held in Rome from 14 to 17 April 1986 and 20 to 23 May 1987) – Rome, September 1990. Disponível em: UNIDROIT 1990. Study L – Doc. 46; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1990/study50/s-50-046-e.pdf>. Último acesso:

26.03.2017

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Working Group for the preparation of Principles for International Commercial Contracts. **Summary Records of the Meeting held in The Hague from 19 to 23 November 1990.** (Prepared by the Secretariat of UNIDROIT). Rome, October 1992. Disponível em: UNIDROIT 1992. P.C. – Misc. 16; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1992/study50/s-50-misc16-e.pdf>. Último acesso: 01.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Working Group for the preparation of Principles for International Commercial Contracts. **Summary Records of the Meeting held in The Hague from 27 to 31 May 1991.** (Prepared by the Secretariat of UNIDROIT). Rome, February 1993. Disponível em: UNIDROIT 1993. P.C. – Misc. 17; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/1993/study50/s-50-misc17-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. UNIDROIT **Principles of International Commercial Contracts 2010.** Disponível em: <http://www.unidroit.org/instruments/commercial-contracts/unidroit-principles-1994>. Último acesso: 10.05.2017

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Item No. 6 on the agenda: Principles of International Commercial Contracts. 85th Session. Rome, 8 to 10 May, 2006.** (Memorandum prepared by the Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2006. C.D. (85) 6. March 2006; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2006session/cd85-06-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Item No. 10 on the agenda: Principles of International Commercial Contracts. 86th Session. Rome, 16 to 18 April, 2007.** (Memorandum prepared by the Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2007. C.D. (86) 10. March 2007; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2007session/cd86-10-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Working Group for the preparation of Principles of International Commercial Contracts. **Summary Report on the 5th Session. Rome 24 to 26 May, 2010.** (Prepared by the UNIDROIT Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2010. Study L – Misc. 30. June 2010; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2010/study50/s-50-misc30-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW – UNIDROIT. UNIDROIT **Principles of International Commercial Contracts 2010.** Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/principles/contracts/principles2010/integralversionprinciples2010-e.pdf>. Último acesso: 26.11.2016.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Item 4 on the Agenda: International Commercial Contracts – (b) Possible future works on long term contracts. 92nd Session. Rome, 8 to 10 May, 2013.** (Memorandum prepared by the Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2013. C.D. (92) 4 (b). March 2013; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-04b-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Revised Annotated Draft Agenda. 92nd Session. Rome, 8 to 10 May, 2013.** Disponível em: UNIDROIT 2013. C.D. (92) 1 rev. 4. April 2013; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-01rev-04-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Summary of the Conclusions. 92nd Session. Rome, 8 to 10 May, 2013.** Disponível em: UNIDROIT 2013. C.D. (92) Misc. 2. May 2013; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-misc02-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Report. 92nd Session. Rome, 8 to 10 May 2013.** (Prepared by the Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2013. C.D. (92) 17. August 2013; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2013session/cd92-17-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Governing Council. **Item 3 on the Agenda: International Commercial Contracts – Possible future work on long term contracts. 93rd Session. Rome, 7 to 10 May 2014.** (Prepared by the Secretariat). Disponível em: UNIDROIT 2014. C.D. (93) 3. March 2014; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/governments/councildocuments/2014session/cd-93-03-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Working Group on Long-Term Contracts. **Report. 1st Session. Rome, 19 to 23 January 2015.** (Prepared by the UNIDROIT Secretariat). Disponível em: 2015. Study L – Misc. 31 Rev. March 2015; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2015/study50/s-50-misc31rev-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Working Group on Long-Term Contracts. **The UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts and Long-Term Contracts. 1st Session. Rome, 19 to 23 January, 2015.** (Position paper prepared by Michael Joachim Bonell). Disponível em: UNIDROIT 2014. Study L – Doc. 126. October 2014; Disponível em: <http://www.unidroit.org.cloud.seeweb.it/english/documents/2014/study50/s-50-126-e.pdf>. Último acesso: 25.04.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Notion of “long-term contracts”. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Drafts prepared by Professors M. J. Bonell and Neil Cohen). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 128 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-128rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Contracts with open terms. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Drafts prepared by Sir Vivian Ramsey) Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 129 rev. January 2016. Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-129rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Agreements to negotiate in good faith. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Professor Neil Cohen). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 130 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-130rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Contracts with evolving terms. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Professor Michael Joachim Bonell). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 131 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-131rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Supervening events. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Professor Neil Cohen). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 132 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-132rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Co-operation between the parties. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Professor Michael Joachim Bonell). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 133 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-133rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Restitution after ending contracts entered into for an indefinite**

period.. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015. (Draft prepared by Professor Reinhard Zimmermann) Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 134 rev. January 2016. Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-134rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Termination for compelling reason. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Sir Vivian Ramsey and Professor Reinhard Zimmermann). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 135 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-135rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW - UNIDROIT. Principles of International Commercial Contracts. Working Group on Long-Term Contracts. **Post-contractual obligations. 2nd session. Hamburg, 26 to 29 October, 2015.** (Draft prepared by Professor Christine Chappuis). Disponível em: UNIDROIT 2016. Study L – Doc. 136 rev. January 2016; Disponível em: <http://www.unidroit.org/english/documents/2016/study50/s-50-136rev-e.pdf>. Último acesso: 10.05.2017.

JENKS, Wilfred. Economic and social change and the law of nations. **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 138. Publicado originalmente em 1973.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Tradução Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KORNHAUSER, Lewis A. An introduction to the economic analysis of contract remedies. **University of Colorado Law Review**, Boulder, v. 57, p.683-725, 1985-1986.

KRONKE, Herbert. The UN Sales Convention, the UNIDROIT Contract Principles and the way beyond. **Journal of Law and Commerce**, v. 25, p. 451-265, 2005-06. Disponível em: <https://www.uncitral.org/pdf/english/CISG25/Kronke.pdf> Último acesso: 06.04.2017.

KRONMAN, Anthony T.; POSNER, Richard A. **The Economics of Contract Law**. Boston e Toronto: Little, Brown and Company, 1979.

LARENZ, Karl. **Derecho de Obligaciones**. Tradução Jaime Santos Briz. Madrid: Edersa, 1958. Versão espanhola do original em alemão.

LARENZ, Karl. **Derecho Civil. Parte General**. Tradução Miguel Izquierdo e Macias Picavea. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978. Versão espanhola do original em alemão Allgemeiner Teil des deutschen Bürgerlichen Rechts.

LARENZ Karl. **Base del Negocio Jurídico y Cumplimiento de los Contratos**. Tradução Carlos Fernandez Rodrigues. Granada: Editorial Comares, 2002.

LAUTERPACHT, E. The development of the law of international organization by the decisions of international tribunals. **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 152. Publicado originalmente em 1976.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. A Onerosidade Excessiva no Código Civil. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 31, p. 12-25, jan. 2006.

LEITE, Ana Paula Parra. **Equilíbrio Contratual**. 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Direito Civil), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEVY, Daniel de Andrade. A Revisão Contratual como Condição para a Incógnita da Sociedade de Risco. In: LOPEZ, Tereza Ancona, et al. **Sociedade de Risco e Direito Privado**: Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

LIPSTEIN, K., The general principles of private international law. **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 135, p. 99-229. Publicado originalmente em 1972.

LIRA, José-Ricardo Pereira. A Onerosidade Excessiva no Código Civil e a Impossibilidade de Modificação Judicial dos Contratos Comutativos sem Anuência do Credor. **Revista de Direito Renovar – RDR**, Rio de Janeiro, v. 44-45, p. 91-117, mai.-dez. 2009.

LOTUFO, Renan. **Código Civil Comentado**: obrigações: parte geral (arts. 233 a 420). v. 2. São Paulo: Saraiva, 2003.

LUPION, Ricardo. A força obrigatória dos contratos versus a revisão judicial por onerosidade excessiva. **Direito & Justiça, Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 20, ano 21, 1999.

LYNCH, Maria Antonieta. Da cláusula rebus sic stantibus à onerosidade excessiva. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 46, n. 184, p.7-19, out. - dez. 2009.

MACKAAY, Ejan. **The Economics of Civil Law Contract and of Good Faith**. Prepared for the Symposium in honor of Michael J. Trebilcock. Toronto, 01-02.out.2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27556740_The_Economics_Of_Civil_Law_Contract_And_Of_Good_Faith. Último acesso: 27.03.2017.

MACKAAY, Ejan. Good Faith in Civil Law Systems: A Legal-Economic Analysis. **Cirano Scientific Series**, Montreal, 2011. Disponível em: <http://www.cirano.qc.ca/pdf/publication/2011s-74.pdf>. Último acesso: 27.03.2017

MAGALHÃES, José Carlos de. **A Dívida Externa**: Uma Questão de Direito Internacional Público. 232 p. Tese apresentada para concurso de Livre Docência na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

MAGALHÃES, José Carlos de. **Direito Econômico Internacional**: Tendências e Perspectivas. 2. ed. rev., atual. Curitiba: Juruá, 2017.

MAIA, Paulo Carneiro. **Da cláusula rebus sic stantibus**. São Paulo: Saraiva, 1959.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Interpretação do Negócio Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARQUES, Claudia Lima. Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o código de defesa do consumidor: informação, cooperação e renegociação? In: WALD, Arnoldo (org.). **Direito Empresarial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. V.7, p.481-528. (Coleção Doutrinas Essenciais). Publicado originalmente em Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v.43, p. 215-257, jul.- set. 2002.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **Princípio da justiça contratual**. 2ª Ed, São Paulo: Saraiva, 2011. Coordenação Renan Lotufo. (Coleção Professor Agostinho Alvim).

MARTINS-COSTA, Judith. Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 32, n. 126. abr.-jun. 1995.

MARTINS-COSTA, Judith. **Comentários ao novo Código Civil**: do direito das obrigações, do adimplemento e da extinção das obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 05, tomo I.

MARTINS-COSTA, Judith. A cláusula de *hardship* e a obrigação de renegociar nos contratos de longa duração. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, ano 7, n. 25, p. 11-39 abr. - jun. 2010.

MARTINS-COSTA, Judith. **Modelos de direito privado**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

MARTINS-COSTA, Judith; FRADERA, Véra Jacob de. (Org.). **Estudos de direito privado e processual civil**: em homenagem a Clóvis de Couto e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARTINS-COSTA, Judith. **A Boa-Fé no Direito Privado**: critérios para a sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 20. ed. 2 tir. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MCKENDRICK, Ewan. **Contract Law**. 10. ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2013. (Palgrave Macmillan Law Masters).

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. **Da Boa Fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina, 2001. (Coleção Teses).

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. Nulidade das cláusulas abusivas nos contratos de consumo: entre o passado e o futuro do direito do consumidor brasileiro. In: MIRAGEM, Bruno; MARQUES, Claudia Lima. (org.). **Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v.4, p.227-260. (Coleção Doutrinas Essenciais). Publicado originalmente em Revista de Direito do Consumidor, São Paulo, v.72, p. 41-77, out. – dez. 2009.

MURRAY, Carole; HOLLOWAY, David; TIMSON-HUNT, Daren. **Schmitthoff: The Law and Practice of International Trade**. 12. ed. Mytholmroyd: Sweet & Maxwell, 2012.

NANNI, Giovanni Ettore. **O enriquecimento sem causa**: de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2004.

NANNI, Giovanni Ettore. A obrigação de renegociar no Direito Contratual brasileiro. **Revista do Advogado**, São Paulo, ano XXXII, n. 116, p. 88-97, jul. 2012.

NASSER, Paulo Magalhães. **Onerosidade excessiva no contrato civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERY, Rosa Maria de Andrade. É possível a convivência do princípio da autonomia privada com o da lealdade, dito da boa-fé objetiva? **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 73, p. 17-29, jan. 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. RODOVALHO, Thiago. Renegociação Contratual. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 906, p. 113-156, abr. 2011.

NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Revisão, resolução, reindexação, renegociação: o juiz e o desequilíbrio superveniente de contratos de duração. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 135-159, abr. - jun. 2012.

OLIVEIRA, Ana Paula Cazarini Ribas de. Pacta sunt servanda. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 905, p. 785-812, mar. 2011.

OPPETIT, Bruno. **L'Adaptation des Contrats Internationaux aux Changement de Circonstances**: la clause de hardship. Paris: Clunet, Paris, 1974.

OPPO, Giorgio. I contratti di durata - I. **Rivista del diritto commerciale e del diritto generale delle obbligazioni**, Milano, v.41, n.1, p. 143-180, 227-250, 1943.

OPPO, Giorgio. I contratti di durata - II. **Rivista del diritto commerciale e del diritto generale delle obbligazioni**, Milano, v.42, n.1, p. 17-46, 1944.

PELLET, Alain. L'adaptation du droit international aux besoins changeants de la société internationale. (Conférence inaugurale, session de droit international public, 2007) **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, The Hague Academy of International Law, v. 329, p. 9-48. Publicado originalmente em 2007.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Estabelecimento de cláusula de escala móvel nas obrigações em dinheiro (a valorização dos créditos em face do fenômeno inflacionário). In: TEPEDINO, Gustavo José Mendes; FACHIN, Luiz Edson. (org.). **Obrigações e Contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v.2, p. 947-965. (Coleção Doutrinas Essenciais)

PERLINGEIRO, Flávia Martins Sant'Anna; BARBOSA, Marcelo Garcia Simões. A teoria da imprevisão, a onerosidade excessiva e o equilíbrio econômico-financeiro de contratos à luz da crise econômica mundial de 2008/2009. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 47, p. 124-163, jan. 2010.

POSNER, Eric A. Economic Analysis of Contract Law After Three Decades: Success or Failure? **The Yale Law Journal**. New Haven, v. 112, n. 4, p. 829-880, Jan.2003.

PRADO, Maurício Almeida. **Le hardship dans le droit du commerce international**. Bruxelas, Paris: Bruylant, 2003 (Collection: FEDUCI).

PRADO, Maurício Almeida. Novas perspectivas do reconhecimento a aplicação do hardship na jurisprudência arbitral internacional. **Revista Brasileira de Arbitragem**, São Paulo, n. 2, p. 33-60, 2004.

PRADO, Maurício Almeida. A Evolução das Cláusulas de Hardship. In: BASSO, Maristela; PRADO, Maurício Almeida; ZAITZ, Daniela (coord.). **Direito do Comércio Internacional**: Pragmática, Diversidade, Inovação. Curitiba: Juruá, 2005. p. 417-456.

PRADO, Maurício Almeida. Interpretação e aplicação da regra de “Exoneração” da Convenção de Viena (1980). In: FINKELSTEIN, Cláudio; VITA, Jonathan Barros; CASADO FILHO, Napoleão (coord.). **Arbitragem internacional: Unidroit, CISG e direito brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

PUGLIESE, Antonio Celso Fonseca. Teoria da imprevisão e o novo código civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 830, p. 11-26, dez. 2004.

In: ASSOCIATION HENRI CAPITANT des amis de la culture juridique française. **La réforme du droit des contrats : du projet à l'ordonnance**. Journée nationale, tome XX / Nancy. Paris: Dalloz, 2016.

RIMKE, Joern. **Force majeure and hardship**: Application in international trade practice with specific regard to the CISG and the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts. Pace Review of the Convention on Contracts for the International Sale of Goods, Kluwer (1999-2000). Disponível em: <https://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/rimke.html>. Último acesso: 28.04.2017.

RODOVALHO, Thiago. O caso da soja e a base objetiva do negócio jurídico. Vícios de origem e vícios de execução. **Revista Letrado - IASP**, São Paulo, n. 101, p. 38-39, jul.-dez. 2012.

RODOVALHO, Thiago; MOCHI, Lucas Gomes. Função social do contrato e as implicações econômicas de sua aplicabilidade. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 418, ano 109, p. 491-506, jul.-dez. 2013.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. **Revisão judicial dos contratos**: autonomia da vontade e teoria da imprevisão, 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. Um “Modelo de Revisão Contratual por Etapas” e a Jurisprudência Contemporânea do Superior Tribunal de Justiça. In: LOPEZ, Teresa Ancona et al. **Sociedade de Risco e Direito Privado**. Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

ROPPO, Enzo. **O Contrato**. Tradução Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHILF, Sven. **Os princípios UNIDROIT, o conceito do direito e a arbitragem internacional**. Tradução do Capítulo 2 do livro Allgemeine Vertragsgrundregeln als Vertragsstatut, traduzido por Amely Dütthorn, Abrahan Lincoln Ferreira e Moraes e Nina Côrtes da Veiga em cooperação com o autor. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons; CAM-CCBC, 2015.

SCHLECHTRIEM, Perer; SCHWENZER, Ingeborg. **Comentários à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias: Comentários ao Artigo 79.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCHREIBER, Anderson. **O Princípio do Equilíbrio das Prestações e o Instituto da Lesão.** In: _____ **Direito Civil e Constituição.** São Paulo: Atlas, 2013. p. 119-137.

SCHREIBER, Anderson. Existe um dever de renegociar? **Revista do Advogado,** São Paulo, ano XXXVI, n. 131, p. 21-30, out. 2016.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. **A onerosidade excessiva superveniente no código civil: Críticas e questões controvertidas.** São Paulo: LTr, 2010.

SCHUNCK, Giuliana Bonanno. **Contratos de longo prazo e dever de cooperação.** 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Direito Comercial), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHWARTZ, Alan; MARKOVITS, Daniel. The Myth of Efficient Breach. **Faculty Scholarship Series,** Yale Law School. Paper 93, Spring 4 2010. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/93. Último acesso: 28.03.2017.

SCHWENZER, Ingeborg; PEREIRA, Cesar A. Guimarães; TRIPODI, Leandro. (coord.). **A CISG e o Brasil: convenção das Nações Unidas para os contratos de compra e venda internacional de mercadorias.** 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

SIDOU, J.M. Othon. **A cláusula rebus sic stantibus no direito brasileiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962.

SIDOU, Othon J. M. Resolução judicial dos contratos: cláusula rebus sic stantibus: contratos de adesão no Direito vigente e no projeto do Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SILVA, Clóvis V. do Couto. A teoria da base do negócio jurídico no direito brasileiro. **Revista dos Tribunais,** São Paulo, v. 655, p.7-11, mai. 1990.

SILVA, Clóvis V. do Couto. **A obrigação como processo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. **Revisão dos contratos: do Código Civil ao Código do Consumidor.** Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SILVA, Luís Renato Ferreira da. Revisão de contratos no código civil: reflexões para uma sistematização das suas causas à luz da intenção comum dos contratantes. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando Rodrigues. (coord.). **Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil.** São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. A cláusula de hardship nos contratos de comércio internacional. **Revista Tributária e de Finanças Públicas,** São Paulo, v. 65, p. 243 - 275, nov. - dez.2005.

SIQUEIRA, Tania Bahia Carvalho. O contrato de fornecimento em articulação com o tempo. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 77, p. 51-75, mai. 2017.

STOFFEL-MUNCK, Philippe. L'imprévision et la réforme des effets du contrat. **Revue des contrats**, n. Hors-Série, p. 30-38, Avril, 2016.

STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio** 2. ed., rev., amp., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TEPEDINO, Gustavo. Crise financeira mundial, teoria da imprevisão e onerosidade excessiva. In: _____ **Relações Obrigacionais e Contratos**, São Paulo, v. II, p. 337-349, 2011. (Coleção Soluções Práticas de Direito - Pareceres)

TEPEDINO, Gustavo. O papel da hermenêutica contratual na manutenção do equilíbrio econômico dos contratos. In: _____ **Relações Obrigacionais e Contratos**, São Paulo, v. II, p. 451-472, 2011. (Coleção Soluções Práticas de Direito - Pareceres)

TEPEDINO, Gustavo. Requisitos para a aplicação da teoria da imprevisão no direito brasileiro. In: _____ **Relações Obrigacionais e Contratos**, São Paulo, v. II, p. 547-570, nov. 2011. (Coleção Soluções Práticas).

TIBURCIO, Carmen. Consequências do inadimplemento contratual na Convenção de Viena sobre Venda Internacional de Mercadorias (CISG). **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 37, p. 167-183, abr. - jun. 2013.

URIBE, Rodrigo Andrés Momberg. **The effect of a change of circumstances on the binding force of contracts**. Comparative perspectives. Cambridge: Intersentia, Metro, 2011. Disponível em: http://intersentia.com/en/pdf/viewer/download/id/9781780680057_0/ Último acesso: 11.04.2017.

URIBE, Rodrigo Andrés Momberg. Change of circumstances in international instruments of contract law. The approach of the CISG, PICC, PECL and DCFR. **Vindobona Journal of International Commercial Law and Arbitration**, Viena, v. 15, 2011/2, p. 233-266. Disponível em: <http://www.cisg.law.pace.edu/cisg/biblio/uribe.pdf>. Último acesso: 11.04.2017.

VELJANOVSKI, Cento G. Contract (Chapter 4) In: _____. **Economic Principles of Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VENEZIANO, Ana. UNIDROIT Principles and CISG : Change of Circumstances and Duty to Renegotiate according to the Belgian Supreme Court. **Uniform Law Review**, v.15, n.1, p.137-151, jan. 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; NASSER, Paulo Magalhães (coords). **10 anos do Código Civil: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (Org.). **A Convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias: desafios e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Iacyr de Aguiar. Adesão do Brasil à Convenção de Viena de 1980: harmonização ou modernização do direito interno da compra e venda? **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 33, p. 13-22, abr. - jun. 2012.

VILLELA, João Baptista. Equilíbrio do Contrato: Os Números e a Vontade. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 900, p. 85-122, out. 2010.

VOGENAUER, Stefan. Commentary on the UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

WALD, Arnaldo. O princípio pacta sunt servanda, a teoria da imprevisão e a doutrina das dívidas de valor e seus efeitos no caso dos planos monetários. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**. São Paulo, v. 74, p. 5-12, out. - dez. 1995.

WALD, Arnaldo. **Obrigações e Contratos**. 17. ed. rev. ampl. e atual. de acordo com o Código Civil de 2002, com a colaboração de Semy Glanz. São Paulo: Saraiva, 2006.

WALD, Arnaldo. A aplicação da teoria da imprevisão pelos árbitros nos litígios decorrentes de contratos de construção. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 17, p. 11-14, abr-jun 2008.

WALD, Arnaldo; COSTA, José Augusto Fontoura; VIEIRA, Maíra de Melo. O impacto da Convenção de Viena sobre a compra e venda internacional de mercadorias no direito brasileiro: visão geral. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 37, p.17-31, abr.-jun. 2013.

WINDSCHEID, Bernard. **Diritto delle pandette**. Tradução Carlo Fadda e Paolo Emilio Bensa. Volume primo, Parte prima. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1925.

WHITTAKER, Simon. **Good Faith in European Contract Law**. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid: Cambridge University Press, 2000 (1st. publ.).

YAMASHITA, Hugo Tubone. **Contratos Interempresariais: Alteração Superveniente das Circunstâncias Fáticas e Revisão Contratual**. Curitiba: Juruá, 2015.

ZANETTI, Andrea Cristina. **Princípio do equilíbrio contratual**. Coordenação Renan Lotufo. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção Professor Agostinho Alvim).

ZANETTI, Cristiano de Souza. Resolução e revisão por onerosidade excessiva. In: MORRIS, Amanda Zoe; BARROSO, Lucas Abreu Barroso (coord.). **Direito dos Contratos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 3 (Direito dos Contratos) p. 217-227.

ZANETTI, Cristiano de Souza. O Risco Contratual. In: LOPEZ, Teresa Ancona, et al. (coord.) **Sociedade de Risco e Direito Privado**. Desafios normativos, consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013.

APÊNDICE A

Jurisprudência Seleccionada do Superior Tribunal de Justiça sobre Variação Cambial de 1999

Variação Cambial – 1ª fase. O Plano Real esteve lastreado em sistema de variação cambial do dólar por bandas, fixando-se os respectivos valores mínimo e máximo de cotação da moeda estrangeira, de acordo com a política econômica definida pela União, por intermédio do Banco Central do Brasil (“Banco Central”). Esta situação persistiu até 19 de janeiro de 1999, período em que ainda estava em vigor o Comunicado nº 6.560, de 13 de janeiro de 1999 (DOU de 15.01.1999, Seção 3, p. 15), que definia a flutuação para a compra e venda de dólares americanos com limite mínimo de R\$ 1,20 e o máximo de R\$ 1,32.

Posteriormente, por meio do Comunicado nº 6.563, de 15 de janeiro de 1999 (DOU de 19.01.1999, Seção 3, p. 8), o Banco Central cessou sua intervenção no mercado de câmbio. Assim, a partir dessa data, a flutuação da cotação do dólar passou a ser livre. Em decorrência dessa ausência de intervenção, a flutuação da cotação do dólar sobe para R\$ 1,98 em 29 de janeiro 1999, chegando a R\$ 2,16 em 03 de março de 1999.

A desproporcionalidade advinda dessa desindexação cambial do sistema de bandas foi fundamento para revisão contratual estatuída no art. 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor, porque decorrente de fato superveniente que onerou a prestação contratual excessivamente. Entendeu-se que a autorização excepcional, que constava na segunda parte do artigo 6º da Lei nº 8.880/94, deveria ser interpretada restritivamente, pois, de outra forma, o consumidor estaria assumindo um risco próprio da atividade financiadora da sociedade de arrendamento mercantil, que é o provimento de capital para as operações comerciais desta - sociedade de arrendamento mercantil – para aquisição de bens de interesse dos arrendatários.

Ainda que o artigo 9º da Resolução nº 2.309/96 do Banco Central tenha determinado que "os contratos de arrendamento mercantil de bens cuja aquisição tenha sido efetuada com recursos provenientes de empréstimos contraídos, direta ou indiretamente, no exterior devem ser firmados com cláusula de variação cambial", não foi afastado o direito de informação do consumidor e a necessidade de estabilidade contratual, bem como do equilíbrio da equação econômico-financeira da relação jurídica.

A relação de casos abaixo apresenta decisões proferidas pelos Superior Tribunal de Justiça, em que a substituição do dólar como indexador por outro índice que não gera o “enriquecimento sem causa”.

1. Recurso Especial nº 268.661/RJ**Relatora** Ministra Nancy Andrichi**Terceira Turma****Data de julgamento:** 16.08.2001**Publicação do Acórdão:** 24.09.2001**Partes:** Recorrente: ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.

Recorrido: José Carlos da Selva Vieira

Questão envolvida: Revisão de contrato - Arrendamento mercantil (*leasing*) - Relação de consumo - Indexação em moeda estrangeira (dólar) - Crise cambial de janeiro de 1999 - Plano real. Aplicabilidade do art. 6, inciso V do CDC - Onerosidade excessiva caracterizada. Boa-fé objetiva do consumidor e direito de informação. Necessidade de prova da captação de recurso financeiro proveniente do exterior.

O preceito insculpido no inciso V do artigo 6º do CDC dispensa a prova do caráter imprevisível do fato superveniente, bastando a demonstração objetiva da excessiva onerosidade advinda para o consumidor.

A desvalorização da moeda nacional frente à moeda estrangeira que serviu de parâmetro ao reajuste contratual, por ocasião da crise cambial de janeiro de 1999, apresentou grau expressivo de oscilação, a ponto de caracterizar a onerosidade excessiva que impede o devedor de solver as obrigações pactuadas.

A equação econômico-financeira deixa de ser respeitada quando o valor da parcela mensal sofre um reajuste que não é acompanhado pela correspondente valorização do bem da vida no mercado, havendo quebra da paridade contratual, à medida que apenas a instituição financeira está assegurada quanto aos riscos da variação cambial, pela prestação do consumidor indexada em dólar americano.

É ilegal a transferência de risco da atividade financeira, no mercado de capitais, próprio das instituições de crédito, ao consumidor, ainda mais que não observado o seu direito de informação (arts. 6º, III, e 10, "caput", 31 e 52 do CDC).

Incumbe à arrendadora se desincumbir do ônus da prova de captação de recursos provenientes de empréstimo em moeda estrangeira, quando impugnada a validade da cláusula de correção pela variação cambial.

Esta prova deve acompanhar a contestação (arts. 297 e 396 do CPC⁵⁵⁴), uma vez que os negócios jurídicos entre a instituição financeira e o banco estrangeiro são alheios ao consumidor, que não possui meios de averiguar as operações mercantis daquela, sob pena de violar o art. 6º da Lei nº 8.880/94.

2. Recurso Especial nº 263.721/RJ

Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

Terceira Turma

Data de julgamento: 13.02.2001

Publicação do Acórdão: 09.04.2001

Partes: Recorrente: América do Sul Leasing S.A.

Recorrido: Benedito Ribeiro da Silva

Questão envolvida: Recurso especial. Leasing. Código de Defesa do Consumidor. Capitalização de juros. 1. O Código de Defesa do Consumidor, na linha de precedente da Terceira Turma, aplica-se aos contratos de arrendamento mercantil, já que caracterizada a prestação de serviços pela arrendadora e estabelecida uma relação de consumo. 2. Os juros, nos contratos de leasing, compõem o valor total do arrendamento, sendo possível, em princípio, verificar a existência de capitalização. Na hipótese presente, por outro lado, a perícia realizada detectou a capitalização dos juros, não havendo como afastar a conclusão do expert sem apreciar o contrato e o laudo apresentado, incidindo a vedação das Súmulas nºs 05 e 07/STJ. 3. Dissídio jurisprudencial não comprovado ante a ausência de semelhança fática entre os casos confrontados. 4. Recurso especial não conhecido.

3. Recurso Especial nº 293.440/RJ

Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar

Quarta Turma

---

⁵⁵⁴ Esses artigos correspondem aos artigos 335 e 434 do novo Código de Processo Civil.

Data de julgamento: 19.04.2001

Publicação do Acórdão: 11.06.2001

Partes: Recorrente: ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.

Recorrido: Auto Escola Marco Ltda.

Questão envolvida: LEASING. Variação Cambial. CDC. Aplica-se ao contrato de leasing as disposições do CDC. Precedentes. Demais questões não prequestionadas. Recurso não conhecido.

Variação Cambial – 2ª fase. O reajuste dos contratos de leasing pela variação cambial é autorizado pelo artigo 6º da Lei nº 8.880/94⁵⁵⁵ (Lei Especial e posterior ao Código de Defesa do Consumidor). Esses contratos firmados com os consumidores eram derivados de outros, assumidos pelas financeiras no exterior, igualmente atrelados à moeda estrangeira. A desvalorização da moeda era um evento previsível, no entanto, a intensidade dessa desvalorização não era esperada. Nesses casos, entendeu-se que havia onerosidade excessiva em relação às circunstâncias e não em relação à redação da cláusula. Portanto, o artigo 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor incidiria apenas para retirar a onerosidade que afeta a capacidade do consumidor de adimplir o contrato⁵⁵⁶. Os casos passaram a ser julgados no sentido de determinar que a partir de 19 janeiro de 1999, inclusive (data em que o Banco Central abandonou o sistema de intervenção permanente no mercado, liberando a oscilação da moeda estrangeira), que o reajuste das prestações vencidas devia ser feito pela metade da variação cambial verificada. A relação abaixo apresenta decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça que comprovam esse entendimento.

4. Recurso Especial nº 401.021/ES

Relator Ministro Cesar Asfor Rocha

Relator para o Acórdão Ministro Ruy Rosado de Aguiar

Quarta Turma

Data de julgamento: 17.12.2002

Publicação do Acórdão: 22.09.2003

Partes: Recorrente: Safra Leasing S.A Arrendamento Mercantil

---

⁵⁵⁵ Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências.

⁵⁵⁶ “Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;”

Recorrido: Anderson Pimentel Coutinho

Questão envolvida: Leasing. Variação cambial. Fato superveniente. Onerosidade excessiva. Distribuição dos efeitos. A brusca alteração da política cambial do governo, elevando o valor das prestações mensais dos contratos de longa duração, como o leasing, constitui fato superveniente que deve ser ponderado pelo juiz para modificar o contrato e repartir entre os contratantes os efeitos do fato novo.

Com isso, nem se mantém a cláusula da variação cambial em sua inteireza, porque seria muito gravoso ao arrendatário, nem se a substitui por outro índice interno de correção, porque oneraria demasiadamente o arrendador que obteve recurso externo, mas se permite a atualização pela variação cambial, cuja diferença é cobrável do arrendatário por metade.

Não examinados os temas relacionados com a prova de aplicação de recursos oriundos do exterior e com a eventual operação de hedge.

Recurso conhecido em parte e parcialmente provido.

O Recorrido ajuizou contra a Recorrente uma ação ordinária com o fito de obter a revisão da cláusula integrante do contrato de leasing, firmado pelas partes, que prevê o reajustamento das prestações pela variação cambial, para que seja aplicada, em seu lugar, a variação do INPC, julgada procedente pelas instâncias ordinárias.

De logo, afirmo que já está pacificada, no âmbito desta Quarta Turma a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas operações financeiras em geral, inclusive nas decorrentes do contrato de leasing, por isso mesmo que, neste tópico, sem razão o Recorrente.

O Recorrido, como arrendatário, ao firmar o contrato de que se cuida, dispunha de outras alternativas para estabelecer o critério de reajuste das prestações, tendo livremente optado pelo da variação cambial, certamente porque, à época, era o que melhor consultava aos seus interesses.

Aliás, por parte do Recorrente não havia sequer opção para estabelecer outra forma de reajustamento, uma vez que a Resolução nº 2.309, de 28 de agosto de 1996, estabelece, no art. 9º do seu Anexo I, que "os contratos de arrendamento mercantil de bens cuja aquisição tenha sido efetuada com recurso provenientes de empréstimos contraídos, direta ou indiretamente, no exterior, devem ser firmados com cláusula de variação cambial".

5. Recurso Especial nº 472.594/SP

Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

Relator para o Acórdão Ministro Aldir Passarinho

Segunda Seção

Data de julgamento: 12.02.2003

Publicação do Acórdão: 04.08.2003

Partes: Recorrente: José Antonio Batista dos Santos

Recorrida: Fibra Leasing S.A Arrendamento Mercantil

Questão envolvida: O Recorrente ajuizou contra a Recorrida ação de revisão de cláusula de contrato de arrendamento mercantil que previa o reajuste das prestações com base na variação da cotação de moeda estrangeira.

A ação foi julgada procedente em primeira instância, onde se fixou o INPC como fator para atualização das parcelas então devidas.

A Recorrida apelou, e o Tribunal de origem deu provimento à apelação.

Por isso, o Recorrente interpõe Recurso Especial, alegando que é possível a revisão contratual por conta da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base nas disposições do CDC.

O voto vencido do Ministro Relator Carlos Alberto Menezes Direito entendeu pela incidência do CDC e pela possibilidade da revisão contratual.

A posição predominante, porém, segue o voto do Ministro Aldir Passarinho, que entendeu pela aplicação da Lei nº 8.880/94, mais recente que o CDC e específica sobre essa forma de contrato.

Em seu voto, o Ministro Aldir Passarinho expõe que houve uma alteração drástica em janeiro de 1999, que afetou o atrelamento das prestações do contrato à variação cambial, situação que era originalmente vantajosa para o consumidor. Ele esclarece que, apesar de ser esperado que a estabilidade cambial não fosse perdurar para sempre, não se pode negar que não era esperado um salto tão imenso como o que ocorreu.

O Ministro ainda defendeu a aplicação do art. 6, V, do CDC apenas para retirar a onerosidade ocasionada por fato superveniente.

Nesses termos, julgou pelo parcial provimento ao recurso, determinando que, a partir de 19 de janeiro de 1999, inclusive (data em que o Banco Central abandonou o sistema de intervenção permanente no mercado, liberando a oscilação da moeda estrangeira), o reajuste das prestações vencidas dali em diante deveria ser realizado pela metade da variação cambial verificada. Foi como

votou a maioria.

6. Recurso Especial nº 473.140/SP

Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito

Relator para o Acórdão Ministro Aldir Passarinho

Segunda Seção

Data de julgamento: 12.02.2003

Publicação do Acórdão: 04.08.2003

Partes: Recorrente: Abaetê de Azevedo Barbosa

Recorrida: Daimlerchrysler Leasing Arrendamento Mercantil S.A

Questão envolvida: O Recorrente ajuizou contra a Recorrida ação de revisão de cláusula de contrato de arrendamento mercantil que previa o reajuste das prestações com base na variação da cotação de moeda estrangeira.

A ação foi julgada procedente em primeira instância, onde se fixou o INPC como fator para atualização das parcelas então devidas.

A Recorrida apelou, e o Tribunal de origem deu provimento à apelação.

Por isso, o Recorrente interpõe Recurso Especial, alegando que é possível a revisão contratual por conta da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, com base nas disposições do CDC.

O voto vencido do Ministro Relator Carlos Alberto Menezes Direito entendeu pela incidência do CDC e pela possibilidade da revisão contratual.

A posição predominante, porém, segue o voto do Ministro Aldir Passarinho, que entendeu pela aplicação da Lei nº 8.880/94, mais recente que o CDC e específica sobre essa forma de contrato.

Em seu voto, o Ministro Aldir Passarinho expõe que houve uma alteração drástica em janeiro de 1999, que afetou o atrelamento das prestações do contrato à variação cambial, situação que era originalmente vantajosa para o consumidor. Ele esclarece que, apesar de ser esperado que a estabilidade cambial não fosse perdurar para sempre, não se pode negar que não era esperado um

salto tão imenso como o que ocorreu.

O Ministro defendeu a aplicação do art. 6, V, do CDC apenas para retirar a onerosidade ocasionada por fato superveniente.

Nesses termos, julgou pelo parcial provimento ao recurso, determinando que, a partir de 19 de janeiro de 1999, inclusive (data em que o Banco Central abandonou o sistema de intervenção permanente no mercado, liberando a oscilação da moeda estrangeira), o reajuste das prestações vencidas dali em diante deveria ser realizado pela metade da variação cambial verificada.

Foi como votou a maioria.

7. Recurso Especial nº 722.130/GO

Relator Ministro Ari Pargendler

Terceira Turma

Data de julgamento: 15.12.2005

Publicação do Acórdão: 20.02.2006

Partes: Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorrido: Oliveira Fernandes Filho

Questão envolvida: Compra e venda de safra futura a preço certo. Variação de preço do produto em mercado.

Produtor pleiteia resolução do contrato, negada em 1ª instância e concedida pelo TJ.

STJ confirma entendimento de que este tipo de contrato constitui um contrato comutativo (e não aleatório), o que ensejaria resolução por onerosidade excessiva, não fosse pelo fato de que tal onerosidade não ocorreu no caso concreto. O que houve foi estreitamento da margem de lucro. Além disso, o fato que ocasionou a alteração de preço era previsível e inerente ao negócio (flutuação do preço na bolsa).

O Ministro Carlos Alberto Menezes Direito acompanhou o relator, ressaltando a diferença do tratamento da imprevisibilidade nesse tipo de contrato e naqueles de indexação com base em moeda estrangeira, onde o STJ entende poder ser aplicada a teoria da imprevisão. Ele ressalta

também a importância do caso, não com relação à safra futura, mas sim ao mau uso da Cédula do Produtor Rural, aqui pretendida como título de crédito sem que tenha havido operação financeira.

“...após o voto-vista da Sra. Ministra Nancy Andrigli, a Turma, por unanimidade, conheceu em parte do recurso especial e, nessa parte, deu-lhe provimento”, reconhecendo a validade do contrato.

8. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 919.283/SP

Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti

Quarta Turma

Data de julgamento: 19.03.2015

Publicação do Acórdão: 08.04.2015

Partes: Agravante: Adão Lereno de Medeiros

Agravado: Banco do Brasil S.A.

Questão envolvida: A relação objeto da disputa é o contrato de mútuo com garantia de alienação fiduciária, com cláusula de correção monetária pela variação cambial, firmado entre Agravante e Agravado.

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo financiado contra decisão que reconsiderou anterior, mas, por outros fundamentos, negou seguimento ao Recurso Especial. Este, por sua vez, foi interposto contra acórdão que, em embargos à execução do referido contrato, entendeu possível a vinculação das prestações à variação cambial de moeda estrangeira e manteve a multa moratória em 10%.

O acórdão manteve o entendimento da possibilidade dessa vinculação e tratou do pedido sucessivo de divisão entre as partes, pela metade, da atualização pela variação cambial ocorrida em 1999.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE MÚTUO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CLÁUSULA DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELA VARIAÇÃO CAMBIAL. PRÉVIO CONHECIMENTO PELO FINANCIADO. MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. MAXIDESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. DIVISÃO PELA METADE. CABIMENTO. 1. Inviável a análise de parte do recurso especial se a matéria nele contida depende de reexame de questões fáticas e contratuais da lide, vedado nos

termos das Súmulas 5 e 7 do STJ. 2. Incluem-se nesse veto as circunstâncias de que o recorrente tinha prévia ciência da cláusula de correção monetária pela variação cambial de moeda estrangeira e a natureza do contrato, com garantia de alienação fiduciária. 3. A possibilidade de divisão da atualização pela variação cambial ocorrida em 1999 pela metade, decorrente da teoria da imprevisão, também alcança a espécie de contrato em execução. 4. Agravo regimental parcialmente provido.

APÊNDICE B

Jurisprudência Seleccionada do Superior Tribunal de Justiça sobre Contratos de Entrega de Safra Futura

Exceto no primeiro caso tratado na relação abaixo – no qual foi reconhecido o desequilíbrio contratual em virtude dos parâmetros de fixação do preço - a pretensão de resolução ou adaptação do contrato foi negada em todos os demais. A posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, nos contratos de compra e venda futura de soja, as variações de preço, por si só, não motivam a resolução contratual com base na teoria da imprevisão. Para a aplicação dessa teoria, é imprescindível que as circunstâncias que envolveram a formação do contrato de execução diferida não sejam as mesmas no momento da execução da obrigação, tornando o contrato extremamente oneroso para uma parte em benefício da outra. É necessário, ainda, que as alterações que ensejaram o referido prejuízo resultem de um fato extraordinário e impossível de ser previsto pelas partes. Nos casos abaixo relatados, o agricultor argumenta ter havido exagerada elevação no preço da soja, justificada pela baixa produtividade da safra americana e da brasileira decorrente, entre outros fatores, da ferrugem asiática e da alta do dólar. Porém, as oscilações no preço da soja são previsíveis no momento da assinatura do contrato, visto que se trata de produto comercializado na bolsa de valores e sujeito às demandas de compra e venda internacional. A ferrugem asiática também é previsível, pois é uma doença que atinge as lavouras do Brasil desde 2001 e, conforme estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, não há previsão de sua erradicação, mas é possível seu controle pelo agricultor. Sendo assim, os imprevistos alegados são inerentes ao negócio firmado, bem como o risco assumido pelo agricultor, que também é beneficiado nesses contratos, pois fica resguardado da queda de preço, garantindo um lucro razoável.

1. Recurso Especial nº 256.456/SP

Relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar

Quarta Turma

Data de julgamento: 22.03.2001

Publicação do Acórdão: 07.05.2001

Partes: Recorrentes: Maria Aparecida Scabini Maldonado e Francisco Ruiz Netto

Recorrida: Cargill Citrus Ltda.

Questão envolvida: Contrato de compra e venda para fornecimento futuro de laranja (safra 90/91).

A Recorrida propôs ação de cobrança em face de produtores relativa a débitos decorrentes de contrato de compra e venda celebrado entre as partes.

Os produtores, por sua vez, propuseram demanda anulatória para desconstituir o contrato ou para a fixação de preço justo, tendo em vista que o contrato estipulava que o preço final deveria ser apurado com base “tão somente na cotação do suco concentrado de laranja na bolsa de mercadorias de Nova York; como destino final apenas o Estado da Flórida; como de responsabilidade exclusiva do citricultor as despesas internas e externas fixadas, de forma unilateral, na avença pela indústria”.

Ambos os pleitos foram apreciados em conjunto em 1ª instância, tendo sido julgada improcedente a ação de cobrança e procedente a anulatória, declarando nulas, por abusivas, as cláusulas de formação do preço, determinando ainda que as despesas externas seriam divididas em 50% entre as partes, deixando as internas somente para a Recorrida.

A Recorrida interpôs recurso de apelação, o qual foi dado provimento. O 1º TAC SP (3ª Câmara) entendeu que não houve desequilíbrio, pois “as partes deste processo estão vinculadas por um contrato aleatório, razão pela qual não se aplica a Teoria da Imprevisão (...).”

Os produtores recorreram ao STJ alegando desequilíbrio contratual com base na forma em que as cláusulas de formação de preço foram redigidas. De acordo com a cláusula 4ª do Contrato, o preço final da caixa de laranja seria determinado em função das cotações em dólares norte-americanos, do suco industrializado na bolsa de mercadorias de Nova York, menos os custos de produção e comercialização, estabelecido pelas rés em US\$ 1.655,00, por tonelada métrica de suco concentrado produzido.

Alegam que:

- 1) são economicamente hipossuficientes e não tiveram sequer opção de não contratar, pois o produto é perecível e as indústrias estão organizadas em cartel;
- 2) a cláusula que estipula o cálculo do preço é abusiva pois deixa somente a critério da Recorrida a determinação do valor dos custos de produção que, segundo o contrato, devem ser assumidos pelos produtores.

O STJ entendeu pelo desequilíbrio dos termos contratuais: “(...) o contrato de compra e venda celebrado para o fornecimento futuro de frutas cítricas (laranjas), ao lançar as despesas à conta de uma das partes, contém desequilíbrio não admitido na nossa legislação, pois deixou ao critério da compradora a fixação do preço e lançou os custos sobre o produtor, sem risco para o adquirente, o que viola a regra do art. 1.125 do CCivil, invocada pelos recorrentes e não aplicada pela eg.

Câmara. Além disso, a boa-fé objetiva impunha às partes a repartição dos prejuízos que decorreram da substancial modificação das condições do mercado, assim como observado na r. sentença.”

O STJ entendeu, também, que o fato de o contrato ser definido como normativo não faz diferença, uma vez que o produtor se viu obrigado a ele aderir pois “lidava com compradores cartelizados”. Ao final consignou que “a modificação substancial do mercado que deveria ser suportada por ambas as partes, de acordo com a boa-fé objetiva (art. 131 CComercial)”. O STJ, por unanimidade, conheceu do recurso e deu parcial provimento para restabelecer a sentença.

2. Recurso Especial nº 722.130/GO

Relator Ministro Ari Pargendler

Terceira Turma

Data de julgamento: 15.12.2005

Publicação do Acórdão: 20.02.2006

Partes: Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorrido: Oliveira Fernandes Filho

Questão envolvida: Foram firmados, em 2002, Contratos de Compra e Venda de Soja para a entrega de um total de 3.000 sacas (com expedição de Cédulas de Produto Rural, nos termos da Lei nº 8.929/94). O valor negociado foi de R\$ 25,59 por saca de soja de 60 Kg. “O autor argumenta que, após a assinatura do contrato, o preço soja sujeitou-se a uma significativa variação, girando em torno de R\$ 38,00 na data da propositura da ação”.

O produtor pleiteia resolução do contrato, tendo em vista tal variação significativa. Menciona também aumento no custo de produção.

A demanda foi julgada improcedente em 1ª instância, mas a sentença foi reformada pelo TJ-GO, que entendeu que foi ferido o princípio de equivalência contratual, sobretudo com relação à boa-fé objetiva, e que foi constatada onerosidade excessiva, ordenando a resolução do contrato.

A Recorrente interpôs Recurso Especial, ao qual foi dado provimento em parte, para julgar improcedente o pedido de nulidade da compra e venda de safra futura (soja verde).

Para concluir pela manutenção do contrato, o Ministro Relator analisou:

1) A natureza do contrato: se comutativo ou aleatório

Nesse ponto, foi citado o parecer de Silvio Rodrigues: “(...) verifiquei que tal convenção, ao invés de cuidar de um negócio aleatório, esboçava fora de qualquer dúvida, um contrato comutativo. Com efeito, as prestações das partes são desde logo fixadas. A do vendedor consiste na entrega de um certo número de quilos de soja em grãos em uma data futura, em troca de um preço desde logo fixado pelo comprador, ou que será fixado no futuro de acordo com as regras desde logo estabelecidas. O negócio é irrevogável, irretratável, obrigando as partes (...)” Em sendo o contrato comutativo, e não aleatório, ele ensejaria, em tese, a aplicação da teoria da imprevisão.

Em seguida, o Ministro Relator analisou os 2 pontos a seguir.

2) Da existência ou não de onerosidade excessiva

Neste ponto, mantém entendimento de que a variação do preço da soja em bolsa de valores não torna o negócio excessivamente oneroso para o vendedor, que já garante uma lucratividade mínima com a venda antecipada de sua produção. Dessa forma, a variação do preço acaba por ocasionar um estreitamento da margem de lucro, e não um prejuízo.

3) Da natureza do fato superveniente: se previsível/ordinária ou imprevisível/extraordinária

Diz que é fato que os produtos que possuem cotação em bolsa de mercadorias estão sujeitos a variações de preço. Pensando nessa flutuação, o produtor opta por vender antecipadamente a produção estimada, ou parte dela, visando recuperar os custos de produção e alcançar um lucro que considera razoável. Com isso, o produtor afasta o risco de uma redução do preço do produto. Portanto, o produtor não pode se valer da variação do preço em bolsa para pleitear a anulação com base na teoria da imprevisão, uma vez que o fator “flutuação de preço” foi o que o levou a firmar o contrato.

Em seu voto acompanhando o relator, o Ministro Carlos Alberto Menezes Direito fez a seguinte referência:

“Senhora Ministra Presidente, desde o relatório do eminente Relator, identifiquei um negócio jurídico extremamente comum no Brasil e no mundo. Existem algumas câmaras de arbitragem, como no caso do algodão, na Liverpool, em que se examina, em frequentes oportunidades, exatamente essas contratações de safra futura. Não há a possibilidade de se identificar abusividade em um contrato de safra futura a preço certo porque, como disse o Senhor Ministro Relator, é um contrato comutativo: existe uma garantia de preço mínimo e pode haver uma variação em relação ao preço de mercado, o que é diferente dos casos que julgamos aqui quanto ao arrendamento

mercantil, que cuidavam, efetivamente, de indexação com base em moeda estrangeira, que poderia, em certo momento, sofrer uma variação de tal monta que justificasse a aplicação da teoria da imprevisão e, por via de consequência, autorizasse o ajustamento da responsabilidade pelos débitos decorrentes da lesão. Mas no caso do contrato de safra futura ocorre exatamente o contrário: é da natureza do contrato a variação do valor da saca de feijão, de arroz ou de soja, no caso concreto; é da álea do próprio negócio. Não se pode, então, invalidar, com base na teoria da imprevisão ou na abusividade, porque não há abusividade. É um negócio absolutamente ordinário, não há a possibilidade de identificação, seja de abusividade, seja de imprevisão, porque é da natureza do negócio variação.”

3. Recurso Especial nº 803.674/GO

Relator Ministro Ari Pargendler

Terceira Turma

Data de julgamento: 07.12.2006

Publicação do Acórdão: 19.03.2007

Partes: Recorrente: Cardívino Fernandes Pereira

Recorrida: Caramuru Alimentos Ltda.

Questão envolvida: Contrato de compra e venda futura de soja, a preço certo, por cotação em bolsa.

O Recorrente propõe demanda para revisão do contrato alegando a ocorrência de evento extraordinário e imprevisível consistente na alteração do preço da soja no mercado. A Sentença de primeiro grau nega o pedido do autor. O TJ-GO mantém a sentença, entendendo que o contrato é aleatório, pelo que os riscos assumidos pelas partes são da natureza do contrato celebrado.

O Recurso Especial interposto não foi conhecido. O Voto do Relator Ministro Ari Pargendler cita o acórdão do Resp. 722.130 acima e transcreve o parecer de Silvio Rodrigues para explicar que o contrato de compra e venda de safra futura não é aleatório, mas sim comutativo – e, por isso, *em tese*, comportaria a aplicação da teoria da imprevisão.

O voto continua com a transcrição do parecer para explicar que não houve nem onerosidade excessiva nem fato imprevisível.

4. Recurso Especial nº 800.286/GO**Relator** Ministro Ari Pargendler**Terceira Turma****Data de julgamento:** 07.12.2006**Publicação do Acórdão:** 18.06.2007**Partes:** Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorrido: Clézio Honorio Borges

Questão envolvida: Contrato de compra e venda futura de soja, firmado em 2003 para entrega da safra de 2004, mediante pagamento de valor pré-fixado.

O Recorrido propôs demanda para resolução do contrato celebrado, sob o fundamento de que houve, no curso do contrato, “fato imprevisto e independente da conta da devedora e que provoca valorização substancial do produto”, de forma que o cumprimento do contrato, nesses termos, traria grande prejuízo em detrimento do ganho excessivo da empresa.

A demanda foi julgada improcedente em 1º grau, mas o TJ-GO reformou a sentença, motivo pelo qual a Recorrente interpõe Recurso Especial.

O acórdão expõe que a mesma Turma já julgou caso idêntico (Resp. 722.130, acima nesta relação), onde ficou firmado o entendimento de que o contrato de compra e venda de safra futura obriga as partes se o fato que alterou o valor do produto (sua cotação no mercado internacional) não era imprevisível.

Extraí do precedente citado a lição de Silvio Rodrigues de que esse tipo de contrato é de natureza comutativa e não aleatória, o que, em princípio, admitiria a aplicação da teoria da imprevisão. Não há que se falar em onerosidade excessiva por conta da oscilação do preço do produto, pois esse fator é levado em consideração e faz parte do risco assumido quando da celebração desse tipo de negócio jurídico; ou seja: falta o caráter de imprevisibilidade do fato superveniente. Além disso, a fixação do preço na venda antecipada é realizada de forma a assegurar lucro ao produtor; ou seja: não há que se falar em prejuízo, mas sim em redução da margem de lucro esperada.

Nesses termos, a Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, para julgar improcedente o pedido de nulidade da compra e venda de safra futura.

5. Recurso Especial nº 783.520/GO

Relator Ministro Humberto Gomes de Barros

Terceira Turma

Data de julgamento: 07.05.2007

Publicação do Acórdão: 28.05.2007

Partes: Recorrente: Luiz César Vaz de Melo e outro(s)

Recorrida: Caramuru Alimentos Ltda.

Questão envolvida: A Recorrida e o Recorrente contrataram antecipadamente a venda de 8.000 sacas de soja, ao preço fixo de US\$ 10,00 por saca, para entrega futura do produto.

Os produtores alegam aumento do custo de produção e queda da produtividade, por conta da ocorrência da praga denominada “ferrugem asiática”. Por isso, propuseram demanda de resolução do contrato celebrado. A demanda foi julgada improcedente em 1º grau e em sede de apelação.

Assim, os produtores interpuseram Recurso Especial alegando:

- 1) que o contrato deve ser resolvido pois não atende à sua função social;
- 2) que firmaram um contrato lesivo porque tinham necessidade de garantir a venda, já que eles não têm a mesma experiência da compradora, empresa de grande porte;
- 3) houve onerosidade excessiva em virtude de acontecimento extraordinário e imprevisível;
- 4) houve afronta à boa-fé objetiva, que deve estar presente tanto na conclusão como na execução do contrato;
- 5) manifesta desproporção entre as prestações (diferença de preço), por motivos imprevisíveis; e
- 6) abusividade da cláusula que obriga constituição de garantia na forma de Cédula de Produto Rural.

O STJ mantém o entendimento de que o contrato de compra e venda para entrega futura de safra é contrato comutativo e de execução diferida. Entende, também, que não houve vício de consentimento, que os produtores não foram obrigados a contratar, não eram inexperientes e não contrataram sob premente necessidade, não havendo desequilíbrio entre as partes nem ofensa à boa-fé. O acórdão deixa registrado que a oscilação do preço e a queda da produtividade são riscos inerentes à atividade, assumidos pelas partes quando da celebração do negócio e fixação do preço. Além disso, o aumento do valor da soja não pode ser atribuído à Recorrida. O acórdão cita o Resp

722.130.

Assim, por unanimidade, a Turma não conheceu do Recurso.

6. Recurso Especial nº 803.481/GO

Relatora Ministra Nancy Andrighi

Terceira Turma

Data de julgamento: 28.06.2007

Publicação do Acórdão: 01.08.2007

Partes: Recorrente: Cargill Agrícola S.A

Recorrido: Luiz Ferreira Lima

Questão envolvida: Problemas ocorridos nas negociações entre produtores rurais do centro-oeste brasileiro e empresas compradoras das safras de soja 2002/2003 e 2003/2004, conhecido como o “caso da soja verde”.

No ano de 2002 os agricultores do centro-oeste do Brasil celebraram com a Recorrente contratos de compra e venda de safra futura, a preço certo, para entrega no ano seguinte, com preço médio de R\$ 22,00 por saca de 60kg, isto é, aproximadamente US\$ 8,50 por saca.

Os agricultores alegaram que naquele período haviam ocorrido fatos imprevisíveis, especialmente a eleição presidencial e a eminência de uma guerra no oriente médio que ocasionaram a elevação desproporcional do dólar americano em relação ao real, tornando sua prestação excessivamente onerosa. No intuito de reequilibrar o contrato propuseram os agricultores o pagamento de R\$ 34,50 por saca ou a entrega de um menor número de sacas de soja, de 3000 para 2136.

A sentença de 1º grau decidiu pela impossibilidade de rever o contrato dado a aleatoriedade do pacto. Já o TJ-GO entendeu que o caso daria ensejo à aplicação da figura da onerosidade superveniente, pois, em se tratando de um contrato de execução diferida no tempo, de compra e venda futura, ocorrendo a alteração substancial do preço do bem, não pode o vendedor arcar com o prejuízo. Contra essa decisão, a Recorrente interpôs Recurso Especial.

No julgamento, a Ministra Nancy Andrighi entendeu que, após a alta do dólar de 1999, a política cambial assumiu a sua volatilidade de modo não ser mais possível falar em imprevisibilidade da

alta do dólar. Além disso, na contratação de soja futura a volatilidade do dólar, além de previsível, é o elemento considerado pelas partes na negociação do contrato. Tal risco irradia seus efeitos para as duas partes contratantes: a) para o vendedor, por um lado, que garante o preço da venda da sua safra futura, garantindo uma lucratividade mínima, suportando o risco de receber valor a menor pela sua safra; b) por outro lado, o adquirente da soja se sujeita a pagar um valor a maior caso o valor da soja diminua, mas tem a chance de assegurar o recebimento da soja. A Ministra concluiu que tais eventos, que alteraram o valor das sacas de soja, são inerentes à atividade agrícola.

Merecem destaque outros aspectos: primeiro, o fato de que no período compreendido entre 2002 e 2003 não ter ocorrido uma súbita alta do dólar, mas tão somente a flutuação do câmbio, algo inerente à política cambial adotada pelo Brasil; o segundo diz respeito aos alegados fatos supervenientes e imprevisíveis: a eleição presidencial e uma potencial guerra no oriente médio. É fato de conhecimento público a periodicidade das eleições presidenciais. Quando da celebração do contrato, cinco meses antes de seu cumprimento, o ambiente de incertezas já permeava o cenário político e econômico em razão das eleições. Do mesmo modo, à época da contratação já existiam rumores de uma possível invasão do Iraque pelos Estados Unidos, não sendo possível caracterizar tais eventos como imprevisíveis, pois conhecidos do público quando da contratação.

Outro argumento utilizado pela Ministra-relatora foi a não caracterização de dois dos requisitos para aplicação da onerosidade superveniente: a excessiva vantagem para uma das partes e a respectiva excessiva onerosidade para a outra. Defendeu que o produtor rural, quando negociou o preço da venda de safra futura, calculou o seu custo e previu certa lucratividade, não tendo suportado prejuízo, ao contrário, deixou de ganhar um valor mais elevado na venda. Na realidade, quando vendeu a sua safra futura, teve o benefício de garantir que sua safra fosse vendida em um patamar de preço, assegurando um preço mínimo de venda, caso o valor diminuísse. Esse é justamente o risco imanente a esse tipo de contrato. Dessa forma, reconheceu a Ministra a não caracterização dos pressupostos necessários para a configuração da excessiva onerosidade superveniente.

O acórdão trata, ainda, da fundamentação do TJ na afronta ao princípio da função social do contrato, da probidade e da boa-fé objetiva. Sobre a função social: Entende que a função social do contrato não pode desconsiderar seu papel primário, que é econômico. Entende, da mesma forma, não ter havido má-fé nem no preço estipulado (que era o suficiente para cobrir os custos e garantir lucratividade mínima) nem na forma de negociação (não se podendo falar em pressão ou coação para a conclusão do negócio). No que se refere à violação ao princípio da probidade, entende não existir a referida ofensa.

7. Recurso Especial nº 866.414/GO

Relator Ministro Humberto Gomes de Barros

Terceira Turma

Datas de julgamento: 06.03.2008 e 20.06.2013

Publicação do Acórdão: 26.11.2008 e 02.08.2013

Partes: Recorrente: Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A

Recorrido: José Fernandes de Carvalho

7. Recurso Especial nº 866.414/GO

Relator Ministro Massami Uyeda (sucessor de Humberto Gomes de Barros)

Relatora para o relatório Ministra Nancy Andrighi

Terceira Turma

Data de julgamento: 20.11.2012

Publicação do Acórdão: 04.02.2013

Partes: Recorrente: Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A

Recorrido: José Fernandes de Carvalho

7. Recurso Especial nº 866.414/GO

Relatora Ministra Nancy Andrighi

Terceira Turma

Data de julgamento: 20.06.2013

Publicação do Acórdão: 02.08.2013

Partes: Recorrente: Comércio e Indústrias Brasileiras Coimbra S.A

Recorrido: José Fernandes de Carvalho

Questão envolvida: Contrato de compra e venda de safra futura de soja, para entrega de 20.000

sacas, com preço pré-fixado de US\$ 10,00 por saca com garantia de Cédula de Produto Rural.

O Recorrido alega ter ocorrido contaminação das lavouras pela praga conhecida como “ferrugem asiática”, o que acarretou no aumento do custo de produção e redução da colheita, resultando na onerosidade excessiva do contrato, motivo pelo qual propôs demanda para resolução do contrato. A empresa contesta e pede medida cautelar de arresto.

O juízo de 1º grau julga procedente o pedido do Recorrido e improcedente a medida cautelar. A decisão foi mantida em sede de apelação. A Recorrente interpôs Recurso Especial.

Perante o STJ, este caso tem início em 2006 e só termina em 2013.

Em 2008, houve o primeiro posicionamento do STJ, em renovação de julgamento ocorrida em 06.03.2008 (por falta de quórum na sessão de 13.11.2007), onde a Turma, por maioria, conheceu do Recurso e a ele deu provimento. Divergiram os Ministros Nancy Andrighi e Castro Filho.

Porém, ao receber Embargos de Declaração, o Ministro Massami Uyeda (sucessor do Ministro Humberto Gomes de Barros) consultou o Ministro Sidnei Beneti sobre seu impedimento no caso e, tendo sido constatado tal impedimento, a Turma, em sessão de 15.12.2009, anulou a renovação de julgamento ocorrida em 2008.

O segundo posicionamento sobre o caso foi dado em 2012, quando se conheceu do Recurso e a ele deu parcial provimento. Ocorre que, em sede de Embargos de Declaração, após revisão dos votos proferidos, constatou-se que a votação não foi concluída por falta de quórum, pelo que a Turma decidiu anular novamente o acórdão.

O terceiro e último posicionamento deste caso ocorreu em 2013, sob a relatoria da Ministra Nancy Andrighi.

A Ministra Relatora comenta que o tema da resolução de contrato de compra e venda futura de lavoura amadureceu e se consolidou ao longo dos anos em que o processo tramitou no STJ. Ela mesma já havia mudado seu posicionamento em voto-vista proferido na sessão de julgamento de 20.11.2012, passando a afastar o caráter extraordinário e imprevisível da “ferrugem asiática”, alinhando seu entendimento aos julgados então contemporâneos do STJ.

Neste acórdão final, a Ministra Nancy Andrighi cita como idêntico o Resp 977/007-GO, onde está registrado que o STJ entendeu que a “ferrugem asiática” não pode ser considerada fato “extraordinário e imprevisível”.

Ressalta, ainda, a diferença entre alteração da comutatividade do contrato e a frustração das partes quanto às suas expectativas subjetivas de lucratividade. Isso porque a estipulação do preço do

produto em determinado dia leva em consideração uma série de condições de mercado e as expectativas de negócios futuros daquele dia, o que seria suficiente para cobrir os custos de produção. Por isso, a majoração desse preço em momento posterior não pode ensejar onerosidade excessiva, mas sim em estreitamento da margem de lucro projetada no dia da fixação do preço.

Nesses termos, a Turma, por unanimidade, decide pelo conhecimento do Recurso e por seu provimento, mantendo hígido o contrato de compra e venda.

8. Recurso Especial nº 809.464/GO

Relator Ministro Fernando Gonçalves

Quarta Turma

Data de julgamento: 10.06.2008

Publicação do Acórdão: 23.06.2008

Partes: Recorrente: Abadia Cândida Gomes

Recorrida: Caramuru Alimentos Ltda.

Questão envolvida: Contrato de compra e venda futura de soja, para entrega de 240.000 kg de soja em grãos (equivalentes a 4.000 sacas de 60kg cada) da safra de 2002/2003, ao preço certo de R\$ 22,50 cada saca. Foi estipulada a data de 30.04.2003 como prazo para a entrega da produção e dada como garantia Cédula de Produto Rural.

A Recorrente propôs demanda para resolução do contrato, alegando que houve aumento substancial no preço do produto durante a vigência do negócio, chegando a R\$ 39,00 por saca, o que, conforme alega, teria ocasionado desequilíbrio na equação financeira do contrato. A Recorrente alega a ocorrência de lesão e onerosidade excessiva, devendo ser aplicada a teoria da imprevisão e observado o princípio da boa-fé, tendo em vista que se trata de contrato de adesão. Com isso, pede resolução do contrato ou a adequação do preço ao patamar do mercado.

A demanda foi julgada improcedente tanto em 1º grau como pelo TJ-GO.

Foi interposto Recurso Especial e o Ministro Relator faz constar que em casos semelhantes, inclusive com a mesma Recorrida, o STJ afastou a existência de onerosidade excessiva e desequilíbrio financeiro nesse tipo de contrato. Explica, também, que as alterações na cotação da

soja constituem fator previsível e não têm força para alterar ou resolver o contrato firmado.

Para corroborar sua posição, cita o Resp. 803.481, ressaltando a ausência de violação da boa-fé nesse tipo de negociação, onde a venda antecipada garante lucratividade mínima para o produtor, que assume o risco da variação de preço; Resp. 722.130, reforçando que a variação da cotação do preço não é fator imprevisível; e Resp. 800.286, que confirma a ausência do fator da imprevisibilidade. Com isso, a Turma, por unanimidade, não conhece do Recurso.

9. Recurso Especial nº 679.086/GO

Relator Ministro Fernando Gonçalves

Quarta Turma

Data de julgamento: 10.06.2008

Publicação do Acórdão: 23.06.2008

Partes: Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorrida: Abadia Cândida Gomes

Questão envolvida: Contrato de compra e venda futura de soja, firmado em 04.07.2002 para entrega de 60.000 quilos de soja em grãos da safra de 2002/2003, ao preço fixo de R\$ 25,58 por saca de 60kg. Foi fixado o dia 30.04.2003 como prazo para entrega do produto.

A Recorrida propôs demanda para resolução do contrato em face da empresa, sob a alegação de que o preço da soja sofreu aumento substancial durante a vigência do contrato, o que teria ocasionado onerosidade excessiva por ela suportada.

A demanda foi julgada improcedente em 1º grau, mas procedente pelo TJ-GO em apelação, concedendo à Recorrida a faculdade de adquirir a soja pelo preço apurado no dia da efetivação do contrato ou a sua resolução.

Foi interposto Recurso Especial, alegando que não houve onerosidade excessiva e que não se admite a aplicação da teoria da imprevisão em casos desta natureza.

O acórdão acolhe o pleito em linha com os demais julgados do STJ, confirmando que a alteração no preço da soja é fato previsível que não tem força para modificar ou resolver o contrato sob a

alegação de onerosidade excessiva.

Cita precedentes que corroboram a linha de decisão do STJ, no sentido de considerar ausente o caráter de imprevisibilidade na oscilação de preço do produto no mercado, fator esse, inclusive, levado em consideração quando da celebração do contrato para garantir a lucratividade do produtor.

Nesses termos, a Turma, por unanimidade, conhece do Recurso Especial para julgar improcedente a demanda.

10. Recurso Especial nº 977.007/GO

Relatora Ministra Nancy Andrichi

Terceira Turma

Data de julgamento: 24.11.2009

Publicação do Acórdão: 02.12.2009

Partes: Recorrente: Antônio Carlos Mosconi

Recorrida: Caramuru Alimentos Ltda.

Questão envolvida: O Recorrente alega que celebrou com a Recorrida 4 contratos de compra e venda de soja com o preço da saca a US\$ 10,24; US\$ 10,30 e US\$ 10,75.

Pede a fixação do valor em R\$ 45,00, pois foi excessivamente onerado com a perda de cerca de 48% dos valores pactuados em virtude da valorização da moeda nacional e da quebra da produção decorrente da praga conhecida como “ferrugem asiática”.

A Recorrida alega que foram 5 contratos; que houve pagamento antecipado em todos eles; que não houve fixação do preço em dólar e que os preços praticados foram os vigentes à época do negócio, sendo da natureza da estipulação a ocorrência de variações no valor da mercadoria, pois esta apresenta cotação diária.

Foi proposta demanda revisional de contrato pelo Recorrente contra a Recorrida, no sentido de se obter o ajuste do valor da saca para R\$ 45,00, segundo o preço do mercado praticado em 17.03.2004. O pedido do Recorrente é julgado procedente em 1º grau e improcedente em sede de

apelação pelo TJ-GO.

No Recurso Especial, o Recorrente restringe o fundamento do seu pedido somente à ocorrência de “ferrugem asiática”, abandonando a questão da variação cambial.

O STJ decide que a soja é uma commodity, ou seja, um bem básico com qualidades uniformes. É natural que esse produto seja comercializado com prazo diferido, pois, no ato da contratação, o agricultor é motivado pela expectativa de alta produtividade do setor, o que, em tese, conduz à queda dos preços; e, em contrapartida, sabe da possibilidade da alta do dólar, circunstância previsível neste ramo que leva à alta do valor da saca. “Em suma, trata-se de um contrato cuja finalidade econômica é minimizar o risco de prejuízo das partes, tendo como contrapeso um estreitamento das margens de lucro.”

O voto reforça que se trata de contrato comutativo nos termos dos precedentes do STJ. Apesar de a negociação ser influenciada pelas “leituras que as partes fazem acerca dos riscos futuros”, suas prestações são certas. As partes conhecem de antemão o risco do insucesso das previsões que realizam, e a frustração da expectativa criada pela parte não altera, por si só, a prestação a que ela se obrigou.

Colocado no caso concreto: o produtor que vende antecipadamente sua produção a preço certo, com a expectativa de que um excesso de colheita derrubará os preços, não pode falar em onerosidade quando o fato ocorrido frustra sua expectativa, ou seja, quando ocorrer escassez global que venha a elevar seu valor.

A onerosidade excessiva deve ser fundada na alteração inaceitável da comutatividade e não na quebra de expectativas pré-contratuais. A álea a considerar é aquela baseada nos limites aceitáveis do equilíbrio contratual.

Não obstante a literalidade do art. 478, que indica apenas a possibilidade de resolução contratual – é possível reconhecer onerosidade excessiva também para revisar a avença. Há que se dar valor ao princípio da conservação dos negócios jurídicos que foi expressamente adotado em diversos outros dispositivos do CC/02 como no parágrafo único do art. 157 e no art. 170.

Porém, ainda que admitido esse posicionamento, a Ministra Relatora entendeu não ser possível rever o contrato, pois: 1) a revisão pretendida alteraria a natureza do contrato de compra e venda futura para compra e venda à vista; 2) não há que se falar em onerosidade excessiva uma vez que o STJ já entendeu que a “ferrugem asiática” não constitui fato imprevisível.

O Recorrente não busca o equilíbrio do contrato, mas transformar o contrato de venda futura em um contrato à vista e, com isso, suprir eventuais discrepâncias entre suas expectativas subjetivas e

o resultado apresentado em termos de lucratividade.

Afastada também a alegação de que se trata de relação de consumo, pois “não é aceita pelo STJ a tese segundo a qual o produtor de soja deve ser considerado consumidor”. Portanto, o pedido deve ser analisado com base na visão mais subjetiva do CC, que se refere unicamente à resolução do contrato. Por tais motivos, foi negado provimento ao Recurso Especial.

11. Recurso Especial nº 679.135/GO

Relator Ministro Aldir Passarinho Junior

Quarta Turma

Data de julgamento: 15.12.2009

Publicação do Acórdão: 08.02.2010

Partes: Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorrido: Ramon Alves de Araújo

Questão envolvida: As partes celebraram contrato de compra e venda futura de soja, para entrega de 480.000kg de soja da safra 2002/2003, pelo preço certo de R\$ 24,57 cada saca.

O Recorrido propôs demanda Declaratória de Rescisão Contratual ou Reajuste de Preço, alegando rompimento do equilíbrio contratual (onerosidade excessiva) em virtude do aumento considerável do preço da soja e derivados nos mercados externo e interno, tendo a cotação oscilado entre R\$ 30,00 e R\$ 35,00 por saca quando da propositura da demanda.

A demanda foi julgada improcedente em 1º grau, mas a sentença reformada pelo TJ-GO, que declarou rescindidos os contratos. Contra essa decisão, foi interposto Recurso Especial.

No voto do Relator, ficou registrado que o STJ tem afastado a ocorrência de onerosidade excessiva e de desequilíbrio nas cláusulas de compra e venda de safra futura, não reconhecendo a incidência da teoria da imprevisão nesse tipo de acordo. Esclarece que a flutuação na cotação do preço internacional da soja é fator previsível e até mesmo inerente à espécie de negociação e, por isso, não tem força para modificar ou rescindir o contrato.

Cita precedentes corroborando a posição do STJ sobre a ausência de imprevisibilidade na oscilação do preço da soja, bem como explicando que se trata de frustração de expectativa de margem de

lucro, e não prejuízo, não podendo se falar em onerosidade excessiva.

Nesses termos, a Turma, por unanimidade, conhece em parte do recurso, dando-lhe parcial provimento para restabelecer os efeitos da sentença.

12. Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 1.125.242/MT

Relator Ministro João Otávio de Noronha

Quarta Turma

Data de julgamento: 13.04.2010

Publicação do Acórdão: 26.04.2010

Partes: Embargante: Adroaldo Machado da Motta

Embargada: Caramuru Alimentos S.A

Questão envolvida: Contrato de compra e venda de soja para entrega futura, a preço fixo. O produtor alega onerosidade excessiva em virtude de variação cambial.

O produtor opôs Embargos de Declaração contra decisão que conheceu parcialmente do Agravo de Instrumento para dar parcial provimento ao Recurso Especial.

Ele alega que a decisão embargada:

- 1) é contraditória, insistindo que se trata de onerosidade excessiva e não apenas redução do lucro;
- 2) é obscura, pois não foi clara o suficiente sobre os efeitos da nulidade da Cédula de Produto Rural.

Os Embargos de Declaração foram recebidos pelo Relator como Agravo Regimental.

O STJ mantém o entendimento de que a variação cambial não pode ser considerada fato imprevisível. Reforça, também, que não se pode falar em prejuízo, uma vez que não é razoável considerar que o valor pré-estabelecido no contrato de compra e venda não tenha embutido uma margem de lucro do negócio, assumindo as partes o risco de prejuízo em virtude da valorização da moeda.

Entende, com isso, que não há contradição na decisão embargada, que está totalmente alinhada

com a jurisprudência do STJ, segundo a qual “não é abusivo contrato de safra futura a preço certo se o fato que alterou o valor do produto negociado não era imprevisível”.

Entendeu, ainda, não haver obscuridade, pois a decisão deixou claro que a Cédula de Produto Rural não pode funcionar como instrumento de crédito, mas sim como meio executivo de cobrança da safra contratada, uma vez que não houve adiantamento do pagamento ou circulação da Cédula de Produto Rural.

Embargos recebidos pelo STJ como Agravo Regimental, ao qual se negou provimento.

13. Recurso Especial nº 835.498/GO

Relator Ministro Sidnei Beneti

Terceira Turma

Data de julgamento: 18.05.2010

Publicação do Acórdão: 01.06.2010

Partes: Recorrente: Caramuru Alimentos Ltda.

Recorridos: Edson Pereira de Souza e outros

Questão envolvida: As partes firmaram contratos de compra e venda de soja, a preço fixo, para entrega futura do produto. O preço fixado sofreu relevante valorização no mercado, principalmente em virtude do excesso de chuvas e da incidência da praga “ferrugem asiática”.

Alegando onerosidade excessiva ocasionada por tais fatores, os Recorridos ingressaram com demanda declaratória de nulidade contratual, cumulada com pedido de resolução do contrato.

O pedido foi julgado improcedente em 1º grau. A sentença foi reformada em apelação pelo TJ-GO, que determinou a resolução dos contratos e das cédulas de produto rural, com base na onerosidade excessiva superveniente.

É interposto, então, o Recurso Especial, que é analisado pelo STJ sob o prisma da onerosidade excessiva, utilizada como fundamento pelo TJ-GO.

No mérito, o voto do Ministro Sidnei Beneti faz constar que o tema já está pacificado nas Terceira e Quarta Turmas da Casa. Explica que o STJ já se posicionou “no sentido de que o contrato de

venda de safra futura não pode ser revisado com fundamento em onerosidade excessiva quando consideradas variáveis previsíveis”. Considerando as variações ocorridas como risco inerente ao negócio e, portanto, de natureza previsível, o acórdão dá provimento ao Recurso Especial e julga improcedente a demanda do produtor rural.

14. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 775.124/GO

Relator Ministro Massami Uyeda

Terceira Turma

Data de julgamento: 01.06.2010

Publicação do Acórdão: 18.06.2010

Partes: Agravante: Mauro Célio Ferreira

Agravada: Cargill Agrícolas S.A

Questão envolvida: O Agravante e a Agravada firmaram contrato de compra e venda futura de soja, a preço certo entre R\$ 20,00 e R\$ 21,00 por saca de 60kg.

O Agravante alega que a Agravada informou que a cotação do dólar iria baixar, de modo que a cotação do produto não ultrapassaria o valor contratado. Ocorre que houve alta do dólar, o que refletiu no valor de mercado da soja, que oscilava entre R\$ 36,00 e R\$ 38,00 na data da propositura da demanda de resolução contratual por parte do produtor. Alega o Agravante que foi induzido pela Agravada a firmar os contratos e que a oscilação do preço resultou no enriquecimento ilícito da Agravada.

A demanda foi julgada procedente em 1º grau e pelo Tribunal de origem, que entendeu ter havido desequilíbrio econômico que causou prejuízo insuportável ao Agravante, fundamentando que o princípio de *pacta sunt servanda* não deve ser aplicado de forma absoluta em virtude dos novos princípios da função social do contrato, conforme prevê o novo Código Civil.

A Agravada interpõe Recurso Especial, que foi provido sob o fundamento de não ser caso de onerosidade excessiva a oscilação do preço do produto no mercado.

O Agravante busca, então, reformar a decisão por meio de Agravo Regimental, para que o caso seja analisado não somente sob a ótica da onerosidade excessiva, mas principalmente quanto à

existência de cláusulas leoninas no contrato de adesão firmado entre as partes.

Segundo o acórdão, considerando que o tema onerosidade excessiva e risco do contrato envolve matéria de fato e de prova, o que é vedado em recurso especial, impôs-se analisar a questão à luz da função social do contrato.

O Relator explica que o contrato de compra e venda futura de soja é de risco e a oscilação da cotação não pode ser considerada fato extraordinário ou imprevisível.

Cita como precedentes Resp. 977.007, sobre a natureza do contrato e os riscos a ela inerentes, bem como sobre a expectativa de lucratividade quando da celebração do acordo, cuja frustração não deve ser confundida com prejuízo; Resp. 866.414, reforçando que o risco é inerente a esse tipo de negócio; Resp. 809.464, julgando que a oscilação da cotação do produto não enseja alteração ou resolução contratual. Nesses termos, é negado provimento ao Agravo.

15. Recurso Especial nº 858.785/GO

Relator Ministro Humberto Gomes de Barros

Relatora para o Acórdão Ministra Nancy Andrighi

Terceira Turma

Data de julgamento: 08.06.2010

Publicação do Acórdão: 03.08.2010

Partes: Recorrente: Comércio e Indústria Brasileiras Coinbra S.A

Recorrido: Cleosmar Marques Prado

Questão envolvida: As partes celebraram contrato de compra e venda de safra futura de soja, para entrega de 60.000 kg de soja em grãos da safra 2003/2004, a preço pré-fixado em US\$ 10,50 por saca. Contudo, a safra do ano em questão foi afetada pela praga conhecida como “ferrugem asiática”, o que fez com que a produção agrícola diminuísse e o preço da soja disparasse.

Alegando onerosidade excessiva ocasionada pelo aumento do custo da produção e pela baixa produtividade em virtude da “ferrugem asiática”, o Recorrido propõe demanda para resolver o contrato, sob os fundamentos de que: 1) o contrato não cumpriu sua função social; 2) houve ofensa ao princípio da boa-fé objetiva; 3) em virtude da onerosidade excessiva ocasionada, o contrato deve

ser resolvido ou seu preço deve ser ajustado.

A sentença de 1º grau julga a demanda improcedente, e o TJ-GO reforma a sentença, aplicando a teoria da imprevisão.

Perante o STJ, a controvérsia tem início em 2007 e termina em 2010.

Na sessão de julgamento de 2007, o Ministro Relator Humberto Gomes de Barros vota pelo provimento ao recurso. Porém, constata-se empate nos votos proferidos, renovando-se o julgamento em 2008, onde foram mantidos os votos. Com o voto-vista do Ministro Sidnei Beneti, julga-se pelo não conhecimento do Recurso, em 25.11.2008, por maioria, julgamento esse que é anulado em dezembro de 2008.

O julgamento final vem a ocorrer em 08.06.2010, quando a Turma, por maioria, dá provimento ao Recurso.

No acórdão final, a Ministra Relatora para o acórdão, Nancy Andrighi, retifica seu voto anterior em que entendeu impossível discutir a validade do contrato por força das Súmulas 5 e 7 do STJ. Alterando seu voto anterior, faz constar que “nesses anos que se passaram desde o início do julgamento deste processo, a jurisprudência do STJ se modificou bastante quanto à matéria e, como bem observou o i. Min. João Otávio de Noronha, há precedente da minha relatoria reputando válido e exigível contrato firmado nessas condições”.

Desse precedente citado, qual seja, Resp 977.077/GO, a Ministra transcreve o trecho em que explica a diferença entre “alteração da comutatividade e a mera decepção das partes quanto às suas expectativas subjetivas de lucratividade”. Isso porque a cotação do produto em determinada data leva em conta vários fatores, dentre eles as “expectativas de negócios futuros”. Por isso, o preço que se pretende aplicar, cotado meses após a conclusão do contrato, não guarda relação com a estipulação de interesses assumido pelos contratantes quando da conclusão do negócio e vai contra a própria essência do contrato firmado, de compra e venda futura. “A alteração do preço representaria a própria negação da modalidade contratual versada”.

Além desse aspecto, o trecho transcrito deixa claro que está ausente o fator de imprevisibilidade do fato, uma vez que resta consolidado no STJ que a ocorrência de “ferrugem asiática” é risco inerente à atividade, não podendo ser considerado fato extraordinário e imprevisível.

Nesses termos, foi dado provimento ao Recurso Especial para manutenção do contrato de compra e venda em seus termos originais.

Este acórdão também mantém a validade da Cédula de Produto Rural, em linha com os julgados do

STJ que consolidaram o entendimento da sua validade ainda que sem antecipação de pagamento.

16. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.016.988/GO

Relator Ministro João Otávio de Noronha

Quarta Turma

Data de julgamento: 17.06.2010

Publicação do Acórdão: 29.06.2010

Partes: Agravante: Rogério Ribeiro da Lima

Agravada: ADM do Brasil Ltda.

Questão envolvida: Contrato de compra e venda de safra de soja, firmado em 2003 para entrega da safra a ser colhida em 2004, a preço fixo. Alega o Agravante haver onerosidade excessiva por conta de variação do preço da soja no mercado internacional, pleiteando resolução do contrato.

Recurso Especial interposto pela então Agravada e concedido nos seguintes termos: “Por haver risco inerente ao negócio, não há onerosidade excessiva nem desequilíbrio na equação financeira de contratos de venda de safra futura a preço certo, aos quais, portanto, não deve ser aplicada a teoria da imprevisão”.

Decisão mantida por conta do não provimento do Agravo Regimental (“1. Mantém-se a decisão recorrida quando seus fundamentos não restam suficientemente ilididos pela argumentação do agravante. 2. Uma vez demonstrado que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade, deve o recurso especial ser conhecido. 3. Não se aplica a teoria da imprevisão nos contratos de compra e venda de safra futura a preço certo.”).

17. Recurso Especial nº 849.228/GO

Relator Ministro Luis Felipe Salomão

Quarta Turma

Data de julgamento: 03.08.2010

Publicação do Acórdão: 12.08.2010

Partes: Recorrente: Sementes Selecta Ltda.

Recorrido: Alcindo Caetano Machado Júnior

Questão envolvida: Compra e venda de safra futura de soja. Pedido de resolução do contrato pelo produtor Alcindo Caetano, por onerosidade excessiva em virtude de aumento do preço da soja e dos insumos de produção.

Pedido negado na 1ª instância e concedido pelo TJ-GO. Recurso Especial provido para reestabelecer a sentença.

O STJ manteve o posicionamento de que a variação do preço de produto cotado em bolsa é inerente à transação, não podendo ser considerado fato extraordinário e desconexo com os riscos do negócio. Além disso, não há que se falar em onerosidade excessiva, mas sim em estreitamento da margem de lucro.

18. Recurso Especial nº 936.741/GO

Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira

Quarta Turma

Data de julgamento: 03.11.2011

Publicação do Acórdão: 08.03.2012

Partes: Recorrente: Cargill Agrícola S.A

Recorrido: Darci Luiz da Silva

Questão envolvida: Compra e venda de safra futura a preço certo.

O Recorrido propôs demanda em face da Recorrente para resolução do contrato celebrado em razão de onerosidade excessiva em virtude de variação da cotação do produto no mercado em razão da variação cambial de 2002.

A demanda foi julgada procedente em 1ª instância e pelo TJ-GO. A Recorrente, então, interpôs

Recurso Especial.

O voto do Ministro Relator reforça que o posicionamento do STJ é pela impossibilidade de aplicação da teoria da imprevisão em contratos de compra e venda de safra futura, a preço fixo. São eles: Resp 803.481/GO, Resp 849.228/GO, Resp 1.016.988/GO, Resp 809.464 e Resp 866.414.

O Relator deixa claro que, em casos como este, por se tratar de contrato empresarial (e não de consumo), tem-se defendido um maior dirigismo contratual, o que, consequentemente, significa a relativização dos princípios da autonomia da vontade e *pacta sunt servanda*. Nesse tipo de contrato, a simetria entre as partes é natural.

Explica que o fato de o Código Civil de 2002 ter submetido os contratos cíveis e empresariais às mesmas regras gerais não significa que estes contratos sejam essencialmente iguais.

Explica:

- 1) que o contrato não é de execução continuada ou diferida, mas sim contrato de compra e venda de coisa futura a preço certo;
- 2) a alta do preço não causou onerosidade excessiva, mas sim apenas a redução do lucro esperado pelo produtor;
- 3) variação cambial não configurou acontecimento extraordinário e imprevisível, uma vez que ambas as partes são profissionais conhecedoras do mercado em que atuam, e têm pleno conhecimento de que tais flutuações são possíveis.

Por esse motivo, a Turma conheceu do Recurso e a ele deu provimento, por unanimidade para julgar a demanda improcedente.

19. Recurso Especial nº 945.166/GO

Relator Ministro Luis Felipe Salomão

Quarta Turma

Data de julgamento: 28.02.2012

Publicação do Acórdão: 12.03.2012

Partes: Recorrente: ABC Indústria e Comércio S.A – ABC Inco

Recorrido: Gilclésio Antônio Fernandes da Silva

Questão envolvida: Contrato de compra e venda futura de soja, firmado em 2003, para a entrega de um total de 30.000 kg de soja em grãos da safra 2003/2004, que corresponde a 500 sacas de 60 kg, no valor unitário de US\$ 10,24. Entrega fixada para 28.02.2004.

Após a assinatura do contrato, teria havido “exagerada elevação do preço da soja, mormente em vista da baixa produtividade da safra americana em face de adversidades climáticas, a alta do dólar e, sobretudo, a baixa produtividade da safra brasileira, também em face de adversidades climáticas e da devastadora ferrugem asiática”, chegando a cotação do produto a atingir o valor de US\$ 16,00 por saca.

O produtor, então, propõe demanda de resolução do contrato, alegando ter sido induzido a firmar o contrato juntamente com um grande número de outros agricultores; que a empresa Recorrente, em conjunto com outras, controla os preços do produto e tem influência nas cotações internacionais; que acreditou nas falsas informações da empresa de que o preço da soja não superaria US\$ 9,00.

Os pedidos do produtor foram julgados improcedentes em primeiro grau e providos em grau de apelação perante o TJ-GO.

Interposto Recurso especial, o Ministro Relator explica em seu voto que a prévia fixação do preço nesse tipo de contrato traz benefícios ao agricultor pois o resguarda das oscilações excessivas no preço, garantindo seu lucro. Cita Ministra Nancy Andrigli no Resp 910.537-GO.

Além disso, o Ministro acrescenta que a “ferrugem asiática” não pode ser considerada fato extraordinário e imprevisível, uma vez que a doença atinge as plantações no Brasil desde 2001, sem haver perspectiva de erradicação. Cita, ainda, publicação da Embrapa delineando o histórico da doença no Brasil, inclusive o fato de que a ocorrência da doença na safra deste caso (2003/04) não foi tão gravosa como a encontrada na safra anterior (“a experiência das perdas na safra anterior deixou os produtores de prontidão e ‘armados’, nas áreas atingidas, para o controle químico”), pondo por terra o argumento da “imprevisibilidade”.

Com isso, o Ministro Relator conclui que não se pode falar na aplicação da teoria da imprevisão, uma vez que a flutuação do preço da soja na bolsa é fator inerente ao negócio jurídico contratado e a “ferrugem asiática” não pode ser considerada um fato imprevisível.

Por fim, o voto reforça o entendimento de que não se pode falar em prejuízo no caso de compra e venda de safra futura a preço certo, mas sim de estreitamento da margem de lucro previamente calculada quando da conclusão do negócio.

Recurso provido para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial, restabelecendo a

sentença.

20. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 155.702/MS

Relator Ministro Raul Araújo

Quarta Turma

Data de julgamento: 16.05.2013

Publicação do Acórdão: 27.06.2013

Partes: Agravante: Darcy Montagna

Agravada: Teruel Aviação Agrícola Ltda.

Questão envolvida: O acórdão não trata especificamente dos fatos, mas sim das alegações feitas já em sede de Agravo, onde, nos termos relevantes, a parte Agravante:

- 1) pleiteia aplicação do CDC, alegando que “a jurisprudência do STJ entende que o agricultor que adquire insumos para sua utilização profissional é destinatário final do produto e, portanto, consumidor”;
- 2) alega que teve impedida sua prerrogativa de produção de provas, provas essas que seriam relacionadas ao tema relativo à teoria da imprevisão.

O Ministro Relator rebate que:

- 1) é entendimento do STJ que “não configura relação de consumo as hipóteses em que o produto ou o serviço são alocados na prática de outra atividade produtiva”;
- 2) não deve prosperar a questão da produção da prova. Neste ponto, o relator explica que o tema da teoria da imprevisão já encontra óbice em outro aspecto independente, que é o fato de que “inconstâncias climáticas não podem ser consideradas um fator imprevisível na atividade agrícola”.

Outro aspecto discutido acerca da compra e venda para entrega futura de soja foi se a ferrugem asiática poderia ser considerada um evento imprevisível apto a gerar onerosidade excessiva. Esse argumento permeou diversos acórdãos do STJ, podendo-se destacar o Agravo Regimental no Agravo em REsp 155.702-MS, j. em 16.05.2013, relatado pelo Ministro Raul Araújo, em que a ocorrência da ferrugem asiática foi apontada como possível causa de onerosidade superveniente, pois esse fato causou a perda de boa parte da produção da safra 2003/2004.

Esse agravo remete a entendimento consolidado do STJ de que adversidades climáticas não podem ser consideradas eventos extraordinários e imprevisíveis, em contratos de compra e venda envolvendo produtores rurais, a exemplo de contratos de compra e venda de insumos agrícolas.

APÊNDICE C

Jurisprudência Seleccionada do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre Temas Diversos

1. Recurso Extraordinário nº 56.960/SP

Relator Ministro Hermes Lima

Segunda Turma

Data de julgamento: 13.11.1964

Publicação do Acórdão: 08.12.1964

Partes: Recorrente: Prefeitura Municipal de Santos

Recorrida: Passarelli & Neves Ltda.

Questão envolvida: Empresa vencedora de concorrência (com Prefeitura de Santos) para execução de obra pleiteia revisão do preço em virtude de aumento do custo da mão de obra por conta de aumento do salário mínimo depois de iniciados os trabalhos.

A 1ª instância e o TJ decidem pela aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*. A Prefeitura recorre.

Ao analisar o recurso, o STF manifesta que modificações violentas e imprevisíveis das condições objetivas em que os contratos se consumam justificam a intervenção da justiça para reparar os graves danos que daí podem decorrer, mas assevera que a cláusula *rebus sic stantibus* não visa eliminar riscos de negócio, que são inerentes ao sistema econômico. O STF entende que o aumento do salário mínimo não era imprevisível: estava anunciado e ocorreu pouco depois de se iniciarem os trabalhos da empreitada.

Entende, ainda, que não houve onerosidade excessiva, mas sim estreitamento da margem de lucro. Isso porque a margem de lucro estimada, de 15,8% sobre a verba de orçamento, foi quase totalmente absorvida pela diferença do salário mínimo que tiveram que arcar. Por conta disso, viram seus ganhos reduzidos a 3,49%. STF pondera que a regra da onerosidade excessiva não tem o condão de ajustar lucro, mas sim evitar ruína financeira.

Por unanimidade, STF conhece do Recurso Extraordinário e dá provimento ao recurso, julgando a ação improcedente.

2. Recurso Extraordinário nº 71.443/RJ**Relator** Ministro Aliomar Baleeiro**Primeira Turma****Data de julgamento:** 15.06.1973**Publicação do Acórdão:** 28.09.1973**Partes:** Recorrentes: Newton Valladas Quintella e outros

Recorrida: Cerâmica Bemposta Ltda.

Questão envolvida: Contrato de fornecimento de barro com pagamento prévio, sem nenhuma previsão de reajuste. O preço foi pago, mas a mercadoria não foi entregue. Os autores ajuizaram ação de obrigação de fazer para a entrega da mercadoria ou a devolução do preço; a fornecedora reconvém pedindo reajustamento de preço com base na cláusula *rebus sic stantibus* ou a resolução.

A 1ª instância entende que não se aplica a regra da cláusula *rebus sic stantibus* e julga procedente a ação, condenando a fornecedora a devolver a quantia recebida sem perdas e danos. Ambas as partes recorrem.

O TJ-RJ entende ser o caso da aplicação da teoria da imprevisão pois, apesar de pago o preço, não teria terminado o prazo de fornecimento. O TJ-RJ nega provimento à apelação dos autores e dá provimento à apelação da ré para julgar procedente a reconvenção e decretar a resolução do contrato com a devolução do recebido.

Os autores interpõem Recurso Extraordinário que é provido por unanimidade. O STF coloca que a cláusula *rebus sic stantibus* tem sido admitida como implícita somente em contratos com pagamentos periódicos sucessivos de ambas as partes ao longo de prazo dilatado, se ocorreu alteração profunda e inteiramente imprevisível das circunstâncias existentes ao tempo da celebração do negócio. O STF manifesta não haver margem de apelo à teoria da imprevisão, feito em 1964, para reajuste de preço fixado em 1963 com pagamento total e prévio. O STF entendeu que o risco da inflação era normal e previsível ao tempo do contrato. Entendeu também que não há que se falar em dano à fornecedora, que já havia recebido o pagamento integral antes de recusar a entrega.

3. Recurso Extraordinário nº 85.714-1/RJ**Relator** Ministro Soares Muñoz**Primeira Turma****Data de julgamento:** 19.06.1979**Publicação do Acórdão:** 03.07.1979**Partes:** Recorrente: Companhia Vale do Rio Doce

Recorrida: Décio Silviano Brandão, Engenharia, Arquitetura e Construções

Questão envolvida: Contrato de empreitada para construção, a preço corrente (contratação via concorrência, preço dos concorrentes muito semelhantes). Nos meses seguintes à celebração do contrato houve um salto inflacionário.

Foi ajuizada ação ordinária para reajustamento de preço, acolhida e confirmada em apelação. Embargos Infringentes interpostos e rejeitados.

No Recurso Extraordinário a Recorrente alega que, ao aplicar a teoria da imprevisão, o acórdão recorrido nega a vigência do art. 1.246 do Código Civil de 1916. A Recorrente aduz que não se pode admitir que o contrato não possa ter previsto as variações para um curto prazo de seis meses. Referido dispositivo prevê que aquele que assumir executar obra por empreitada não terá direito a exigir acréscimo no preço, ainda que haja acréscimo no valor dos salários ou o do material. Ocorre que o STF já havia considerado em outro julgado que não há negativa de vigência do artigo 1.246 do Código Civil, na revisão dos preços da empreitada por conta da superveniência de imprevisível encarecimento de salários ou de material. O acórdão recorrido entende ser lícito invocar a cláusula implícita *rebus sic stantibus* quando, em tempos de inflação lenta, há um aumento súbito que tome proporções de crise, causando prejuízos para o construtor. Nota que o construtor continuou a adimplir a obrigação assumida, alienando bens e fazendo empréstimo.

O STF concorda com a fundamentação do acórdão recorrido de que, à época da celebração do contrato, a inflação era previsível, mas sua intensidade era imprevisível. Nesses termos, o STF não conheceu do Recurso Extraordinário.

4. Recurso Especial nº 87.226/DF**Relator** Ministro Paulo Costa Leite

Terceira Turma**Data de julgamento:** 21.05.1996**Publicação do Acórdão:** 05.08.1996**Partes:** Recorrentes: Marcio José Chaves da Nobrega e Wanda Maria Machado Coelho (cônjuge)

Recorrida: Encol S.A Engenharia, Comércio e Indústria

Questão envolvida: Contrato de Compra e Venda de Imóvel firmado entre os Recorrentes e a Recorrida. Os Recorrentes pleiteiam a devolução das quantias pagas por conta de “dificuldades econômicas reinantes no país”.

O TJ-DF entende que constitui entendimento pacífico que a inflação não constitui caso fortuito ou força maior, pelo que os diversos planos econômicos e a depreciação do poder aquisitivo não se ajustam à teoria da imprevisão.

O STJ confirma o entendimento do TJ-DF, registrando que a escalada inflacionária não é um fator imprevisível, principalmente quando as partes avençam a atualização das prestações devidas.

Nesse sentido, o acórdão cita como precedentes AgRegAI 12.795-RJ, 51.186-0 e 58.430-SP.

5. Recurso Especial nº 831.808/SP**Relatora** Ministra Nancy Andrichi**Terceira Turma****Data de julgamento:** 18.05.2006**Publicação do Acórdão:** 28.08.2006**Partes:** Recorrente: Moraes Sampaio Construtora Ltda.

Recorrido: Ithamar de Moraes Sampaio Fonseca

Questão envolvida: Os litigantes, que são irmãos, firmaram contrato por meio do qual transferiram a propriedade de terrenos contíguos herdados de seus pais à construtora administrada pela Recorrente, para construção de prédio de apartamentos. Em pagamento, o Recorrido receberia a propriedade de um apartamento e meio.

Houve atraso na construção. Alegando prejuízos por não poder dispor dos bens que lhe cabiam na data estimada para a conclusão da obra, o Recorrido propõe ação de reparação por perdas e danos.

A Recorrente contesta, alegando que o atraso se deu por motivo de força maior (embargo do Poder Público por irregularidades na construção); e reconvém, alegando necessidade de revisão do contrato, uma vez que alterações no projeto fizeram quintuplicar o tamanho dos apartamentos, pelo que o pagamento de um apartamento e meio ao Recorrido causaria locupletamento ilícito.

A sentença de 1º grau julgou parcialmente procedente o pedido original para condenar a Recorrente ao pagamento de indenização por perdas e danos ao Recorrido, pela privação do uso dos imóveis, a ser fixada em liquidação, e improcedente o pedido de danos morais. Quanto à reconvenção, julgou o pedido procedente para determinar a revisão contratual entre as partes, de forma que a contraprestação da Recorrente fosse equiparada ao valor monetário do terreno transferido à construtora.

O Recorrido interpôs Recurso de Apelação, ao qual o TJ-SP deu provimento, determinando a dação em pagamento de um apartamento e meio.

No Recurso Especial, a Recorrente alega, dentre outras coisas, a ocorrência de onerosidade excessiva se mantida a prestação original devida pela Recorrente (um apartamento e meio), em face das posteriores alterações na construção, o que exige uma readequação dos termos contratuais.

O STJ entende pela impossibilidade de revisão contratual pois o contrato expressamente prevê a hipótese de valorização dos apartamentos e da disciplina a ser seguida em face dessa circunstância. Considerando que a valorização posterior dos imóveis já estava prevista e planejada desde o início do empreendimento, o STJ conclui que não há que se falar em fato extraordinário e imprevisível.

6. Recurso Especial nº 744.446/DF

Relator Ministro Humberto Martins

Segunda Turma

Data de julgamento: 17.04.2008

Publicação do Acórdão: 05.05.2008

Partes: Recorrentes: Mendes Júnior S.A e outro

Recorrida: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A Eletronorte

Questão envolvida: Trata-se de Contrato para construção de hidrelétrica, assinado em 24.11.1986, mas com vigência a partir de 28.07.1986.

O Relator cita o voto do TJ-DF, onde a Desembargadora Relatora explica que as Recorrentes tiveram prejuízo desde o primeiro mês da vigência do contrato, o que demonstra ausência de cuidado na elaboração da proposta apresentada na licitação.

Ela explica ainda que, apesar de ser certo que o equilíbrio do contrato deve ser sempre observado, esse equilíbrio deve existir desde o início do ajuste. Neste caso, o equilíbrio estaria entre o objeto e o preço do contrato, o qual fora mal calculado pelas Recorrentes licitantes.

Além desse ponto, a Desembargadora Relatora ressalta que os fatos que ensejam a aplicação da teoria da imprevisão devem ser imprevisíveis, e essa imprevisibilidade não se encontra no caso dos autos (má previsão do preço).

O Ministro Relator passa a explicar que a inflação, no Brasil, não constitui fato imprevisível para a aplicação da teoria da imprevisão e, para tanto, cita o Resp 511.224/DF como precedente. Complementa o Relator que permitir a revisão pretendida corresponderia a beneficiar as Recorrentes em detrimento dos demais licitantes que, exatamente por terem previsto o fator da inflação, apresentaram propostas com preços menos atraentes.

Por esses motivos, o STJ negou, por unanimidade, provimento ao Recurso.

7. Recurso Especial nº 776.790/AC

Relator Ministro Mauro Campbell Marques

Segunda Turma

Data de julgamento: 15.10.2009

Publicação do Acórdão: 28.10.2009

Partes: Recorrente: Estado do Acre

Recorrida: Agel Goes e Pereira Ltda.

Questão envolvida: A questão sob exame trata da aplicação ou não da teoria da imprevisão a

contratos administrativos, para fins de restaurar o equilíbrio econômico-financeiro da relação, em razão dos aumentos da carga tributária e de despesas com empregados (este derivado de acordo coletivo).

No acórdão, o STJ aponto o seguinte: 1) Aumento das despesas trabalhistas: STJ já consagrou que constitui fato previsível a elevação dos encargos trabalhistas decorrentes de acordo coletivo; 2) Aumento da COFINS: a princípio, esta alteração implicaria revisão do contrato conforme art. 65, §5 da Lei de Licitações. Porém, a revisão não é devida neste caso porque a alteração de circunstância (majoração da COFINS) não pode ser considerada superveniente e imprevisível, tendo em vista que as partes reajustaram o preço do contrato através de aditivo contratual celebrado após a edição da lei prevendo o aumento da COFINS.

A lei que aumentou a COFINS foi editada em 1998 e entrou em vigor em 1999. Em setembro de 1999, houve um Aditivo ao contrato prorrogando prazo e ajustando preço. Por isso, o STJ considera que, muito provavelmente, já houve ressarcimento no reajuste de preço previsto no Aditivo. Ainda que não houvesse, o STJ entende que as partes tiveram uma segunda oportunidade de renegociação quando celebraram um novo Aditivo em 2000, onde nada foi questionado em relação à majoração da COFINS.

Sob esses fundamentos, o STJ dá provimento ao Recurso Especial. Cabe transcrever trecho do acórdão: “Muito se discute, atualmente, sobre os influxos da boa-fé objetiva no âmbito da Administração Pública, mas com largo enfoque nas condutas do Poder Público. Este aspecto ganha maior relevância porque a Lei n. 8.666/93 já confere uma série de prerrogativas à Administração, motivo pelo qual existe uma tendência em se querer igualar as forças dela à dos particulares, sob o pálio da boa-fé objetiva. Ocorre que é preciso ter cuidado para que, na tentativa de corrigir uma dita assimetria, não se acabe gerando outra.”

8. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1.200.055/SP

Relator Ministro Massami Uyeda

Terceira Turma

Data de julgamento: 19.11.2009

Publicação do Acórdão: 02.12.2009

Partes: Agravante: Indústrias Arteb S.A

Agravado: IFC International Finance Corporation

Questão envolvida: Trata-se de Contrato de investimento firmado entre Agravante e Agravado (instituição do Banco Mundial) para obtenção de empréstimo de US\$ 40.000.000,00, metade provido diretamente pelo Agravado e a outra metade por bancos atraídos pelo IFC.

Antes da celebração do contrato, a Agravante apresentou ao Agravado um plano de investimento contendo projeções e estimativas do mercado. O Agravado considerou esse plano viável e, por isso, concedeu o empréstimo.

A Agravante, contudo, não conseguiu adimplir todas as prestações e ajuizou ação contra o Agravado requerendo que o mesmo se obrigue a um plano de reestruturação de pagamento apresentado pela Agravante ou outro elaborado por perícia. A Agravante apresenta como motivos da inadimplência os seguintes fatores:

- 1) desvalorização da moeda;
- 2) venda de produtos aquém do projetado; e
- 3) lucro “enormemente abaixo do planejado” e despesas financeiras muito superiores às planejadas.

O juízo *a quo* reconheceu a crise cambial como fator imprevisível, mas entendeu que ela não deveria ensejar redução do valor do débito, mas sim prorrogação do prazo de pagamento, sem a exigência de todos os encargos decorrentes da mora.

Tratando do Agravo Regimental interposto no Agravo de Instrumento, o Ministro Relator entende que as alegações de que as vendas efetivas foram aquém do projetado e de que houve redução do lucro e aumento das despesas não têm o poder de ensejar modificação das condições contratuais, pois a despeito de serem ou não imprevisíveis, esses fatores são inerentes aos riscos do negócio, os quais foram assumidos pela Agravante.

Com relação à desvalorização da moeda, o STJ explica que apesar de a desvalorização do dólar poder ser considerada imprevisível por conta das especificidades da época, não há que se falar em vantagem para o Agravado em decorrência das oscilações ocorridas na época, tendo em vista que o Agravado é um organismo internacional e o que importa para ele é receber o valor pactuado na moeda norte-americana, não em real.

Por isso, o STJ entende não ser possível admitir a redução do valor nominal da dívida, o que submeteria o Agravado a um inadmissível prejuízo financeiro.

O STJ entende, ainda, que houve expressiva onerosidade à Agravante e, com base nos princípios gerais do direito e no instituto da cláusula *rebus sic stantibus*, admite a alteração do contrato, não

para reduzir o valor da dívida, mas sim para diferir o pagamento das prestações, corroborando a solução dada pelo juízo *a quo*. Aplica-se, no caso, por analogia, a previsão do artigo 480 do Código Civil, que dá ao devedor o direito de obter a alteração do modo de pagamento da dívida com o fim de evitar onerosidade excessiva.

No acórdão o Ministro esclarece que não se aplicam ao caso os precedentes que estipulam a repartição do prejuízo decorrente da crise cambial de 1999 nos contratos de arrendamento mercantil. Explica que lá as partes contratantes são ambas brasileiras e pactuam o reajuste com base na variação cambial, enquanto que neste caso, trata-se de parte brasileira e organismo internacional, pactuando empréstimo em moeda estrangeira. Outra diferença apontada é que, neste caso, não se aplica o CDC, cujas disposições admitem a revisão na hipótese de haver onerosidade excessiva, sem a exigência de extrema vantagem à outra parte.

Nesses termos, o STJ, por unanimidade, negou provimento ao Agravo Regimental.

9. Recurso Especial nº 1.102.848/SP

Relatora Ministra Nancy Andrigli

Relator para o Acórdão Ministro Massami Uyeda

Terceira Turma

Data de julgamento: 03.08.2010

Publicação do Acórdão: 25.10.2010

Partes: Recorrente: Agente BR Sociedade Corretora de Câmbio Ltda.

Recorrido: Unibanco AIG Seguros S.A.

Questão envolvida: Trata-se de Contrato de seguro de reembolso de despesas de assistência médica e hospitalar, figurando como beneficiários os empregados da Recorrente.

Diante da ameaça de cancelamento do contrato, a Recorrente ingressou em juízo pleiteando a declaração de nulidade da cláusula que autoriza o reajuste do prêmio mensal e da cláusula que

permite a rescisão do contrato de forma unilateral pelo Recorrido.

Em 1º grau, os pedidos foram julgados parcialmente procedentes, declarando-se abusiva a cláusula que autoriza a rescisão unilateral do contrato e mantendo-se como válida a cláusula que permite o reajuste do prêmio quando a sinistralidade for de mais de 65%.

O TJ-SP negou provimento à apelação do Recorrido e ao Recurso Adesivo da Recorrente e entendeu não ser abusiva a cláusula de reajuste de mensalidade.

A Recorrente interpôs Recurso Especial alegando ser nula e abusiva referida cláusula.

O acórdão explica que as seguradoras se valem de cálculos atuariais para elaborar seus planos, estabelecer as cláusulas contratuais e as formas de reajustes normais e os especiais (como é o caso em que há aumento da sinistralidade).

O aumento da sinistralidade é visto pelo Ministro Massami Uyeda, Relator para o acórdão, como o desequilíbrio das condições previstas no contrato e, também, como desequilíbrio contratual que torna onerosa a manutenção do contrato. Explica em seu voto que a coluna dos débitos ou pagamentos ameaça ser maior que a da receita e pode vir a tornar inviável a manutenção do plano.

O acórdão registra que os artigos 478 e 479 do Código Civil permitem a revisão ou o reajuste de contrato que cause prejuízo estrutural em virtude de condições excessivamente onerosas, e explica que o caso dos autos trata da previsão contratual expressa de reajuste para reequilíbrio quando o aumento da sinistralidade superar 65%. Entende, assim, que o reajuste das mensalidades tem como objetivo o reequilíbrio do plano, não podendo ser confundido com onerosidade excessiva ao segurado.

Nesses termos, o STJ, por maioria, negou provimento ao Recurso Especial.

10. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.206.723/MG

Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho

Relator para o Acórdão Ministro Jorge Mussi

Quinta Turma

Data de julgamento: 17.05.2012

Publicação do Acórdão: 11.10.2012

Partes: Agravante: Companhia Brasileira de Distribuição

Agravada: Comardi Comercial Ltda.

Questão envolvida: Trata-se de Ação revisional de aluguel para adequação aos valores de mercado. O aspecto material relevante neste caso trata da aplicação da teoria da imprevisão consagrada no artigo 19 da Lei nº 8.245/91, que regula a possibilidade de revisão de aluguel a fim de ajustá-lo ao preço do mercado, com o objetivo de servir como instrumento para o restabelecimento do equilíbrio contratual originário.

O acórdão explica que esse dispositivo deve ser interpretado de forma sistemática e teleológica, concluindo que a intervenção do Poder Judiciário no contrato de locação, por meio da ação revisional, não pode ter como única finalidade adequar o acordo legitimamente firmado aos padrões e valores de mercado. Essa atuação deve ocorrer necessariamente quando houver modificação da equação econômica por fato superveniente que justifique a aplicação do princípio norteador da Ação Revisional.

Tendo em vista que o valor do aluguel foi pactuado pelas partes fora do valor de mercado com base em um critério de determinação legítimo (avaliação com base em critérios contábeis em virtude de transações jurídicas conexas ao contrato de locação), e que esse tipo de determinação não é vedado pela Lei, a ação revisional somente poderia ser admitida no caso de efetiva alteração das bases do acordo. Porém, o acórdão registra que não houve nenhuma alteração de circunstância. A Agravante não pleiteia o restabelecimento do equilíbrio contratual, mas sim a alteração do critério de determinação de preço utilizado na conclusão do contrato.

Nesses termos, o STJ nega provimento ao Agravo Regimental.

11. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 184.299/DF

Relator Ministro Sidnei Beneti

Terceira Turma

Data de julgamento: 27.11.2012

Publicação do Acórdão: 11.12.2012

Partes: Agravante: Mainline Móveis S.A Indústria e Comércio

Agravada: Construtora Luner Ltda.

Questão envolvida: Trata-se de Agravo Regimental interposto no âmbito de Ação Revisional de Aluguel. A Agravante interpôs Recurso Especial contra acórdão proferido pelo TJ-DF que negou provimento à apelação e fez valer a sentença que deu parcial procedência à Ação Revisão de Aluguel. A Agravante alegou ser descabida a revisão do aluguel pois não foi cumprido o triênio exigido pela lei. O Agravo Regimental foi improvido. O STJ entendeu pelo atendimento ao prazo de 3 anos, que deve ser contado a partir da data em que ocorreu efetivamente o último reajuste, e não de sua posterior formalização por escrito. Restou ressaltado no acórdão que "o art. 19 da Lei 8.245/91, ao regular a revisão judicial do aluguel, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado, consagrou a adoção da teoria da imprevisão no âmbito do Direito Locatício, oferecendo às partes contratantes um instrumento jurídico para a manutenção do equilíbrio econômico do contrato" (AgRg no REsp 1.206.723/MG, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 11.10.2012). "E no que se refere ao cumprimento do triênio previsto no texto da legislação federal, o Tribunal de origem, corretamente, concluiu que deve ser contado a partir do último reajuste verbal acordado entre as partes, e não de sua formalização posterior por escrito, pois é o entendimento que claramente atende ao objetivo legal, isto é, a possibilidade de atualização do locatício ao valor de mercado após o período de três anos contados a partir do último reajuste."

12. Agravo Regimental nos Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 269.274/GO

Relator Ministro Sidnei Beneti

Terceira Turma

Data de julgamento: 14.05.2013

Publicação do Acórdão: 06.06.2013

Partes: Agravantes: Pinheiros Veículos e Outros

Agravada: Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico

Questão envolvida: As Agravantes firmaram com a Agravada um contrato de plano de saúde suplementar (contrato coletivo – pessoa jurídica), que entrou em vigor em 09.05.2006.

Os valores contratados foram reajustados em 2007 (4,39%) e 2008 (5,76%), mediante autorização da ANS.

Em 2009, a Agravada condicionou a renovação do contrato à aplicação do reajuste de 5,48% (índice aprovado pela ANS) além de um percentual de 48,08% em razão de aumento da sinistralidade.

Na origem, as Agravantes ajuizaram contra a Agravada Ações Cautelares Inominadas com Pedido Liminar e Ações Declaratórias de Revisão de Cláusulas Contratuais cumulado com Depósito Incidental.

A Agravada apresentou reconvenção requerendo o pagamento da diferença.

A sentença de 1º grau julgou procedentes os pedidos revisionais por entender abusivo o aumento da mensalidade em função da sinistralidade, limitando o reajuste ao índice aprovado pela ANS (5,48%). E julgou improcedente a reconvenção.

A sentença foi mantida em 2º grau.

O STJ deu provimento ao Recurso Especial interposto pela Agravada, decisão contra a qual as Agravantes interpuseram Agravo Regimental.

O acórdão cita como precedente o Resp. 1.102.848/SP, onde se firmou o entendimento de que não é abusiva a cláusula que prevê a possibilidade de reajuste do plano de saúde, seja por variação de custos ou por aumento de sinistralidade.

Entendendo que a decisão agravada está em linha com a jurisprudência, o STJ negou provimento ao Agravo Regimental.

13. Recurso Especial nº 1.300.831/PR

Relator Ministro Marco Buzzi

Quarta Turma

Data de julgamento: 27.03.2014

Publicação do Acórdão: 30.04.2014

Partes: Recorrente: General Engenharia de Obras Ltda.

Recorrida: Shell Brasil Ltda.

Questão envolvida: Trata-se de Contrato de locação de terreno urbano situado em Itajaí-SC, celebrado entre Recorrida (locatária) e Recorrente (locadora) em 01.05.1998, por um prazo de 15 anos, prorrogável por igual período, mediante pagamento de aluguel no valor de R\$ 12.000,00, corrigido anualmente pelo IGP-M. Transcorridos 3 anos do contrato o aluguel alcançou R\$ 17.000,00, o que segundo alegação da locatária representaria significativa desproporção com o valor de mercado do imóvel. Mediante a recusa da locadora de adequar o valor do aluguel, a Recorrida ajuíza ação revisional em janeiro de 2002, pleiteando arbitramento do aluguel em R\$ 3.000,00.

O juízo de 1º grau arbitrou o valor provisório do aluguel em R\$ 5.053,00, que foi posteriormente revisado para R\$ 10.000,00. Na sentença de procedência, o aluguel definitivo foi fixado em R\$ 6.247,78.

A locadora propôs Apelação, a qual foi desprovida pelo TJ-PR.

Nas razões de mérito do Recurso Especial, a Recorrente alega que o acórdão violou o artigo 17 da Lei nº 8.245/91, pois deu interpretação meramente literal e assistemática ao artigo 19 da mesma Lei, acolhendo o pedido de revisão sem indicar nenhum evento que tivesse alterado as bases econômicas do contrato (teoria da imprevisão).

O STJ entendeu que o recurso deve ser provido pois a ação revisional prevista no artigo 19 da Lei de fato exige a demonstração da alteração das bases econômicas iniciais do contrato, sob pena de se incorrer na ingerência indevida na autonomia das partes. Ponderou-se no acórdão que os artigos 17 e 19 da Lei não autorizam a intervenção do Poder Judiciário para adequação do valor do aluguel ao mercado sem que haja fato extraordinário superveniente. Ressaltou-se no acórdão, ainda, que o valor do aluguel é elemento essencial do contrato de locação, e foi sopesado pelas partes quando da celebração do contrato, sendo assim, se as bases segundo as quais as partes contrataram não sofreram alteração, não se justifica a revisão do valor pactuado.

Por esse motivo, o STJ, por unanimidade, deu provimento ao Recurso Especial.

14. Recurso Especial nº 1.321.614/SP

Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino

Relator para o Acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

Terceira Turma**Data de julgamento:** 16.12.2014**Publicação do Acórdão:** 03.03.2015**Partes:** Recorrente: Javier Figols Costa

Recorrida: General Electric Company

Questão envolvida: Trata-se de Contrato de compra e venda com reserva de domínio de equipamento médico importado, utilizado pelo adquirente Recorrente no exercício de sua atividade profissional de médico. O preço acordado entre as partes foi de US\$ 82.000,00, com pagamento parcelado.

O Recorrente conseguiu pagar apenas a primeira parcela, ficando o pagamento das demais prejudicado por conta da maxidesvalorização do real frente ao dólar, ocorrida a partir de janeiro de 1999.

As partes renegociaram o pagamento das demais parcelas, mas diante da continuidade da elevação da cotação do dólar, mais uma vez o Recorrente teve condições de pagar apenas a primeira parcela da repactuação.

O Recorrente ajuizou, então, Ação Revisional com pedido de modificação de cláusula contratual, requerendo indexação das parcelas mediante conversão para moeda nacional, com observância do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e incidência de juros legais.

O TJ-SP entendeu pela inaplicabilidade do CDC e da teoria da imprevisão, negando provimento ao recurso.

Nas razões do Recurso Especial, o Recorrente defendeu a aplicação do CDC a contratos indexados em dólar e a possibilidade de revisão do contrato por conta da superveniência de fato imprevisível (maxidesvalorização do real) que alterou a sua base, o que deveria ensejar a aplicação da teoria da imprevisão.

O voto vencedor explica a diferença entre teoria da base objetiva do CDC e a teoria da imprevisão, uma vez que, diferente desta, aquela não requer que o fato superveniente que tenha causado onerosidade excessiva seja imprevisível e extraordinário.

O acórdão esclarece, porém, que a teoria da base objetiva deve estar restrita às relações amparadas pelo CDC, não sendo possível sua transposição a relações contratuais puramente civis, como é o caso.

O acórdão explica também a diferença entre este caso e os casos em que se aplicou a teoria da base objetiva antes da vigência do CDC. Tais casos tratam de contratos firmados com base na moeda nacional, não podendo servir de paradigma para contratos firmados em moeda estrangeira.

Um ponto importante ressaltado no acórdão é o fato de que as partes pactuaram aditivo contratual em novembro de 1999, após a alteração cambial ocorrida em janeiro. Nesse momento de repactuação, as partes já estavam cientes da oscilação do dólar e, por isso, poderiam ter pactuado outra forma de atualização, mas preferiram manter a observância da moeda estrangeira.

A existência de tal aditivo, segundo o acórdão, traz uma peculiaridade a este caso, pois o fato que teria ocasionado o desequilíbrio acabou por ser incorporado ao contrato por meio desse aditivo.

Nesses termos, o STJ negou, por maioria, provimento ao Recurso Especial.

APÊNDICE D

Jurisprudência Seleccionada sobre *Hardship* nos Princípios do UNIDROIT

1. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem⁵⁵⁷: Schiedsgericht Berlim

País: Alemanha

Partes: Desconhecidas (Unidade econômica da República Democrática da Alemanha x Unidade econômica de outro país do leste europeu)

Caso: SG 126/90

Data⁵⁵⁸: 1990

Legislação aplicável: Leis da República Democrática da Alemanha

Descrição do caso: NOÇÃO DE *HARDSHIP* / ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / DIMINUIÇÃO DO VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO / EFEITOS DO *HARDSHIP* / EXTINÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

Entidade (“economic unit”) da República Democrática Alemã e entidade (“economic unit”) de outro país do Leste Europeu celebraram contrato para entrega de maquinário, regido sob as leis alemãs.

Com a unificação da Alemanha e a abertura do mercado, o maquinário em questão perdeu o valor para a importadora alemã, que não recebeu a mercadoria ou pagou o valor correspondente.

O Tribunal Arbitral decidiu a favor da entidade alemã, que se recusou a concluir o negócio contratado em decorrência de mudança substancial do equilíbrio contratual. As disposições sobre *hardship* contidas nos Princípios do UNIDROIT são citadas para justificar a resolução do contrato com base na alteração substancial de circunstância.

---

⁵⁵⁷ Todos os casos desta tabela foram extraídos de extratos de decisões compiladas na UNILEX on UNIDROIT PRINCIPLES, casos por artigos. Alguns campos se encontram em branco porque as informações não estavam disponíveis nos extratos. Disponível em: <http://www.unilex.info/dynasite.cfm?dssid=2377&dsmid=13621&x=1>. Último acesso em 08.04.2017.

⁵⁵⁸ O site da UNILEX não esclarece a qual evento se refere o campo “data” utilizado na compilação dos casos. Porém, em pesquisas, foi possível constatar que, em 12 dos casos relacionados, a data informada pela UNILEX refere-se à data em que a decisão/sentença foi proferida.

2. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Centro de Arbitraje de México (CAM)**País:** México**Partes:** Produtor agrícola (Requerido) e distribuidor americano (Requerente)**Caso:****Data:** 30.11.2006**Legislação aplicável:** Princípios do UNIDROIT, sem especificar a edição**Descrição do caso:** AUMENTO DO CUSTO DE ADIMPLEMENTO / RISCOS NÃO ASSUMIDOS PELA PARTE EM DESVANTAGEM / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

Contrato firmado em setembro de 2004 entre produtor mexicano e distribuidora americana, mediante o qual o produtor se comprometeu a produzir e fornecer quantidade específica de abobrinha e pepino, com exclusividade, para distribuição dos produtos no mercado da Califórnia, mediante comissão.

O contrato fazia referência expressa aos Princípios do UNIDROIT como lei aplicável a eventuais controvérsias.

A distribuidora americana requereu a instauração de procedimento arbitral contra o produtor no *Centro de Arbitraje de Mexico*, alegando que o produtor descumpriu o contrato, pois não entregou o produto contratado e violou a cláusula de exclusividade. A Requerente pleiteou a resolução do contrato e o pagamento de indenização pelos danos sofridos, bem como multa pela quebra da exclusividade.

Em sua defesa, o produtor alegou que não conseguiu entregar o produto, pois uma série de temporais e enchentes de força extraordinária (El Niño) prejudicaram a safra, eventos esses que, segundo ele, deviam ser considerados força maior e/ou *hardship*, ensejando a exclusão de sua responsabilidade. Alegou, ainda, que o contrato seria nulo pois não foi registrado perante as autoridades do México. Neste caso, o *hardship* foi invocado como pedido alternativo à força maior.

O Tribunal Arbitral aceitou a aplicabilidade dos Princípios do UNIDROIT expressamente mencionados no Contrato, edição de 2004. O Tribunal concluiu pela validade do contrato, ainda

que sem os registros mencionados pelo produtor.

A respeito da quebra de exclusividade, o Tribunal Arbitral entendeu que a demonstração de apenas uma contratação entre o Requerido e um terceiro já era prova suficiente de violação da cláusula de exclusividade.

O Tribunal Arbitral concluiu que os eventos ocorridos não podem ser considerados de força maior, pois não são imprevisíveis no setor agrícola. Essa previsibilidade foi reforçada pelo número de ocorrências do evento indicado no parecer pericial apresentado pelo próprio produtor. O parecer indica que houve 8 ocorrências de chuvas com mais de 400 ml desde 1974, 3 das quais podem ser consideradas recentes (desde 1999). Em função disso, entendeu o Tribunal Arbitral que o el Niño não podia ser considerado um evento razoavelmente imprevisível para o produtor, que contava com mais de 30 anos de experiência.

No que tange à alegação alternativa de ocorrência de *hardship*, o Tribunal explicou que o tema é tratado nos Princípios do UNIDROIT em 3 dispositivos: o Artigo 6.2.1, que define a regra da obrigatoriedade dos contratos; o Artigo 6.2.2, que apresenta a exceção à essa obrigatoriedade, ou seja, a hipótese de *hardship*; e o Artigo 6.2.3, que estipula os efeitos do *hardship*.

Ao analisar se o caso se enquadra como hipótese de *hardship*, o Tribunal esclareceu que os requisitos que devem ser preenchidos são:

- a) que o evento afete fundamentalmente o equilíbrio contratual, seja por conta do aumento do custo do cumprimento do contrato, seja pela redução do valor da prestação a que tenha direito;
- b) que o evento seja superveniente;
- c) que o evento seja imprevisível;
- d) que o evento esteja fora do controle da parte;
- e) que o risco do evento não tenha sido assumido pela parte em desvantagem.

a) Alteração fundamental

O Tribunal Arbitral decidiu que houve alteração fundamental ocorrida com o aumento substancial do custo de adimplemento.

b) Imprevisibilidade

O Tribunal registra que não há dúvida de que o evento meteorológico era, na data da celebração

do contrato, imprevisível.

c) Evento fora do controle

Também não há dúvida que o evento meteorológico estava fora do controle do produtor.

d) Assunção do risco

O Tribunal entendeu que o produtor assumiu o risco de esse evento acontecer.

Esclareceu que o contrato de fornecimento é celebrado para, de um lado, garantir à compradora que o volume de sua demanda esteja disponível e para, de outro lado, garantir ao produtor que sua produção esteja canalizada para o mercado.

Por isso, em sua essência, o contrato de fornecimento existe para mitigar os riscos: o produtor não precisa se preocupar com a situação de mercado, pois esse risco fica a cargo da compradora; e a compradora não precisa se preocupar com a existência do produto, pois esse risco fica a cargo do produtor.

Considerando essa premissa, de que o risco de um evento que afete a produção, como é o caso, recaia sobre o produtor (da mesma forma que um evento que afetasse o mercado ficaria a cargo da compradora), não haveria que se falar em *hardship*.

O Tribunal Arbitral afirmou que, ainda que fosse considerado caso de *hardship*, não seria caso de exclusão de responsabilidade do produtor, mas sim pedido de adaptação ou resolução do contrato (Artigo 6.2.3), se falhassem as tentativas de renegociação. São esses os efeitos previstos nos Princípios do UNIDROIT, e não a exclusão da responsabilidade, para o caso de *hardship*.

Com isso, o Tribunal deferiu o pedido de indenização pleiteado pela distribuidora pelos danos causados por conta da falta de fornecimento, bem como o pagamento de multa contratual pela quebra da exclusividade.

3. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Supreme People's Court

País: China

Partes: Banco chinês x comitê representante de um vilarejo

Caso:

Data:

Legislação aplicável: Leis da China

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Contrato de transferência de direito de uso de terreno, firmado entre um banco chinês e o comitê de representantes de um vilarejo. De acordo com o contrato, o banco obrigou-se ao pagamento de parcela única mais remuneração por 50 anos com base na taxa anual de juros. Nos anos seguintes à assinatura do contrato, a taxa de juros sofreu aumento drástico, inviabilizando o pagamento.

O banco, então, enviou ao comitê notificação com o intuito de resolver o contrato. Mediante a objeção do comitê, o banco ajuizou ação pleiteando a resolução do contrato em virtude de alteração substancial de circunstâncias.

A justiça chinesa de 1ª instância julgou nulas as disposições contratuais sobre pagamento. Em 2ª instância, mantém-se a validade da cláusula, mas resolve-se o contrato por não ser de boa-fé requerer o pagamento depois da alteração de circunstâncias.

A Suprema Corte mantém o entendimento do tribunal de 2ª instância.

Esta decisão foi publicada pela Suprema Corte chinesa como “guide case” e comentada por um juiz da Suprema Corte. Nesse comentário, discutiu-se acerca da base legal para se conceder ao Autor o direito de resolver o contrato.

Até então, a matéria de alteração de circunstância não era tratada pela Lei de Contratos chinesa e esse princípio não era aceito em tese. A Suprema Corte julgou o caso com base no princípio da boa-fé, fazendo referência expressa aos Princípios do UNIDROIT. Com o julgamento deste caso, o princípio de alteração de circunstâncias passa a ser tido como válido sob a lei de contratos chinesa e, posteriormente, formalmente adotada em 2009.

4. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Cámara de Apelaciones en lo Civil y Comercial de La Matanza

País: Argentina

Partes: Ghezzi y Salvini, Adelina E. e outro x Suárez, Eduardo R. e outro

Caso:

Data: 28.02.2006

Legislação aplicável: Leis da Argentina

Descrição do caso: AUMENTO DO CUSTO DE ADIMPLEMENTO / ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL / ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Contrato de compra e venda de imóvel com preço em dólar, firmado entre partes argentinas. Durante a vigência do contrato, houve desvalorização do peso argentino por conta da crise que acometeu o país entre 2001 e 2003, principalmente com o advento da Lei 25.561, que entrou em vigor em 2002, tornando o contrato excessivamente oneroso.

A Corte de Apelação argentina manteve a decisão de 1ª instância, ordenando a adaptação do contrato. A Corte cita o Artigo 6.2.1. dos Princípios do UNIDROIT para corroborar o entendimento de que é possível reconhecer o *hardship* ainda que a parte Requerente já esteja em mora no momento da ocorrência do evento.

5. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Comercial Regional de Cherkasy

País: Ucrânia

Partes: OJSC Kredobank, Filial de Cherkassy x empreendedor individual

Caso: 02/2625

Data: 30.11.2009

Legislação aplicável: Leis da Ucrânia

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP

Contrato de locação de escritório firmado entre banco ucraniano (Autor) e empresário ucraniano (Réu). O banco afirma que, durante a vigência do contrato, tendo em vista a crise financeira de 2008, que trouxe severas dificuldades e impactou o mercado de locação imobiliária, o banco perdeu sua capacidade de pagar o valor de aluguel acordado.

O banco ingressa em juízo pleiteando a resolução do contrato de locação em virtude de alteração

substancial de circunstâncias causada por fato superveniente à celebração do contrato. Para fundamentar seu pedido, o Autor se vale de dispositivo do Código Civil ucraniano, que dispõe sobre alteração ou resolução de contratos na hipótese de alteração de circunstâncias.

A justiça ucraniana concede pedido de resolução do contrato por alteração de circunstâncias, imprevisíveis no momento da conclusão do contrato e insuperável, tendo em vista que a crise financeira teve proporções mundiais, estando fora do controle do Autor. Em particular, a corte menciona a desvalorização da moeda ucraniana, que causou a alta valorização do dólar (moeda usada para cálculo do aluguel), o que contrasta com a estabilidade com que as partes contavam quando concluíram a avença.

O Tribunal entendeu que nem o contrato nem os costumes comerciais (como é o caso dos Princípios do UNIDROIT) alocam o risco da alteração de circunstâncias ao Autor. A corte faz referência expressa ao Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT e disposição legal local, reputando haver motivo suficiente para a resolução do contrato.

6. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID)

País:

Partes: Suez e outros (empresas constituídas na França e Espanha) x República da Argentina

Caso: ARB/03/17

Data: 30.07.2010

Legislação aplicável:

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

Contrato firmado em 1995, que teve como objeto a concessão outorgada às Requerentes (três empresas da França e da Espanha) para, através de subsidiária argentina, prestar serviço de distribuição e tratamento de água na província de Santa Fé, por um prazo de 30 anos.

Entre 2001 e 2003, o governo argentino adotou uma série de medidas para lidar com a crise econômica do país, congelando a tarifa a ser cobrada pela prestadora de serviços. Diante dessa situação, as Requerentes tentaram, sem sucesso, renegociar o valor da tarifa ou encerrar a

concessão por diversas vezes. Em 2006, a Argentina resolve a concessão, pelo que as Requerentes perdem todo o investimento realizado.

As Requerentes dão início à Arbitragem, alegando que o governo argentino teria violado diversas obrigações a ele impostas nos Tratados Bilaterais de Investimento (BITs) firmados com Espanha e França. A Argentina contesta, alegando estado de necessidade nos termos do direito internacional, como forma de isenção de suas responsabilidades pelas supostas violações aos BITs.

O Tribunal Arbitral afasta a alegação de estado de necessidade, por entender que a Argentina tinha à sua disposição outras medidas além daquelas tomadas, sem contar o fato de que a Argentina teria contribuído para a ocorrência da crise de 2001-2003.

O Tribunal também entendeu que o fato de o governo argentino persistentemente se recusar a revisar a tarifa, especialmente mediante os efeitos da crise, constitui violação à obrigação da Argentina de tratar os investidores de maneira justa e equitativa. A Argentina frustrou a expectativa legítima das Requerentes de que a tarifa seria revisada segundo a estrutura jurídica e os procedimentos dispostos na Concessão.

Em parecer separado, um dos árbitros argumentou que a Argentina violou sua obrigação de prestar tratamento justo e equitativo ao manter o congelamento, mas ressaltou que isso não inclui a estabilidade da estrutura jurídica do investimento. O governo teria o direito de tomar providências extraordinárias em épocas de crise, as quais não poderiam ser previstas no momento da celebração dos BITs. No entanto, tais medidas excepcionais não poderiam se prolongar no tempo de forma indefinida, como aconteceu neste caso.

Um dos árbitros divergiu do entendimento da maioria de que o governo argentino teria violado sua obrigação de tratar as Requerentes de forma justa e equitativa ao forçar a subsidiária argentina a renegociar a concessão durante a crise. Para fundamentar seu entendimento, o árbitro fez referência aos Artigos 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT, como expressão do padrão internacional para contratos de longo prazo, que requer que as partes renegociem o contrato na hipótese de *hardship*.

7. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Suprema Corte

País: Lituânia

Partes:**Caso:** 3K-3-514-2014**Data:** 28.11.2014**Legislação aplicável:** Leis da Lituânia**Descrição do caso:** NOÇÃO DE HARDSHIP

Contrato de prestação de serviço (obra) com pagamento em bens produzidos pelo cliente (janelas plásticas). O prestador de serviços torna-se insolvente e requer a revisão da forma de pagamento, para que possa receber em dinheiro e não em bens.

A Suprema Corte nega o pedido do prestador de serviços, por entender que a insolvência superveniente não justifica a revisão do contrato, uma vez que não há prova de que a forma original de pagamento pactuada aumentou o custo do adimplemento ou diminuiu o valor da contraprestação. Não houve alteração fundamental do equilíbrio do contrato, elemento necessário para se falar em *hardship*, conforme Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT, bem como o disposto do Código Civil local.

8. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Suprema Corte**País:** Lituânia**Partes:** V.D. e outros x AB DNB bankas**Caso:** 3K-3-523**Data:** 13.11.2013**Legislação aplicável:** Leis da Lituânia**Descrição do caso:** ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / NÃO HÁ DIREITO AUTOMÁTICO DE SUSPENDER CUMPRIMENTO (EXECUÇÃO) / ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

Contrato de empréstimo entre banco e duas pessoas físicas. Ao longo da execução do contrato, os juros sofrem aumento em decorrência de crise financeira mundial. Em função disso, os devedores ficam impossibilitados de quitar o empréstimo e solicitam que o banco revise os termos

contratuais. Mediante a recusa do banco, os devedores cessam o cumprimento do contrato e ajuízam ação pleiteando a adaptação do contrato em virtude de *hardship*.

A Suprema Corte nega o pedido dos Autores, fazendo referência ao Código Civil local e aos Artigos 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT, pelos quais se exige a ocorrência de alteração fundamental do equilíbrio original do contrato para que o contrato seja adaptado, alteração essa que não ocorreu no caso em questão. A Suprema Corte entendeu, ainda, que os Autores não tinham o direito de suspender o cumprimento do contrato.

9. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Corte de Cassação

País: França

Partes: Dupiré Invicta Industrie x Gabo

Caso: 12-29.550 13-18.956 13-20.230

Data: 17.02.2015

Legislação aplicável: Leis da Polônia

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / EFEITOS DO HARDSHIP / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

Compra e venda de forno entre empresa francesa (vendedora) e empresa polonesa (compradora), com exclusividade de distribuição da compradora na Polônia e Eslováquia, regida pelas leis da Polônia. Mediante subsequente aumento do valor da matéria prima, a vendedora se recusa a entregar a mercadoria pelo preço acordado, alegando *hardship*.

A compradora ajuíza ação contra vendedora, pleiteando indenização por perdas e danos e lucros cessantes, bem como pagamento de multa pelo atraso na entrega.

A vendedora requer a aplicação da CISG e, com base no Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT, alega que a compradora não cumpriu sua obrigação de honrar o contrato em boa-fé, uma vez que se recusou a renegociá-lo para preservar o equilíbrio contratual após o aumento excepcional no custo da matéria prima.

A compradora contestou a aplicabilidade dos Princípios do UNIDROIT, alegando que não

poderiam ser considerados como usos comerciais de acordo com o Artigo 9 da CISG.

A Corte de Apelação entendeu pela ausência de *hardship*, uma vez que, na ausência de disposição contratual em contrário, há a presunção do risco da vendedora de que seu adimplemento contratual poderia se tornar mais oneroso.

A vendedora apelou para Corte de Cassação, alegando que a Corte de Apelação não teria considerado se o aumento do custo de matéria prima excedeu ou não o nível de risco normalmente assumido.

A Corte de Cassação manteve o entendimento da Corte de Apelação, ao decidir que a vendedora não apresentou prova do aumento do custo do adimplemento ou da existência de uma situação que tenha alterado profundamente o equilíbrio do contrato.

10.

Ó

rgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Comercial Regional de Poltava

País: Ucrânia

Partes: Procurador da cidade de Kremenchug, representando o Conselho da Cidade de Kremenchug x CJSC Hotel Naftokhimik

Caso: 25/37

Data: 22.03.2010

Legislação aplicável: Leis da Ucrânia

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Contrato de locação entre governo de um município da Ucrânia e empresa local. Durante a vigência do contrato, entra em vigor uma lei aumentando o valor do aluguel para contratos de locação imobiliária. O governo municipal solicita a revisão do contrato para adaptá-lo aos novos valores. De acordo com o governo municipal, o equilíbrio contratual teria sido substancialmente alterado em virtude da nova lei, o que ensejaria a revisão do contrato.

O Tribunal Comercial Regional decidiu em favor da empresa Ré. Explicou que o dispositivo do Código Civil local que trata da revisão ou resolução de contratos na hipótese de alteração de circunstâncias, em que se baseou o Autor, somente pode ser aplicado quando a alteração de

circunstâncias for substancial. Explica que a alteração deve ser tal que, se as partes pudessem prevê-la no momento da conclusão da avença, elas não teriam firmado o contrato, ou teriam contratado termos diferentes.

Para fundamentar sua decisão, o Tribunal Comercial Regional recorreu aos termos do Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT, que delimita as hipóteses de alteração de circunstâncias (aumento do custo do adimplemento ou diminuição do valor da contraprestação).

O Tribunal Comercial Regional concluiu que a lei nova não constitui obstáculo para o adimplemento do contrato ou alteração substancial de circunstância, negando o pedido de resolução do contrato.

11. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal de Apelação Comercial de Kyiv

País: Ucrânia

Partes: Wirtgen Ukraine x TOV VAB Leasing

Caso: 41/602

Data: 02.02.2010

Legislação aplicável: Leis da Ucrânia

Descrição do caso: IMPREVISIBILIDADE DO EVENTO PELA PARTE EM DESVANTAGEM / FATOS FORA DO CONTROLE DA PARTE EM DESVANTAGEM

Contrato de locação de veículo utilizado em serviço de construção, firmado entre duas empresas ucranianas, sendo a locatária subsidiária integral de empresa estrangeira.

O volume de negócios da locatária diminui drasticamente em virtude da crise econômica mundial e a locatária resolve o contrato, alegando alteração substancial de circunstâncias que não fora prevista pelas partes quando da conclusão do negócio.

Em primeiro grau, a justiça local entendeu em favor da Autora locatária, julgando que a crise mundial e a subsequente queda da demanda constituíram evento imprevisível além do controle das partes e fundamento válido para a resolução do contrato. Essa decisão foi confirmada pela justiça de segundo grau, que menciona o Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT (definição de *hardship*) na interpretação das leis locais.

12. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Audiencia Provincial de A. Coruña

País: Espanha

Partes: Grupo Santa Monica Sports x Real Club Desportivo de la Coruña

Caso: 51

Data: 18.02.2013

Legislação aplicável: Leis da Espanha

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / IMPREVISIBILIDADE DO EVENTO PELA PARTE EM DESVANTAGEM / NÃO HÁ DIREITO AUTOMÁTICO DE SUSPENDER CUMPRIMENTO (EXECUÇÃO)

Ação judicial proposta pelo Grupo Santa Monica Sports para a renegociação dos termos do contrato de marketing firmado com Real Club Desportivo de la Coruña em 2006.

O Autor alegou, dentre outros, que o contrato se tornou oneroso por conta de alteração da situação financeira do país e porque muitas das principais condições do contrato sofreram alteração durante a vigência da relação contratual. Por esse motivo, afirmou que o preço devido pelo Réu devia ser modificado de forma a refletir essas alterações.

Afirmou o Judiciário que a revisão de contrato com base na cláusula *rebus sic stantibus* somente pode ser autorizada sob as leis espanholas em casos excepcionais, onde há alteração do equilíbrio do contrato, não demonstrada pelo Autor. Concluiu que o Autor não demonstrou a ocorrência de alteração do equilíbrio do contrato, bem como a ocorrência de situações extraordinárias. Concluiu que o mero fato de que houve desvantagem para uma parte não permite que ela deixe de cumprir suas obrigações no contrato.

Para fundamentar sua decisão, cita os Artigos 6.2.1 e 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT.

13. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Supremo

País: Espanha

Partes:**Caso:** 64/2015**Data:** 24.02.2015**Legislação aplicável:** Leis da Espanha**Descrição do caso:** NOÇÃO DE HARDSHIP / ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Contrato de compra e venda de lotes firmado entre três pessoas físicas espanholas (vendedoras) e empresa espanhola (compradora), que levou em consideração o futuro desenvolvimento da região. Por conta da crise econômica espanhola de 2008 e queda no valor dos imóveis, a compradora se recusa a pagar o preço acordado.

As vendedoras ajuízam ação contra a compradora, exigindo o cumprimento do contrato. A compradora contesta, alegando aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* (*hardship*) e pleiteando resolução do contrato ou redução de 50% do preço com base em *hardship*.

A 1ª instância entendeu que a compradora tinha o direito de reduzir o preço originalmente acordado com base na cláusula *rebus sic stantibus*, uma vez que considerou a bolha imobiliária espanhola evento imprevisível capaz de alterar o equilíbrio contratual.

A Corte de Apelação reverteu a decisão da 1ª instância, por entender não haver *hardship*. Por isso, ordena o pagamento integral do valor acordado, do que a compradora recorre.

O Tribunal Supremo espanhol entendeu que, apesar de reconhecer o entendimento da jurisprudência espanhola a respeito de *hardship* (caso 333/2014, abaixo, onde a crise foi reconhecida como *hardship*) na forma estipulada pelos Princípios do UNIDROIT, neste caso, a crise no mercado imobiliário não constituiu evento extraordinário que tenha alterado o equilíbrio contratual, pelo que negou provimento ao recurso.

14. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Supremo**País:** Espanha**Partes:** Agência de publicidade espanhola x empresa de transporte municipal espanhola

Caso: 333/2014

Data: 30.06.2014

Legislação aplicável: Leis da Espanha

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

Agência de publicidade espanhola firma com empresa municipal de transporte contrato de locação de espaço publicitário em ônibus, com cláusula de reajuste de preço de 5% ao ano.

A controvérsia tem início quando a agência solicita à empresa de transportes redução do aluguel para 70% do valor inicialmente contratado em virtude de redução imprevisível no investimento em marketing no setor de transporte.

Quando a empresa se nega a reduzir o preço, a agência de publicidade ingressa com ação para que se reconheça a existência de fatos que alterem substancialmente o equilíbrio contratual, e, consequentemente, altere o critério de cálculo do aluguel, reduzindo o valor para 70% do faturamento mensal líquido da Autora.

A justiça de primeiro grau concede o pedido em parte, fixando o aluguel em 80% do faturamento mensal líquido da Autora. Ambas as partes recorrem.

A Corte de Apelação reverte a decisão de primeiro grau, entendendo não haver fundamento para aplicar a cláusula *rebus sic stantibus*, uma vez que a crise econômica não era imprevisível para o setor e não resultou em alteração substancial do equilíbrio contratual.

O Tribunal Supremo reverte a decisão de segundo grau, entendendo pela existência de *hardship*. Segundo o Tribunal Supremo, a Corte de Apelação teria seguido uma jurisprudência desatualizada a respeito da aplicação do *hardship*. Registra que o *hardship*, apesar de ter sido aplicado pela justiça espanhola no passado somente em casos excepcionais, tem agora um escopo mais ampliado de aplicação, desde que preenchidos seus requisitos. Nesse aspecto, o Tribunal menciona abordagem semelhante adotada por outros instrumentos do direito internacional, como os Princípios do UNIDROIT.

Com isso, o Tribunal Supremo julga que a crise econômica que atingiu a Espanha em 2008, inclusive o setor de publicidade, pode ter resultado em alteração substancial de circunstâncias.

15. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Cour d'Appel – Quebec / Montreal**País:** Canadá**Partes:** Churchill Falls (Labrador) Corporation Ltd. X Hydro-Quebec**Caso:** 500-09-024690-141**Data:** 08.08.2016**Legislação aplicável:** Leis do Canadá

Descrição do caso: IMPREVISIBILIDADE DO EVENTO PELA PARTE EM DESVANTAGEM / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

A Autora, empresa canadense operadora de usina hidrelétrica, firmou com a Ré, uma distribuidora de energia em Quebec, um contrato de energia pelo qual a Autora se comprometeu a vender à Ré a quase totalidade da energia gerada em sua usina, a preço fixo, por um prazo de 40 anos, renováveis por mais 25.

O preço foi calculado de forma a cobrir os custos incorridos pela Autora na construção da usina. Com a estipulação de um preço fixo, a Ré, que havia ajudado a Autora a captar recursos para financiar a construção, evitou o risco da inflação.

No decorrer dos anos, circunstâncias supervenientes levaram a um aumento considerável do preço da energia hidrelétrica no Canadá, o que levou a Autora a pleitear a renegociação do preço do contrato com base no novo preço de mercado, visando a restabelecer o equilíbrio contratual e evitar o enriquecimento ilícito da Ré. A Autora fundamenta seu pedido no princípio geral da boa-fé, disposto no Código Civil de Quebec. A Ré contesta, alegando que o contrato foi resultado de uma ampla negociação entre as partes, que acordaram estipular um preço fixo para todo o prazo de vigência, ainda que cientes da possibilidade da flutuação do mercado.

Tanto o juízo de primeiro grau como a Corte de Apelação decidem em favor da Ré, indicando que o princípio da boa-fé previsto do Código Civil de Quebec refere-se somente à conduta das partes no decorrer da execução do contrato (ou seja, o dever de agir de maneira justa e honesta), não podendo ser invocado para fundamentar o pedido de revisão dos termos originais do contrato.

De acordo com a decisão proferida pela Corte de Apelação, a doutrina de *hardship* não é amplamente aceita pelas leis de Quebec. Porém, ainda que o fosse, os requisitos previstos nos Princípios do UNIDROIT para existência de *hardship*, quais sejam, alteração fundamental do

equilíbrio contratual e imprevisibilidade do evento, não foram satisfeitos neste caso. Isso porque, com relação ao primeiro requisito, o aumento do preço da energia no mercado não teria elevado o custo do adimplemento da Autora, mas somente reduzido a margem de lucro por ela esperada. Já quanto ao segundo requisito, não há que se falar em imprevisibilidade, uma vez que as partes sabiam que o preço da energia estaria sujeito às flutuações do mercado ao longo dos anos. Ao estipularem um preço fixo para todo o prazo do contrato, as partes assumiram os riscos desses eventos.

Ao fundamentar sua decisão, a Corte de Apelação cita expressamente os Artigos 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT, especialmente com relação aos requisitos que deveriam ser preenchidos para que se pudesse admitir o *hardship* nos termos dos Princípios do UNIDROIT.

16. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País:

Partes:

Caso: 12446

Data: 2004

Legislação aplicável: Leis do Japão

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / EFEITOS DO HARDSHIP

Contrato de compra e venda internacional, regido pelas leis do Japão. A compradora se recusa a cumprir sua obrigação de adquirir a mercadoria sob o fundamento de forte queda da demanda de tais mercadorias no mercado. Para fundamentar sua recusa, a compradora recorre aos dispositivos dos Princípios do UNIDROIT sobre *hardship*.

Segundo as leis japonesas, as partes podem acordar a aplicação de “costumes comerciais”, desde que eles não contrariem a ordem pública japonesa. Porém, o Tribunal Arbitral, composto por três árbitros japoneses, afasta a aplicabilidade dos Princípios do UNIDROIT por não os considerar “costumes ou usos comerciais mundiais”, ou práticas ou costumes comerciais adotados no Japão.

17. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Comercial Regional de Volyn**País:** Ucrânia**Partes:** Empresa de serviço público Lytskteplo x TOV Zakhidna teploenergetychna grupa**Caso:** 5004/579/12**Data:** 08.06.2012**Legislação aplicável:** Leis da Ucrânia**Descrição do caso:** NOÇÃO DE HARDSHIP

Contrato entre empresa prestadora de serviços públicos ucraniana (Autora) e a Ré, também empresa ucraniana, para transformação de gás em aquecimento para a população local.

A Autora solicita que a autoridade regulamentadora local verifique a adequação do contrato às leis locais, que declara que a tarifa negociada no contrato é excessiva. Diante dessa situação, a Autora solicitou a resolução contratual sob a alegação de alteração de circunstâncias, invocando como fundamento o dispositivo do Código Civil ucraniano que trata de alteração e resolução contratual na hipótese de alteração de circunstâncias.

O Tribunal Comercial Regional rejeita o pedido de resolução, e julga que o parecer da autoridade governamental não constitui alteração substancial de circunstâncias. Ainda que fosse assim considerado, isso não daria à Autora o direito de resolver o contrato, uma vez que o risco de tal alteração deve recair sobre a própria Autora.

Para fundamentar sua decisão, o Tribunal recorre ao Código Civil local e à noção de *hardship* definida no Artigo 6.2.2 nos Princípios do UNIDROIT.

18. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI**País:** França**Partes:** Ministro da Defesa e Suporte para as Forças Armadas da República Islâmica do Irã x Cubic Defense System, Inc.**Caso:** 7365**Data:** 05.05.1997

Legislação aplicável: Lei Iraniana

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / DIMINUIÇÃO DO VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO / EFEITOS DO HARDSHIP / EXTINÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL / ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

Trata-se de dois contratos de compra e venda e instalação de equipamento militar entre empresa americana (Cubic) e a Força Aérea do Irã, firmados em 1977, que foram cumpridos normalmente até o início de 1979, quando se deu a Revolução Islâmica. Nesse novo cenário, as partes travaram negociações, mas não chegaram a um acordo de como proceder a partir de então. O Irã pleiteou o reembolso dos pagamentos feitos à Cubic bem como indenização por perdas e danos. Cubic, por sua vez, argumentou que o Irã descumpriu o contrato ao não pagar o remanescente do preço e pleiteou indenização por perdas e danos.

Os contratos mencionavam como lei aplicável a legislação do Irã, mas as partes concordaram com a aplicação complementar dos princípios gerais do direito internacional, devendo o Tribunal Arbitral recorrer a eles, se necessário.

O Tribunal Arbitral entendeu que, em virtude dos eventos caóticos que permearam a Revolução, as partes, individualmente, teriam o direito de pedir resolução ou adaptação dos termos contratuais, fazendo referência expressa ao Artigo 6.2.3(4) dos Princípios do UNIDROIT. O Tribunal apontou que, em decorrência do princípio da boa-fé e justa negociação (implícito em todo contrato), na hipótese de alteração de circunstâncias que acarrete mudanças fundamentais ao contrato de maneira imprevisível, a parte ficará impedida de invocar o efeito vinculante desse contrato.

Além disso, para justificar a aplicação, por analogia, da “Cláusula de Rescisão por Conveniência” contida nos contratos no lugar da resolução do contrato em virtude da alteração de circunstâncias, o Tribunal Arbitral aplicou os Artigos 5.1 e 5.2 (Artigos 5.1.1 e 5.1.2 da edição de 2004) dos Princípios do UNIDROIT.

Ao tratar das consequências da resolução dos contratos, o Tribunal Arbitral entendeu que o efeito óbvio e mais importante do término do contrato (seja por conveniência da parte ou por outro motivo) seria a possibilidade de qualquer das partes pleitear a restituição de tudo o que tiverem fornecido à outra parte, desde que essa mesma parte restitua tudo aquilo que tiver recebido (nesse sentido, cita o Artigo 7.3.6 dos Princípios do UNIDROIT).

O Tribunal Arbitral entendeu pela não aplicação dos Princípios do UNIDROIT no que tange ao momento a partir do qual os juros devidos deveriam correr, uma vez que a regra contida nos Princípios contradiz a lei iraniana e, por isso, não pode ser aplicada complementarmente em

relação a essa matéria.

19. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País: Itália

Partes:

Caso: 9029

Data: 03.1998

Legislação aplicável: Leis da Itália

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP /RISCOS NÃO ASSUMIDOS PELA PARTE EM DESVANTAGEM

Acordo de acionistas firmado entre empresa italiana e empresa austríaca para financiamento de projeto aeronáutico, regido pelas leis da Itália.

Empresa italiana resolve o acordo mediante falta de pagamento pela empresa austríaca, que se defende alegando aplicabilidade de alguns dispositivos dos Princípios do UNIDROIT, tendo em vista, segundo ela, que as leis da Itália exigem que, em arbitragens internacionais, o Tribunal Arbitral leve em consideração usos comerciais. Alega também que a *lex mercatoria* é parte integrante da legislação italiana e que os Princípios do UNIDROIT devem ser considerados uma “fonte competente dos usos comerciais internacionais”.

O Tribunal Arbitral rejeita aplicabilidade dos Princípios do UNIDROIT alegando que, naquele momento, eles não podem ser considerados expressão dos usos comerciais internacionais. Além disso, o Tribunal acrescenta que o Código Civil só admite a aplicação dos usos comerciais para fins de interpretação, quando houver lacuna nas leis locais.

Conclui o Tribunal que não é possível aplicar o *hardship* invocado pela Requerida (da forma tratada nos Princípios do UNIDROIT) além dos limites instituídos no Código Civil italiano ou com efeitos diferentes daqueles estipulados no referido Código, o que inclui as consequências de resolução e invalidação dos contratos.

O Tribunal Arbitral aponta também o fato de que as alegações da Requerida não são consistentes, pois ela por vezes se baseia em *lex mercatoria* e por vezes se baseia nos Princípios do UNIDROIT, além de que a Requerida não se limita ao Artigo 6.2.2 dos Princípios, invocando

também o Artigo 3.10 (atual 3.2.7), que não trata de *hardship*, mas sim de vantagem excessiva (“gross disparity”).

Ainda assim, o Tribunal entra no mérito dos dispositivos dos Princípios do UNIDROIT invocados pela Requerida, explicando que, ainda que fosse possível aplicar os Princípios, o caso em questão não configuraria hipótese de *hardship* (nem de vantagem excessiva).

No que tange à análise da hipótese de *hardship*, o Tribunal Arbitral explica que não houve evento superveniente extraordinário, já que o ocorrido era de conhecimento das partes ou, pelo menos, em algum grau de conhecimento das partes, e os riscos relacionados foram assumidos por elas quando da conclusão do acordo⁵⁵⁹.

Além disso, o Tribunal esclarece que o pedido realizado não é consistente com o pedido a ser feito como consequência de *hardship*. A consequência do *hardship* é a resolução ou adaptação do contrato; mas, no caso, a Requerida pleiteou que o contrato fosse considerado nulo.

20. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País:

Partes:

Caso: 9994

Data: 12.2001

Legislação aplicável: Leis da França

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / AUMENTO DO CUSTO DE ADIMPLEMENTO / EFEITOS DO HARDSHIP / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

A Requerente, empresa francesa, celebrou, na qualidade de licenciante, contrato de compra e venda e licença de uso com a Requerida, empresa americana. Regido pelas leis francesas, o contrato estipulava que a Requerente outorgava à Requerida licença de uso e venda de produtos derivados de matéria prima fornecida pela Requerente.

Durante a vigência do contrato, a Requerente aumentou significativamente o preço da matéria

---

⁵⁵⁹ O extrato da decisão não traz os fatos do caso.

prima em decorrência de condições mais severas impostas por órgão governamental para obtenção de placenta humana, de onde a matéria prima era extraída.

A Requerida resolve o contrato. A Requerente alega que tal resolução é ilegal, uma vez que a Requerida estava obrigada a renegociar o preço, adaptando-o às novas circunstâncias.

O Tribunal Arbitral decide a favor da Requerente, alegando que as leis francesas exigem que cada uma das partes contratantes aja de boa-fé, e essa boa-fé implica que as partes devem buscar adaptar o contrato a eventuais circunstâncias supervenientes, garantindo que o cumprimento do contrato não resulte na ruína de uma das partes, o que é especialmente verdade no caso de contratos de longo prazo. O Tribunal ressalta que esse princípio é também aplicado no direito comercial internacional, citando os Artigos 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT.

21. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País: França

Partes:

Caso: 8873

Data: 07.1997

Legislação aplicável: Leis da Espanha

Descrição do caso: NOÇÃO DE HARDSHIP / AUMENTO DO CUSTO DE ADIMPLEMENTO / EFEITOS DO HARDSHIP / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

Contrato entre empresa espanhola e empresa francesa para prestação de serviço de construção em um terceiro país. Em face de uma série de dificuldades que não foram previstas, o prestador de serviços solicita renegociação do contrato, alegando *hardship* nos termos dos Artigos 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT⁵⁶⁰.

Segundo o prestador de serviços, apesar de o contrato conter disposição elegendo as leis espanholas como legislação aplicável, os Princípios do UNIDROIT devem ser aplicados pois representam verdadeiros usos comerciais, que devem ser levados em conta pelo Tribunal Arbitral nos termos da Convenção de Genebra sobre Arbitragem Internacional (Artigo VII) e das Regras

---

⁵⁶⁰ O extrato da decisão não traz os fatos do caso.

da CCI (Artigo 13(5)).

O Tribunal Arbitral decide por não aplicar os Princípios do UNIDROIT, uma vez que as partes não optaram expressamente por eles ou por “princípios gerais do direito”, *lex mercatoria* ou regras semelhantes, como requer o Preâmbulo dos Princípios do UNIDROIT.

Sobre o argumento de que os Princípios do UNIDROIT representam verdadeiros usos comerciais, que devem ser levados em conta ainda que haja disposição elegendo legislação específica, o Tribunal Arbitral entendeu que as disposições dos Princípios do UNIDROIT sobre *hardship* não refletiam, pelo menos na época, a prática corrente de comércio internacional.

22. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País:

Partes:

Caso: 9479

Data: 02.1999

Legislação aplicável: Leis do Estado de Nova York para validade do contrato / sem disposição expressa para demais questões

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / EXTINÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL / ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL / ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Duas empresas italianas, constituídas após a dissolução de uma empresa familiar fabricante de tecidos, firmaram um contrato para reger o direito ao uso do nome da empresa original, com cláusula expressa de que as leis de Nova Iorque deveriam reger as questões pertinentes à validade do contrato.

O contrato estipulava que a Requerente teria o direito de usar o nome comercial como marca registrada, enquanto a Requerida poderia usá-lo somente para se identificar como fabricante dos produtos que ela distribuiria no mercado mundial. A Requerente acusou a Requerida de violar o contrato por criar confusão entre o nome da Requerida e a marca da Requerente, e pleiteou indenização por perdas e danos.

Ao decidir sobre as leis aplicáveis, o Tribunal Arbitral entendeu que o fato de as partes terem indicado expressamente que as leis do estado de Nova Iorque deveriam reger as questões pertinentes à validade do contrato significava que a intenção das partes é não ter nenhuma outra legislação nacional específica aplicável a todas as demais questões que não sobre validade. Por isso, o Tribunal decidiu aplicar os termos do contrato e os usos do comércio internacional, fazendo referência aos Princípios do UNIDROIT.

A Requerida se defende alegando *hardship*. Ela afirma que o contrato deveria ser revisto pois em 1989 fora promulgada uma nova lei (Diretiva Europeia sobre Marcas– 89/104/EEC) que estipulou termos mais flexíveis sobre questões de marca. Ela pleiteia a alteração do contrato ou sua resolução com relação ao território da União Europeia, recorrendo ao Artigo 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT.

O Tribunal Arbitral entende que a evolução subsequente de contexto legislativo não constitui *hardship* quando as novas normas não quebram o equilíbrio contratual. O Tribunal Arbitral reconhece que, neste caso, era possível que o contrato não tivesse sido celebrado nos mesmos termos caso a nova norma já existisse. Porém, o impacto que essa nova norma causou sobre o equilíbrio contratual não foi substancial, uma vez que o alcance do contrato era mundial e não se limitava somente ao território da União Europeia. Além disso, alterar ou resolver o contrato somente para determinado território por conta de uma norma aplicável àquele território iria contra a intenção principal das partes, qual seja: criar regras gerais aplicáveis ao uso da marca em todo o mundo, independentemente da legislação nacional dos diferentes territórios (o que é corroborado pelo fato de as partes não terem escolhido nenhuma legislação nacional aplicável se não para questões de validade).

23. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Arbitragem ad hoc

País: Brasil

Partes:

Caso:

Data: 21.12.2005

Legislação aplicável: Leis do Brasil

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

Contrato de cabotagem sujeito às leis brasileiras, contendo cláusula de *hardship*, porém, sem parâmetros ou critérios para adaptação do contrato.

Mediante desvalorização da moeda, as partes chegam a um acordo sobre como compartilhar os custos dessa desvalorização, indicando expressamente que esse acordo seria aplicável ao contrato em 2005. Uma das partes recorre à Arbitragem por não ficar satisfeita com o acordo.

Com base no Artigo 478 do Código Civil brasileiro, a Requerente pediu que o Tribunal Arbitral adaptasse o contrato levando em consideração a desvalorização da moeda brasileira. A Requerida se opõe, alegando que o acordo a que as partes haviam chegado já era a aplicação da cláusula de *hardship* contida no contrato, não sendo mais possível a aplicação do referido Artigo 478.

O Tribunal entendeu que o acordo a que as partes chegaram para o ano de 2005 de fato traduzia a sua intenção de reestabelecer o equilíbrio contratual. Reconhecendo que cláusula de *hardship* negociada pelas partes estava coerente com as leis brasileiras e padrões internacionais e que, por isso, devia ser observada em seus termos, o Tribunal entendeu que devia ser usada como parâmetro para o reequilíbrio até o final do contrato.

24. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: TCU

País: Brasil

Partes:

Caso: 007.103/2007-7

Data: 07.12.2011

Legislação aplicável: Leis da Inglaterra

Descrição do caso: ALTERAÇÃO FUNDAMENTAL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL / IMPREVISIBILIDADE DO EVENTO PELA PARTE EM DESVANTAGEM / RISCOS NÃO ASSUMIDOS PELA PARTE EM DESVANTAGEM / ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Contrato entre Petrobrás e diversas empresas estrangeiras para construção de plataformas *offcoast* no Brasil. O contrato estipulava que as empresas estrangeiras deveriam alocar parcela dos serviços a empresas brasileiras (“conteúdo nacional mínimo”). Essa parcela era calculada em reais, enquanto o preço dos contratos era expresso em dólar.

Quando, posteriormente, o real sofre valorização substancial frente ao dólar, as empresas estrangeiras reclamaram da redução substancial do lucro. A Petrobrás concordou em revisar o preço para restabelecer o equilíbrio original entre preço e serviço alocado, mas as autoridades fiscais brasileiras recorrem ao TCU, alegando que as condições para *hardship*, estabelecidas no Artigo 478 do Código Civil brasileiro, não foram satisfeitas.

O TCU fez notar que, tendo em vista que as partes escolheram as leis inglesas para reger o contrato, deveria ser examinado, primeiramente, se o aplicável, neste caso, seria a ordem pública nacional (Artigo 478 do Código Civil) ou a ordem pública internacional (*lex mercatoria*).

Sem tomar nenhuma decisão definitiva a esse respeito, o TCU apontou que, ainda que fosse aplicada a *lex mercatoria* e, em especial, os Artigos 6.2.1 e 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT, a decisão seria a mesma, qual seja: os requisitos de *hardship* não foram preenchidos neste caso.

O TCU esclareceu que, tendo em vista que, no momento da conclusão do contrato, já vigia há muito, no Brasil, o regime de câmbio flutuante, então, a valorização do real frente ao dólar era uma possibilidade inerente ao sistema cambial e, por isso, previsível pelas empresas estrangeiras, que assumiram o risco dessa ocorrência quando da celebração do acordo.

Por isso, o TCU decidiu que as empresas estrangeiras deveriam pagar à Petrobras o valor correspondente ao aumento de lucro obtido por conta da revisão do contrato.

25. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Corte de Cassação

País: Bélgica

Partes: Scafom International BV x Lorraine Tubes s.a.s.

Caso: C.07.0289.N

Data: 19.06.2009

Legislação aplicável: CISG

Descrição do caso: DIMINUIÇÃO DO VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO

Contrato de compra e venda de tubos de aço, sem cláusula de ajuste de preço, entre compradora holandesa e vendedora francesa.

O preço do aço subiu 70%, inesperadamente, sendo que o contrato não continha nenhuma disposição sobre reajuste de preço.

O juiz de primeiro grau entendeu que o aumento inesperado do preço causou um sério desequilíbrio no contrato. No entanto, a vendedora não tinha o direito de requerer a renegociação do preço, tendo em vista que a CISG, que rege o contrato, é silente em relação a *hardship*.

A Corte de Apelação recorreu ao Artigo 7(2) da CISG e decidiu pela aplicação das leis francesas que, apesar de não disporem sobre *hardship*, impõem a renegociação do contrato no caso de desequilíbrio contratual, com base no princípio geral da boa-fé.

A Corte de Cassação confirmou a decisão da Corte de Apelação, outorgando à vendedora o direito à renegociação do contrato.

Em sua decisão, a Corte de Cassação aponta que o fato de o Artigo 79(1) da CISG (exclusão de responsabilidade) fazer referência expressa aos eventos de força maior não excluiu o *hardship* e a possibilidade de renegociação do preço. Menciona que, de acordo com os Artigos 7(1) e 7(2) da CISG, a Convenção deve ser interpretada conforme seu caráter internacional, devendo eventuais lacunas ser preenchidas pelos princípios norteadores da Convenção e, na ausência desses, por lei nacional aplicada de acordo com os princípios gerais do direito internacional. Dentre esses, estão os Princípios do UNIDROIT, que outorgam o direito à renegociação no caso de alteração de circunstâncias que prejudique o equilíbrio contratual.

26. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Corte Suprema de Justicia

País: Colômbia

Partes: Rafael Alberto Martínez Luna e María Mercedes Bernal Cancino x Granbanco S.A.

Caso: 11001-3103-040-2006-00537-01

Data: 21.02.2012

Legislação aplicável: Leis da Colômbia

Descrição do caso: EVENTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO CONTRATO / IMPREVISIBILIDADE DO EVENTO PELA PARTE EM DESVANTAGEM / ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Contrato de empréstimo para compra de casa, firmado entre dois cidadãos colombianos e um

banco com sede na Colômbia. Os devedores alegam que o empréstimo se tornou mais oneroso por conta da crise de 1998 da Colômbia (que afetou a economia e a liquidação de empréstimos para compra de imóveis), dando ensejo à ação judicial proposta pelos devedores, pleiteando revisão do empréstimo e dos termos contratuais.

O juiz de primeiro grau e a Corte de Apelação negaram o pedido dos Autores, pois entenderam que não havia prova suficiente de que tais eventos causaram o desequilíbrio do contrato. Os Autores apelaram para a Suprema Corte.

A Suprema Corte confirmou a decisão de primeiro grau, julgando não haver prova suficiente do desequilíbrio alegado, apontando que o governo da Colômbia adotou medidas para corrigir os efeitos econômicos da crise sobre contratos então existentes. Porém, em sua fundamentação, a Suprema Corte reconheceu a existência, sob as leis colombianas, de um princípio geral de revisão dos termos contratuais na hipótese de circunstâncias supervenientes e extraordinárias. Essa norma faz parte da *lex mercatoria*, citando especificamente os Artigos 6.2.1 e 6.2.2 dos Princípios do UNIDROIT, e tratando do papel dos Princípios do UNIDROIT no direito colombiano. Esclarece que as partes podem escolher *soft law* se não for contrária à ordem pública e refere-se aos Princípios do UNIDROIT para reforçar o fato de que os eventos supervenientes devem ser extraordinários e supervenientes.

27. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País:

Partes:

Caso: 10021

Data: 2000

Legislação aplicável: Leis da Lituânia

Descrição do caso: FATOS FORA DO CONTROLE DA PARTE EM DESVANTAGEM / DIREITO DA PARTE EM DESVANTAGEM DE SOLICITAR RENEGOCIAÇÃO / EXTINÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

As partes firmaram acordo de acionistas, regido pelas leis lituanas, visando melhoria da produção e exportação de cimento por empresa registrada na Lituânia.

A disputa teve início quando a Ré declarou o acordo de acionistas resolvido e passou a negociar com um concorrente. A Autora requer a instauração de arbitragem para exigir que a Ré respeite o acordo firmado. A Ré insiste na resolução do acordo, alegando, dentre outros, seu direito de pôr fim ao contrato de maneira unilateral. Na visão da Autora, a ruptura da relação entre as partes constitui evento de *hardship*.

Apesar de o acordo ser regido pelas leis da Lituânia, o Tribunal Arbitral fundamentou sua decisão não somente nos dispositivos do Código Civil lituano como também no Artigo 17 das Regras de Arbitragem da CCI sobre os usos comerciais pertinentes. Nesse contexto, o Tribunal cita expressamente os Princípios do UNIDROIT como uma “codificação de usos comerciais”.

Quanto ao mérito, o Tribunal Arbitral apontou que nem o acordo de acionistas nem a legislação nacional dava a qualquer das partes o direito de resolver unilateralmente o contrato, com efeito imediato. Aponta também que os Princípios do UNIDROIT dispõem que os contratos por tempo indeterminado podem ser resolvidos unilateralmente por qualquer das partes, desde que seja dada notificação com antecedência razoável.

O Tribunal Arbitral afasta a alegação de que a ruptura da relação entre as partes constitui *hardship*, o qual requer, necessariamente, que haja uma parte em vantagem e outra em desvantagem. Além disso, esclarece que, nesses casos, a parte em desvantagem deve, primeiramente, solicitar a renegociação dos termos contratuais. Frustradas tais negociações, então, a parte poderá solicitar que o Tribunal Arbitral resolva o contrato. Ou seja, não pode a parte simplesmente declarar, ela mesma, tal resolução.

28. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Suprema Corte

País: Lituânia

Partes: J.G. x AB SEB Bankas

Caso: K-7-306/2012

Data: 26.06.2012

Legislação aplicável: Leis da Lituânia

Descrição do caso: PEDIDO A SER REALIZADO SEM DEMORA INJUSTIFICADA (ATRASO INDEVIDO) / NÃO HÁ DIREITO AUTOMÁTICO DE SUSPENDER

CUMPRIMENTO (EXECUÇÃO) / DIREITO DE RECORRER AO TRIBUNAL

Contrato de empréstimo firmado entre pessoa física lituana e banco escandinavo. Devido a problemas financeiros, o devedor atrasa as prestações mensais acordadas e solicita, por cinco vezes, renegociação dos termos do contrato. Quando o banco se recusa a revisar e resolve o contrato, o devedor ajuíza ação pleiteando que a resolução seja declarada ineficaz.

A Suprema Corte rejeita o pedido do devedor, invocando tanto o Código Civil lituano como os Artigos 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 dos Princípios do UNIDROIT. A Corte alega que a parte deve solicitar a adaptação do contrato tão logo a outra se recuse a renegociar. Expressa, porém, que o pedido de renegociação feito por uma parte não impede a outra de pleitear resolução por falta de adimplemento do contrato.

29. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Corte Suprema (Sala Primeira)

País: Costa Rica

Partes: Alterra x CETAC

Caso: 05-000097-00004-AR

Data: 23.03.2006

Legislação aplicável: Leis da Costa Rica

Descrição do caso: NÃO HÁ DIREITO AUTOMÁTICO DE SUSPENDER CUMPRIMENTO (EXECUÇÃO)

Contrato de prestação de serviço de reparo de pavimento em aeroporto, firmado entre a Autora, empresa situada na Costa Rica, e a Ré, autoridade de aviação da Costa Rica, regido pelas leis da Costa Rica.

Durante a vigência do contrato, a Ré reduz o número de horas noturnas durante as quais a Autora poderia trabalhar. Considerando o aumento substancial dos custos do serviço em decorrência de tal redução, a Autora suspende os trabalhos até que as partes cheguem a um acordo sobre a devida adaptação do preço do contrato.

Opondo-se à suspensão unilateral dos serviços, a autoridade inicia arbitragem pleiteando indenização por perdas e danos. O Tribunal Arbitral decide em favor da autoridade Requerente, fazendo referência às disposições contratuais e ao Artigo 6.2.3(2) dos Princípios do UNIDROIT,

que dispõe que, em caso de *hardship*, o pleito para renegociação não dá, por si só, direito à parte em desvantagem de suspender a execução.

A Autora questiona a Sentença Arbitral na Corte Suprema da Costa Rica, arguindo, dentre outros argumentos, que a aplicação dos Princípios do UNIDROIT no lugar da lei da Costa Rica violou ordem pública. A Corte Suprema rejeita tal alegação, uma vez que o Tribunal Arbitral baseou sua decisão em disposição contratual, e não meramente no referido Artigo 6.2.3(2).

30. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Suprema Corte

País: Lituânia

Partes: UAB

Caso: 3K-3-256/2011

Data: 31.05.2011

Legislação aplicável:

Descrição do caso: ADAPTAÇÃO DO CONTRATO PELO TRIBUNAL

Contrato de locação entre duas empresas lituanas, para fins de prestação de serviços de acomodação (hotel), mediante o preço acordado de 50 LTL/m². Com a crise econômica, o turismo caiu, o imposto incidente sobre hotéis passou de 5% para 21% e os preços do mercado para imóveis similares passaram para uma média de 33 LTL/m².

A Suprema Corte entende que o fato de o preço do aluguel não mudar não significa que o custo de adimplemento não aumentou. Mediante crise econômica, pode-se falar em alteração fundamental do equilíbrio contratual até mesmo com a manutenção do preço. Assim, a Corte entendeu que as partes devem ratear os efeitos da crise e reduziu o valor do aluguel.

31. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: CCI

País: Suíça

Partes:**Caso:** 8486**Data:** 9.1996**Legislação aplicável:** Leis da Holanda**Descrição do caso:** ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Contrato de instalação de máquina para produção de torrão de açúcar, entre vendedora holandesa e compradora turca, regido pelas leis holandesas. Após conclusão do contrato, a compradora turca se recusa a fazer o pagamento acordado, alegando dificuldade financeira por conta de uma súbita queda na demanda por torrão de açúcar.

Não tendo as partes conseguido chegar a um acordo para rever o contrato, a vendedora declara a sua resolução e pleiteia indenização por perdas e danos. Em sua defesa, a compradora invoca *hardship* com base no Código Civil holandês.

O Tribunal Arbitral rejeita alegação de *hardship* dado o seu caráter excepcional e a necessidade de haver alteração fundamental do equilíbrio do contrato, e não um mero aumento no custo do adimplemento contratual. Afirma o Tribunal Arbitral que as circunstâncias incertas do mercado turco eram de conhecimento da compradora, e que, portanto, essa situação fazia parte do risco assumido e não pode ser impelida à vendedora.

Para fundamentar sua decisão, o Tribunal Arbitral cita a legislação nacional aplicável e o Artigo 6.2.1 dos Princípios do UNIDROIT, o qual entende ser aplicável já que a lei local está sendo aplicada em um contexto internacional.

32. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Câmara FGV SP**País:** Brasil**Partes:** Delta Comercializadora de Energia Ltda. X AES Infoenergy Ltda.**Caso:** 1/2008**Data:** 09.02.2009

Legislação aplicável: Leis do Brasil

Descrição do caso: ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Em maio de 2006, a Requerente, uma empresa brasileira comercializadora de energia, firma com a Requerida, outra empresa brasileira comercializadora de energia, contrato de longo prazo para o fornecimento de energia (média de 22MW por mês) entre janeiro de 2007 e dezembro de 2011, mediante pagamento de preço a ser reajustado anualmente.

Em janeiro de 2008, a Requerente suspendeu a entrega da energia contratada e deu início ao procedimento arbitral contra a Requerida, alegando ter direito à resolução do contrato sob o fundamento da existência de *hardship*. Além disso, a Requerente pleiteou indenização por perdas e danos em decorrência de penalidade imposta pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

De acordo com a Requerente, houve aumento excepcional do custo de seu adimplemento nos meses que precederam a arbitragem, dando ensejo ao *hardship* ocasionado pela alteração imprevisível de circunstâncias.

De acordo com as normas brasileiras que regulamentam o setor de energia, a entrega de energia deve ser realizada diretamente pela vendedora ao Sistema Interligado Nacional integrado, podendo a compradora recebê-la em qualquer ponto do sistema. Eventual diferença entre a quantidade fornecida e efetivamente recebida é tarifada sob um “preço de liquidação” estabelecido para comercialização de energia de curto prazo pela CCEE. Além disso, a parte que fornecer menos energia do que o quanto prometido será obrigada a pagar uma multa.

A Requerente alega que, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2008, houve um aumento inesperado e extraordinário no preço da energia no mercado a curto prazo, o que afetou o contrato firmado entre as partes. Esse aumento gerou uma modificação fundamental do equilíbrio contratual e o enriquecimento ilícito da Requerida, o que permitiu que a Requerente pleiteasse a resolução do contrato sob o fundamento de “onerosidade excessiva” nos termos do Artigo 478 do Código Civil brasileiro.

O Tribunal Arbitral apontou que, dada a natureza dinâmica das posições dos *players* do mercado de energia, espera-se que as partes mantenham um esforço contínuo para manter suas posições harmônicas, visando a garantir tanto o cumprimento de suas obrigações como a maximização de seus resultados. Apontou também que eventuais desvios nesse processo advêm dos diferentes níveis de assunção de risco pelos *players* do setor que, pelas características peculiares a esse

mercado, correspondem a um risco contratual comum.

Dando ênfase aos princípios da segurança jurídica e da obrigatoriedade dos contratos, o Tribunal Arbitral entendeu que não houve ruptura do ambiente econômico no qual as partes se basearam para celebrar o contrato. O Tribunal Arbitral nega o pedido da Requerente pela resolução do contrato nos termos do referido Artigo 478, uma vez que não houve nem alteração de circunstâncias capaz de ensejar onerosidade excessiva, nem vantagem extrema para a outra parte (exigências que, por lei, devem ser cumulativamente preenchidas).

Para fundamentar sua decisão, o Tribunal Arbitral faz referência ao caso 8486 da CCI, onde o único árbitro fez constar que “a resolução de um contrato por conta de circunstâncias inesperadas (*hardship*, cláusula *rebus sic standibus*) deve ser autorizada somente em situações verdadeiramente excepcionais”, explicando que o Artigo 6.2.1 dos Princípios do UNIDROIT dispõe expressamente que o fato de o adimplemento contratual se tornar mais oneroso para uma das partes não é suficiente para presumir a existência de *hardship*.

33. Órgão julgador ou Câmara de Arbitragem: Tribunal Comercial Regional de Kyiv

País: Ucrânia

Partes: Seguradora Provita x Joint-Stock Commercial Bank Forum

Caso: 17/059/060/061-09

Data: 07.10.2009

Legislação aplicável: Leis da Ucrânia

Descrição do caso: ALTERAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE SOMENTE EM CASOS EXCEPCIONAIS

Contrato entre seguradora ucraniana (Autora) e banco ucraniano (Réu), em que o Réu contratou da Autora o seguro de sua carteira de empréstimos.

Durante a vigência do contrato, a Autora o resolve alegando violações por parte do Réu, bem como alteração substancial de circunstâncias em virtude de recente crise econômica mundial. Essa crise teria levado à insolvência vários clientes do Banco, o que causou danos à seguradora por conta das frequentes indenizações pagas ao Banco, que não envidou esforços para cobrar os valores devidos de seus clientes, uma vez que seria mais lucrativo receber a indenização da

seguradora.

O Tribunal nega pedido da Autora, entendendo que, neste caso, a crise mundial não constitui alteração substancial de circunstância. Para fundamentar sua decisão, o Tribunal faz referência aos Princípios do UNIDROIT, os quais podem ser utilizados na interpretação das leis locais. Em especial, refere-se ao Artigo 6.2.1 que dispõe que, ainda que o cumprimento de um contrato venha a se tornar mais oneroso para uma das partes, tal parte continua obrigada a cumprir o contrato.